

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Parque natural municipal do Cristo Redentor: uma análise ambiental, cultural e histórica.

Luciano de Mello Sant'Anna
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

LUCIANO DE MELLO SANT'ANNA

Parque natural municipal do Cristo Redentor: uma análise ambiental, cultural e histórica.

Dissertação Mestrado Profissional apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Andre Luiz Lopes de Faria

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S232p
2025
Sant'Anna, Luciano de Mello, 1969-
Parque Natural Municipal do Cristo Redentor: uma análise ambiental, cultural e histórica / Luciano de Mello Sant'Anna. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (154 f.): il. (algumas color.).

Orientador: André Luiz Lopes de Faria.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 150-154.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.168>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Áreas de conservação de recursos naturais - Viçosa (MG) - História. 2. Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, Viçosa (MG) - História. I. Faria, André Luiz Lopes de, 1970-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 354.3098151

LUCIANO DE MELLO SANT'ANNA

Parque natural municipal do Cristo Redentor: uma análise ambiental, cultural e histórica.

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural Paisagens e Cidadania, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Luciano de Mello Sant'Anna
Autor

Andre Luiz Lopes de Faria
Orientador

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pelo autor em 09/04/2025 às 11:37:04 e pelo orientador em 09/04/2025 às 16:02:37. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **EV42.S8DB.VIM8** e clique no botão 'Validar documento'.

Ao meu pai Márcio José de Sant'Anna e ao meu irmão Cícero de Mello Sant'Anna, que agora vivem na eternidade e seguem sendo fonte de inspiração e exemplos de força de vontade em minha vida. À minha mãe Lucy, exemplo de dedicação e amor incondicional; e aos meus irmãos Cléverson, Liliam, Débora e Jussara, que sempre me apoiaram e inspiraram com suas presenças em minha trajetória. Ao meu filho Vinícius, que é minha maior motivação e alegria; e ao Professor André Luiz Lopes de Faria, meu orientador, por sua confiança, sabedoria e orientação indispensável ao longo desta jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus colegas de Mestrado com quem partilhei momentos inesquecíveis ao longo do caminho; aos professores do curso, em especial à Carolina Capanema, pelas preciosas informações e documentos cedidos; à secretária Mileny, por toda a dedicação e empenho; aos colegas da PEC, pelas importantes orientações; e a todos os meus colegas da Divisão de Eventos, que não mediram esforços em me apoiar nesta empreitada.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de cursar o mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam.”

— Salmos 24:1

RESUMO

SANT'ANNA, Luciano de Mello, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Parque natural municipal do Cristo Redentor: uma análise ambiental, cultural e histórica.** Orientador: Andre Luiz Lopes de Faria.

A intensa ocupação das terras ao longo da história humana teve diversas consequências prejudiciais, a exemplo da compactação do solo, do desmatamento, da desertificação e dos deslocamentos de pessoas. As Unidades de Conservação (UC) são áreas protegidas pelo governo que englobam recursos ambientais significativos, visando, principalmente, à conservação da natureza. Desempenham papel crucial na proteção das espécies e na promoção da conscientização ambiental, por meio de iniciativas educativas. O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), estabelecido em 2001 em Viçosa, MG, é uma dessas unidades de conservação. O parque abrange uma área de 10,14 ha, situada em uma encosta íngreme entre os bairros Bom Jesus e Bela Vista, próxima ao centro da cidade. Dentro do PNMCR, a UC diferencia-se de outras áreas do município, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do ribeirão São Bartolomeu, por ser classificada como área de preservação integral. Isso significa que apenas o uso indireto de seus recursos naturais é permitido. No entanto, as unidades de uso sustentável têm como objetivo conciliar a preservação da natureza com a utilização sustentável de parte de seus recursos naturais. O Plano de Manejo do Parque foi elaborado para estabelecer as diretrizes para o uso dessa área, como o manejo de recursos naturais e a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, bem como foi avaliado pelo Conselho Consultivo do Parque do Cristo. As intervenções necessárias para atender às exigências legais e desenvolver o potencial turístico, educacional, ambiental e científico do parque estão sendo implementadas a partir de um investimento realizado com recursos oriundos de Termos de Ajustes de Conduta – TAC do Ministério Público.

Palavras-chave: Parque Municipal; Patrimônio Cultural; Memória; Uso público; Unidade de Conservação; Plano de Manejo.

ABSTRACT

SANT'ANNA, Luciano de Mello, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Cristo Redentor municipal natural park: an analysis environmental, cultural and historical.** Adviser: Andre Luiz Lopes de Faria.

The intense occupation of land throughout human history has had several harmful consequences, such as soil hardening, deforestation, desertification and mass displacement. Conservation units (CU) are areas protected by the government that encompass significant environmental resources, mainly aimed at nature conservation. They play a crucial role in protecting species and promoting environmental awareness through educational initiatives. The Cristo Redentor Municipal Natural Park (PNMCR), established in 2001 in Viçosa, Minas Gerais, is one of these conservation units. The Park covers an area of 10.14 hectares, located on a steep slope between the neighborhoods, Bom Jesus and Bela Vista, close to the city center. Within the PNMCR, the UC differs from other areas of the municipality, such as the Environmental Protection Area (APA) of Ribeirão São Bartolomeu, as it is classified as an integral preservation area. This means that only indirect use of its natural resources is permitted. On the other hand, sustainable use units aim to reconcile the preservation of nature with the sustainable use of part of its natural resources. The Management Plan was prepared to establish guidelines for the use of the area, the management of natural resources and the implementation of physical structures necessary for the management of the unit. The objective of this document was to identify the necessary interventions to meet legal requirements and develop the park's tourist, environmental and scientific potential. The plan was evaluated by the Parque do Cristo Advisory Council. The objective of this study is to understand how the Cristo Redentor Municipal Park, in Viçosa, MG, was formed, considering the role played by public authorities, society in general and other entities involved.

Keywords: Cristo Redentor Municipal Natural Park; Cultural Heritage; Memory; Safeguard; Conservation Unit; Management Plan.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Localização de Viçosa-MG; no recorte, a localização do PNMCR 20
- Figura 2 – Recorte com a localização do PNMCR 21
- Figura 3 – Derrubada de uma floresta (Defrichement d'une Forêt), 1822-1825, Johann Moritz Rugendas ("Juan Maurício Rugendas", Pintor Academicista Alemão, 1802-1858), litografia sobre papel, 21,60 cm x 28,50 cm 27
- Figura 4 – Mapa da expedição de Langsdorff, livro de Barbara Freitag-Rouanet em "Viajando com Langsdorff", 2013 29
- Figura 5 – Imagem do Livro 3 – S, com destaque para o terceiro registro do lote, quando o imóvel foi adquirido pela Sociedade Civil Colégio de Viçosa 36
- Figura 6 – Detalhe do mapa da área do PNMCR com uma das placas de sinalização dentro do Parque 46
- Figura 7 – Ilustração do Projeto Arquitetônico apresentado ao Conselho Consultivo do Parque do Cristo Redentor 50
- Figura 8 – O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado e sua esposa Lélia Wanick Salgado divulgaram, no *Facebook*, uma montagem que mostra a restauração florestal na propriedade da família. As imagens têm 20 anos de diferença, e a comparação impressiona 53

Figura 9 – Equipe da Evolua Ambiental fazendo o diagnóstico do Parque	58
Figura 10 - Capa do produto 4, Plano de Manejo Final, dezembro de 2020	59
Figura 11 – Portaria nº 275/2020 – Nomeação da presidente do Conselho Consultivo do Parque do Cristo Redentor	64
Figura 12 – Reprodução da primeira Ata do Conselho Consultivo do Parque do Cristo, em 22 de junho de 2020	65
Figura 13 – Foto da Reunião do Conselho Consultivo do Parque	68
Figura 14 – Parque reflorestado com árvores da Mata Atlântica	72
Figura 15 – Comparação de imagens de satélite mostra recuperação da vegetação do Parque do Cristo	104
Figura 16 – Foto da visita guiada ao Parque do Cristo Redentor, em novembro de 2023	134
Figura 17 - Imagem do projeto arquitetônico do Parque do Cristo Redentor, portaria e sede administrativa	138
Figura 18 - Visita guiada ao Parque do Cristo Redentor, em novembro de 2023	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CODEMA – Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

Evolua Ambiental – 1ª empresa contrata para a elaboração de um Plano de Manejo (PM) do PNMCR

FUMMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente

IPHAN – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPLAM – Instituto de Planejamento e Meio Ambiente

ISAViçosa – Instituto Socioambiental de Viçosa

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

NEPAM – Núcleo de Estudos Pró-Amazônia

PM – Plano de Manejo

PMV – Prefeitura Municipal de Viçosa

PNMCR – Parque Natural Municipal do Cristo Redentor

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	18
3	CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	22
3.1	O Diário de Langsdorff	23
3.2	Os primeiros registros de Santa Rita do Turvo	29
3.3	O primeiro registro em cartório do terreno do PNMCR	32
3.4	Histórico de criação do PNMCR	36
3.5	A Criação da UC	46
3.6	A iniciativa do casal salgado e o Projeto do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, Viçosa-MG	50
3.7	A execução do Plano de Manejo	53

3.8	O Conselho Consultivo do Parque do Cristo	59
3.9	Última reunião do Conselho Consultivo do PNMCR	65
3.10	O acordo firmado entre a Prefeitura e o ISAViçosa	68
4	CAPÍTULO 2: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	73
4.1	Parque Natural Municipal do Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro-MG	80
4.2	Parque Natural Municipal Dona Ziza – Pains-MG	82
4.3	Parque Natural Municipal Chácara do Lessa – Sabará-MG	84
4.4	Parque Natural Municipal de Ipanema – Ipanema-MG	86
4.5	O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor Comparado com Outros Parques Mundo Afora	88
4.6	O Simbólico e o Físico no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)	94
4.7	Convergência entre o Simbólico e o Físico na Conservação	96

4.8	O PNMCR e a comunidade de Viçosa	97
4.9	Contrapontos: Natureza e Cultura como Refúgio	118
5.	CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS PARA INTERVENÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM	133
5.1	Melhorias já realizadas	137
5.2	Os elementos simbólicos no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor	139
5.3	As intervenções que tentam reverter os impactos do Antropoceno	141
6	PRODUTO	145
7	CONCLUSÃO	147
8	REFERÊNCIAS	150

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, da janela da minha casa, tenho observado com atenção o desenvolvimento e os esforços de recuperação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), uma área de proteção integral que, apesar de sua história de degradação, carrega a promessa de renascimento. Essa experiência tem despertado minha reflexão sobre o impacto das ações humanas no meio ambiente, que podem tanto destruir quanto regenerar espaços naturais.

No início do século XIX, esse território era possivelmente um exuberante fragmento de Mata Atlântica, conforme descrito pelo naturalista russo Georg Heinrich Langsdorff em 1824, ao passar pela região de Santa Rita do Turvo (hoje Viçosa). Com o tempo, no entanto, tornou-se uma propriedade rural, destinada a cultivos e pastagens. Essa transformação resultou na fragmentação da floresta, impactando significativamente a biodiversidade e os ecossistemas locais.

Hoje, como área de proteção integral, o PNMCR enfrenta desafios como a perda de habitats, o isolamento genético de populações e a invasão de espécies exóticas. No entanto, ele também representa uma oportunidade de regeneração ambiental. Minha convivência com essa paisagem e a observação de sua transformação ao longo dos anos reforçam minha crença no poder humano de reverter danos e restaurar o equilíbrio ecológico. Este trabalho, portanto, nasce da motivação de compreender e contribuir para a preservação e recuperação desse espaço único, onde a ação consciente pode transformar destruição em esperança.

No contexto dos desdobramentos espacial e temporal, as características e peculiaridades dos elementos que compõem a natureza se organizam e se reconfiguram, manifestando-se na paisagem natural visível da superfície terrestre. Inegavelmente, as paisagens naturais, mesmo aquelas imperceptíveis aos sentidos humanos, evoluem em seus próprios ritmos e são influenciadas pela sociedade e, é importante mencionar, por suas interações diárias com a natureza. Dentro desse cenário, a natureza passa por processos e transformações, revelando-se também sob a influência significativa do impacto cultural imposto pela sociedade.

As intensas utilização e ocupação das terras ao longo da história da humanidade resultaram em várias consequências prejudiciais, como compactação do solo, desmatamento, desertificação e movimentos de massa.

Segundo Donald Worster (1991, p. 199):

A história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.

As relações sociedade e natureza são dinâmicas e estão ligadas aos diversos contextos históricos de evolução de nossa sociedade. São influenciadas pelas atividades e modelos econômicos. Ocorrem em diferentes escalas e atualmente, a Comissão internacional sobre estratigrafia está discutindo a criação, dentro da época quaternário, do antropoceno.

O conceito de antropoceno, popularizado a partir do ano 2000 pelo químico holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de Química em 1995, designa uma nova época geológica, caracterizada pelo impacto do homem na Terra. Esse conceito se encaixa perfeitamente para descrever todo esse processo de degradação do PNMCR, que possivelmente um dia foi exuberante fragmento de Mata Atlântica, conforme os relatos de Langsdorff, naturalista e explorador russo, quando passou por Santa Rita do Turvo (Viçosa), em 29 de julho de 1824. Posteriormente, esse território se tornou uma propriedade rural com área de plantio e pastagens. Portanto, no passado, a conversão de florestas em áreas de cultivo de café, por exemplo, bem como a expansão de rebanhos domésticos e culturas atuais, resultou na fragmentação da Mata Atlântica regional, o que teve impactos significativos na vida selvagem e em todo o ambiente natural.

Atualmente, a perda e fragmentação de habitats, o isolamento genético das populações e a presença próxima de espécies exóticas justificam a urgência de preservar a diversidade biológica do Parque. Algumas dessas ações podem ser evidenciadas nos relatos contidos no documento da escritura do terreno, quando este foi adquirido pelo Colégio de Viçosa. O que se observa desde então são processos contínuos de degradação, a exemplo dos diversos processos erosivos, queimadas e lixiviação das camadas dos solos.

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas territoriais que englobam recursos ambientais significativos, estabelecidas e protegidas pelo governo com o principal objetivo de conservação. Essas áreas desempenham papel crucial na preservação de espécies e promovem iniciativas educativas para conscientização ambiental. Entender os aspectos políticos, sociais, ambientais e econômicos que

levaram à sua criação gera importantes indicadores para os seus processos de planejamento e gestão.

Neste estudo, em seu primeiro capítulo vamos analisar como a criação da Unidade de Conservação (UC) do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor na cidade de Viçosa, MG, impactou a sociedade local, também considerando a recente criação de seu Plano de Manejo (PM).

Este trabalho é, antes de tudo, um convite. Um convite para uma viagem no tempo, pelas paisagens, pelas marcas da presença humana na natureza e, sobretudo, por reflexões sobre o legado que estamos construindo para as gerações futuras. Em tempos em que os impactos do Antropoceno se tornam cada vez mais visíveis, repensar nossas ações e as formas de preservação torna-se uma tarefa urgente – e, por que não, coletiva.

Para tanto, utilizamos a metodologia qualitativa na forma de Estudo de Caso, por ser a mais adequada à proposta deste trabalho: compreender com profundidade a realidade investigada, explorando significados, vínculos históricos e relações simbólicas que não se revelariam apenas por meio de dados numéricos. As análises foram conduzidas a partir da observação direta da dinâmica do território, associada à coleta e estudo de documentos, leis, decretos, resoluções do Conselho Consultivo, plano de manejo, matérias jornalísticas e demais fontes que julgamos pertinentes.

Ao longo do texto, o leitor encontrará uma organização em quatro capítulos principais. No segundo capítulo, apresentamos uma revisão bibliográfica instigante, comparando as ações adotadas no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMC) com experiências de gestão em parques naturais de mesmo porte, ressaltando suas semelhanças, contradições e desafios. Ampliamos ainda esse olhar para parques de referência mundial, como Yellowstone e Yosemite, dialogando com autores que tratam dessa mesma temática em diferentes contextos.

O terceiro capítulo nos convida a um mergulho histórico. Através dos registros da Expedição Langsdorff – que passou por Viçosa, então chamada Santa Rita do Turvo –, reconstruímos parte da paisagem original da área onde hoje se encontra o Parque. Matérias virgens, florestas intocadas e águas cristalinas revelam o contraste com a paisagem atual, marcando o início das transformações que acompanham o Antropoceno. Também abordamos nesse capítulo a trajetória da posse das terras do parque, desde seus primeiros registros até sua constituição como Unidade de Conservação.

Já o quarto capítulo foca as marcas do Antropoceno visíveis no Parque do Cristo, realizando uma análise ambiental detalhada e comparativa com outras unidades de conservação no Brasil e no mundo. Buscamos identificar pontos de convergência, divergência e, quem sabe, até algumas conexões inesperadas entre o simbólico e o físico. Ao final, propomos caminhos possíveis para a melhoria da gestão e conservação do parque, com sugestões que possam dialogar com outras realidades semelhantes.

Encerramos este trabalho com a apresentação de um Produto Final em formato E-book (com opção de impressão sob demanda), o qual será disponibilizado em plataformas de renome, buscando ampliar o acesso às informações e fomentar novas pesquisas sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor.

Desejamos que esta leitura seja, além de informativa, uma experiência sensível e provocadora. Que ela possa despertar reflexões sobre nossas origens, nossas paisagens e, principalmente, sobre as pegadas que decidimos deixar no caminho da história.

2 METODOLOGIA

Compreender os processos sociais de formação das paisagens e de sua constituição para a sociedade possibilita o entendimento dessas conexões com a cidade, dos aspectos relacionados à sua formação e do seu urbanismo, relacionando-as com as interações entre as paisagens culturais e naturais nelas incluídas; neste nosso caso, para a formação de parques e áreas de proteção ambiental, entre outras abrangências, assim com as descritas neste trabalho. Portanto, é preciso conhecer a origem, como se inicia todo esse processo de criação da UC, notadamente posterior ao término das obras do primeiro monumento do Parque. Demarcando-se, assim, um recorte a partir dos anos de 2000, quando se iniciaram as obras do Cristo Redentor e se formularam também os primeiros debates do que seria o Parque do Cristo.

Analisaremos o impacto da criação da Unidade de Conservação (UC) do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, em Viçosa, MG, na sociedade local. Também abordaremos a recente elaboração de seu Plano de Manejo (PM), que traz novas perspectivas para a gestão desta importante área verde.

Utilizamos o método Qualitativo na forma de Estudo de Caso, porque a metodologia qualitativa é mais indicada para estudos de caso e análise de documentos produzidos devido às seguintes características que listamos abaixo:

1. Compreensão Profunda e Contextualizada

A pesquisa qualitativa foca a compreensão detalhada de fenômenos em seu contexto específico. Estudos de caso geralmente envolvem a análise de um fenômeno único ou de um número limitado de casos, em que a riqueza de detalhes e a complexidade são fundamentais.

2. Exploração de Significados e Perspectivas

Essa abordagem permite investigar os significados atribuídos pelos envolvidos ou retratados nos documentos analisados. Em vez de buscar generalizações numéricas, a pesquisa qualitativa valoriza as interpretações e perspectivas individuais ou coletivas.

3. Flexibilidade e Adaptação

A metodologia qualitativa é aberta e adaptável, o que facilita a análise de documentos de diferentes formatos (relatórios, cartas, artigos, entre outros), permitindo que o pesquisador ajuste suas perguntas e enfoques conforme novas informações emergem.

4. Aprofundamento em Dados Textuais e Visuais

Na análise de documentos, a metodologia qualitativa é eficaz por empregar técnicas como análise de conteúdo e análise discursiva, que se concentram em identificar padrões, narrativas, valores e temas.

5. Adequação à Singularidade do Caso

Estudos de caso geralmente lidam com situações específicas, únicas ou complexas, que não podem ser completamente compreendidas por meio de métricas ou generalizações quantitativas. A abordagem qualitativa é ideal para captar essa singularidade.

6. Abordagem Interpretativa

A análise de documentos frequentemente requer a interpretação do conteúdo, considerando os contextos sociais, históricos e culturais em que foram produzidos. A pesquisa qualitativa fornece ferramentas para lidar com essas nuances.

Portanto, para estudos de caso e análise documental, a metodologia qualitativa é indicada porque se alinha ao objetivo de compreender profundamente a realidade investigada, explorando significados e relações que não seriam evidenciados apenas por dados numéricos.

Assim, observou-se a dinâmica do próprio local onde ela ocorre, através de coletas de dados como documentos, leis e decretos, resoluções do Conselho Consultivo, plano de manejo, matérias jornalísticas e outros meios afins que julgamos pertinentes.

No terceiro item, faremos uma viagem no tempo, retornando a cerca de 200 anos atrás para explorar os registros de Langsdorff, que passou por Viçosa, então conhecida como Santa Rita do Turvo, durante sua expedição pelo Brasil. Por meio desses relatos, reconstruiremos a paisagem da área onde hoje se encontra o Parque do Cristo, destacando as matas virgens, a floresta intocada e as águas limpas da época. Esse olhar histórico nos permitirá compreender as transformações ambientais e sociais que marcam o início do Antropoceno na região.

Ainda no terceiro item, investigaremos as sucessivas mudanças de posse das terras do parque até sua aquisição pelo Colégio de Viçosa. Por fim, analisaremos as legislações que possibilitaram tanto a construção do monumento do Cristo Redentor quanto a criação da Unidade de Conservação e do Parque em si.

No quarto item, realizaremos uma análise ambiental detalhada, focando as marcas do Antropoceno presentes na área. Além disso, compararemos o Parque do

Cristo com outras unidades de conservação semelhantes e com parques nacionais renomados ao redor do mundo. Essa abordagem permitirá identificar pontos de convergência, divergência e conexões surpreendentes – algumas até improváveis –, explorando o diálogo entre o simbólico e o físico no contexto do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor. Também apontaremos no quarto item possíveis melhorias e novas direções para sua gestão e conservação.

As ilustrações a seguir trazem a localização da cidade de Viçosa em relação à Região Sudeste do Brasil, seguida pelo mapa do município e de suas fronteiras e, por último, por um recorte do terreno do parque dentro do município. Assim, podemos ter a dimensão exata do objeto de estudo que estamos tratando neste documento.

Convido você a arregaçar as mangas e embarcar nesta jornada de descobertas que está prestes a começar! (Figura 1).

Figura 1 – Localização de Viçosa-MG; no recorte, a localização do PNMCR



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Vicosa-MG_fig1_29699486.

Figura 2 – Recorte com a localização do PNMCR



Perímetro do PNMCR.
Fonte: Plano de Manejo.

3. Capítulo 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo Pádua:

[...] a novidade a partir do Antropoceno é o fato de a ação humana, de maneira agregada, tocar nas macroestruturas do sistema Terra, na atmosfera, na biosfera, nos grandes ciclos biogeoquímicos que formam o planeta. A ideia de Antropoceno integra a história humana na história do planeta (Pádua, 2016, p. 11).

Portanto, a massificação da presença humana no planeta Terra, em conjunto com todas as transformações ocasionadas pelas suas ações ao longo do tempo, inaugurou um longo debate sobre o novo conceito geológico, denominado “Antropoceno”. Pensar essas alterações em diferentes escalas é fundamental. O que é alterado na paisagem do território de Viçosa (MG) tem reflexos regionais, nacionais e até internacionais. Pensar a natureza e a sociedade deve ocorrer a partir de análises integradas.

O historiador Paulo Henrique Martinez defende que:

O exame dos significados das alterações e dos impactos ambientais derivados da intervenção humana, a começar pela sua própria historicidade, permite conhecer padrões de conduta e manejo do mundo natural. Os ambientes naturais são transformados e também transformam os homens e as sociedades, suas culturas e necessidades materiais e abstratas, gerando traços de civilização peculiares no tempo e no espaço (Martinez, 2011, p. 30).

Georg Heinrich von Langsdorff, indivíduo de origem alemã e cidadania russa, foi médico, diplomata, naturalista e explorador renomado. Ele empreendeu uma expedição pelo Brasil entre 1821 e 1829, percorrendo uma distância total de 17 mil quilômetros. Durante essa jornada, Langsdorff e sua equipe dedicaram-se à coleta de espécimes vegetais e animais, os quais foram posteriormente enviados à Rússia para estudo.

Em 1824, durante sua expedição, Langsdorff atravessou Minas Gerais e chegou a Viçosa, então conhecida como Santa Rita do Turvo. No subtópico a seguir é apresentado um excerto do diário dessa expedição, no qual Langsdorff descreve sua passagem por Santa Rita do Turvo (Viçosa) e pela Fazenda Paraíso, local hoje conhecido como Rua Nova.

3.1 O Diário de Langsdorff

23 de julho de 1824

*Nosso destino: Santa Rita. Disseram-me que seriam 2 léguas, mas são boas 2 léguas e meia (12 km). Partimos às 9 h e alcançamos a capela de Santa Rita a uma hora da tarde. Inicialmente, o caminho segue morro abaixo até a Fazenda João Geraldo; depois passa por **floresta virgem** e por caminhos menos ondulados até Paraíso, fazenda da Sra. D. Antônia, onde vimos algumas bananeiras e um vale que se abria para vários lados. Deixamos a fazenda à nossa esquerda e pegamos um bom caminho na encosta de um monte. A partir daí, um excelente caminho levou-nos até Santa Rita, localizada num vale plano.*

Nos arredores de João Geraldo, encontramos as capoeiras cheias de fetos (samambaias), nada além disso. Essa planta indica um solo ruim, esgotado e seco, onde nada mais cresce, nem mesmo o algodão, que requer um solo muito seco. Outras capoeiras, cobertas de verdes arbustos, oferecem boa produção de feijão e milho (Silva, D. G. B., 1997).

Esse relato descreve, com precisão e sensibilidade, o percurso até Santa Rita, destacando uma paisagem que mescla áreas de floresta virgem com terrenos já modificados pela ação humana. A travessia por uma floresta intocada, mencionada como parte do caminho, revela um cenário de rara beleza e importância ecológica, contrastando com os trechos de capoeiras e solos esgotados. A descrição das "capoeiras cheias de fetos" evidencia o impacto da exploração agrícola e a fragilidade do equilíbrio ambiental, em contraponto à vitalidade e à riqueza da vegetação nativa.

As florestas virgens mencionadas, ainda preservadas naquele momento, são testemunhas de um tempo em que o bioma era predominante, abrigando uma biodiversidade rica e resiliente. Contudo, a narrativa também nos alerta para o avanço das áreas antropizadas e suas consequências, como o empobrecimento do solo e a substituição da vegetação nativa por culturas agrícolas.

Ao destacar os contrastes entre paisagens virgens e alteradas, o fragmento nos convida a refletir sobre o valor inestimável das áreas preservadas, que não apenas embelezam o caminho, mas também sustentam a vida e o equilíbrio ecológico. A mata virgem surge, assim, não apenas como um cenário do passado, mas como um símbolo da urgência em proteger os fragmentos que ainda resistem frente às pressões humanas. Vejamos outros trechos:

*A capela de Santa Rita fica num vale extenso entre duas montanhas **cobertas de florestas**. Ela foi construída há 40 anos nas terras do proprietário do moinho de cana.*

As capelas normalmente atraem novos colonos, artistas e artesãos, que aqui são sapateiros, alfaiates, ferreiros e eventualmente também um carpinteiro. Esta capela, porém, ficou muito tempo isolada, porque o proprietário fundador não quis ceder suas terras. Em função disso, as pessoas estabeleceram-se o mais perto possível, do outro lado de um pequeno córrego, distante da capela cerca de 10 minutos, na encosta de um morro bastante ingrato, que nem água potável oferecia... (Silva, D. G. B., 1997).

O relato sobre a Capela de Santa Rita revela não apenas o aspecto físico e geográfico da localidade, mas também o impacto das relações sociais e das decisões dos proprietários sobre o desenvolvimento de uma comunidade. A capela, situada em um vale extenso entre duas montanhas cobertas de florestas, representa um ponto de união espiritual, mas também destaca a realidade do isolamento enfrentado pela população local. A recusa do proprietário em ceder suas terras impediu que a capela atraísse os colonos e trabalhadores que, em muitos casos, se estabeleciam nas proximidades dessas construções, favorecendo o surgimento de novos centros de vida e cultura.

A distância da capela e as condições difíceis do terreno, como a falta de água potável, mostram as dificuldades impostas pela geografia e pelas escolhas humanas. No entanto, mesmo diante de obstáculos, a presença da mata virgem e o terreno montanhoso sugerem uma resistência natural, que, embora difícil para os habitantes, preserva a beleza e a biodiversidade locais. Essa convivência entre a natureza intocada e os espaços humanos revela, por um lado, a resistência do ambiente à transformação, mas, por outro lado, também a necessidade de adaptação dos seres humanos às condições do local.

A construção da capela em um vale entre montanhas cobertas de florestas reflete o entrelaçamento entre o humano e a natureza, em que a floresta, ainda preservada, serve como pano de fundo para as tentativas de dominação e transformação da paisagem. O fato de a capela ter ficado isolada por tanto tempo e de as pessoas se estabelecerem distantes nos faz refletir sobre como o espaço natural impõe limites e define a dinâmica de ocupação humana. O contraste entre o isolamento da capela e a vegetação densa ao seu redor ilustra um cenário de

resistência mútua – entre o homem, que busca se estabelecer; e a natureza, que, em grande parte, continua preservada e intocada, embora já submetida a pressões.

As marcas do Antropoceno nas terras de Santa Rita do Turvo tiveram início segundo os diários de Langsdorff 44 anos antes, como observamos no trecho a seguir:

No decorrer dos últimos 44 anos, nas redondezas da capela, construíram-se 127 fazendas. Três mil é o número de almas. **Todos os índios mudaram-se daqui.** A capela pertence à Freguesia do Pomba, 25 de julho de 1824.

Quando conseguimos reunir todos os nossos animais, já eram 2h da tarde, portanto, muito tarde para seguirmos nossa longa viagem. Resolvemos, então, ficar aqui e pedir um outro pasto para os nossos animais.

Já mencionei acima que a produção de algodão é a principal atividade comercial daqui e que, por isso, muitos habitantes têm seus próprios descarçadores, isto é, máquinas que separam o caroço do algodão. Ontem visitamos o Engenho de Santa Rita e achamos as instalações muito bonitas e práticas. Desviou-se, de longe, um canal até aqui (possivelmente do córrego da Conceição). Em nenhum outro lugar do Brasil vi aproveitar-se tão bem a água. Com ela movem-se um moinho de açúcar acompanhado de monjolo, uma moenda de grãos, dois monjolos, uma serraria e uma máquina para tirar as sementes do algodão. Uma outra máquina semelhante limpa diariamente quatro arrobas de algodão. Essas máquinas, dispostas uma ao lado da outra ou uma em frente à outra, são movidas pela mesma água. Durante a noite, tivemos a segunda chuva desde a partida da Mandioca, a primeira foi em Mercês. Esta aqui persistiu a manhã toda (sua Fazenda Mandioca, localizada no fundo da Baía de Guanabara, atual município de Magé, no Rio) (Silva, D. G. B., 1997).

Esse recorte descreve a experiência de uma parada forçada durante uma expedição, evidenciando o aproveitamento dos recursos naturais no Engenho de Santa Rita, especialmente da água, como motor de desenvolvimento. O autor destaca a eficiência e diversidade de maquinários movidos por um único canal de água, que alimentava desde moinhos e monjolos até equipamentos para a produção de algodão e açúcar. Essa observação revela a engenhosidade local no uso sustentável da água, enquanto o relato do clima e da chuva reforça o contexto das condições vividas na viagem.

Podemos afirmar que as marcas do Antropoceno no trecho citado ainda eram incipientes. O texto retrata um momento em que as intervenções humanas na natureza, como o desvio de um canal de água para movimentar máquinas, eram pontuais e específicas para a otimização do uso dos recursos naturais disponíveis. Embora demonstrem uma relação de transformação do meio ambiente, essas intervenções ainda não tiveram a escala ou os impactos ambientais globais característicos do Antropoceno, como a urbanização em larga escala, a industrialização massiva ou a alteração significativa dos ciclos naturais da Terra.

Apesar de a capela estar localizada em meio a capoeiras e estar cercada por florestas altas, meu pessoal não encontrou lenha suficiente para fazer a comida; alguns tiveram que buscá-la tão longe que acabaram se atrasando hoje cedo e partiram sem café da manhã. (...) (Silva, D. G. B., 1997).

Esse relato evidencia que, apesar da presença de florestas altas na região, a disponibilidade de lenha próxima já era limitada, indicando que a exploração desse recurso natural estava bastante intensificada. Esse contraste entre a aparente abundância florestal e a dificuldade de encontrar lenha suficiente revela o impacto crescente das atividades humanas na paisagem, mesmo em uma época em que as transformações ambientais ainda eram vistas como pontuais. Essa dinâmica reflete um prenúncio das pressões sobre os ecossistemas que se tornaram características mais evidentes em períodos posteriores.

A ilustração a seguir é a Derrubada de uma Floresta, de Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que acompanhou Langsdorff no início de sua expedição.

Figura 3 – Derrubada de uma floresta (Defrichement d'une Forêt), 1822-1825, Johann Moritz Rugendas ("Juan Maurício Rugendas", Pintor Academicista Alemão, 1802-1858), litografia sobre papel, 21,60 cm x 28,50 cm



Fonte: Enciclopédia, 2019.

Destacamos esses trechos em que Langsdorff narra as passagens por florestas virgens, grifados em negrito, para iniciarmos nossos estudos sobre a paisagem próxima à área atual do PNMCR e, a partir daqui, traçarmos um ponto inicial de uma cobertura densa de Mata Atlântica, antes das interações/alterações do homem na paisagem estudada.

A ilustração anterior não é do terreno do Parque do Cristo, mas foi feita no mesmo período da expedição de Langsdorff, entre 1822 e 1825. Portanto, ilustra bem o que pode ter ocorrido por aqui.

A intensa ocupação dessa região, ao longo dos séculos, deixou como consequência uma paisagem completamente alterada. Se pelos relatos de Langsdorff existiam ainda densas florestas, animais selvagens, águas límpidas, atualmente encontramos áreas urbanas sem planejamento, extensas e mal manejadas pastagens, substituindo as florestas, águas superficiais recebendo os efluentes domésticos e de agroindustriais regionais, entre outros.

Nesse contexto, a criação de unidades de conservação pode ser alternativa importante e necessária ao processo de proteção e conservação de fragmentos da vegetação regional, bem como para manutenção do equilíbrio entre os diversos componentes da paisagem.

Não sabemos ao certo as verdadeiras intenções de Langsdorff para liderar essa expedição. O fato é que a riqueza de detalhes de seus diários, das ilustrações de Rugendas etc. teve enorme contribuição histórica/científica.

Os diários da expedição de Langsdorff têm uma contribuição inestimável para a história, a geografia e a compreensão ambiental do Brasil no início do século XIX. Eles documentam, de forma rica e detalhada, as paisagens, a fauna, a flora e os modos de vida das populações encontradas ao longo do percurso, além de relatar o uso dos recursos naturais e os impactos das atividades humanas na época. Essa obra é especialmente valiosa porque combina observações científicas, culturais e econômicas, oferecendo uma visão multidisciplinar sobre o território brasileiro.

No mais, os diários fornecem um registro histórico raro sobre o início da transformação das paisagens brasileiras, contribuindo para reflexões contemporâneas sobre sustentabilidade, preservação ambiental e a relação entre sociedade e natureza. Através de seus relatos, Langsdorff e sua equipe deixaram um legado que enriquece a memória e o entendimento do Brasil em um período de profundas mudanças sociais e ecológicas.

A ilustração seguinte nos dá a dimensão do tamanho do feito de Langsdorff, que há 200 anos saiu de sua propriedade, no Rio de Janeiro, e adentrou um Brasil ainda inexplorado, chegando até Porto Velho, Rondônia.

Figura 4 – Mapa da expedição de Langsdorff, livro de Barbara Freitag-Rouanet, em “Viajando com Langsdorff”, 2013

colonos a respeito do uso das terras e da construção de infraestrutura começaram a impactar os ecossistemas locais.

À medida que a história de Viçosa se desenvolveu, as mudanças induzidas pela ação humana tornaram-se mais evidentes, com a expansão da cidade, a urbanização e o desenvolvimento econômico. Essas transformações são características do Antropoceno, uma época marcada pela significativa influência das atividades humanas sobre a terra.

Além disso, o Antropoceno nos convida a refletir sobre os legados deixados pelas gerações passadas. O crescimento de Viçosa, por exemplo, não só trouxe progresso, mas também desafios ambientais, como a degradação de ecossistemas e a necessidade de gestão sustentável dos recursos naturais. Assim, ao estudar a história de Santa Rita do Turvo e sua evolução para Viçosa, podemos observar como as interações humanas com o meio ambiente se tornaram cada vez mais complexas e impactantes ao longo dos séculos, ilustrando os desafios que enfrentamos no contexto atual do Antropoceno.

O que há de positivo nos primeiros tempos da história de Viçosa está relacionado a assentamentos eclesiásticos que datam de 1800.

No início de 1800, havia um pequeno povoado que se tornaria a base da atual cidade de Viçosa. Em 8 de março de 1800, um dos moradores, o padre Francisco José da Silva, recebeu autorização de Frei Cipriano, então Bispo de Mariana, para construir uma ermida dedicada à Santa Rita, sua santa de devoção. Isso levou à escolha do nome da santa para o povoado.

Inicialmente, o local era conhecido como Ermida, mas depois passou a se chamar de Santa Rita do Turvo, em referência ao rio que o atravessava, destacando-se, assim, de outros arraiais da Província de Minas. Acredita-se que a construção da capela tenha sido fator fundamental para o início do povoamento na futura freguesia de Santa Rita do Turvo. Não há registros sobre a primeira ocupação do território municipal, mas acredita-se que a exploração da região tenha atraído colonos de Mariana, Ouro Preto e Piranga em busca de terras agrícolas.

Além disso, documentos paroquiais indicam que, em 1814, ainda havia vestígios da presença indígena na área. O distrito de Santa Rita do Turvo foi criado em 1832, enquanto o município foi oficialmente estabelecido em 1871.

O distrito de Santa Rita do Turvo foi criado pelo Decreto de 14 de julho de 1832¹ e, posteriormente, pela Lei Estadual de 14 de setembro de 1891, ficando subordinado ao município de Ubá. Em 30 de setembro de 1871, foi elevado à categoria de vila, com o nome de Santa Rita do Turvo, desmembrando-se dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana, com sede na antiga povoação de Santa Rita do Turvo. Essa vila era composta por cinco distritos: Santa Rita do Turvo, São Sebastião dos Aflitos de Arrepiados e Curato de Coimbra, São Miguel do Anta e Barra do Bacalhau. A instalação ocorreu em 22 de janeiro de 1873.

Em 3 de junho de 1876, a vila foi elevada à categoria de cidade, passando a se chamar Viçosa de Santa Rita. Com a Lei Provincial nº 3.171, de 18 de outubro de 1883, foi criado o distrito de Teixeiras, que foi anexado ao município de Viçosa de Santa Rita. Em 10 de julho de 1886, o distrito de São Sebastião dos Aflitos de Arrepiados passou a ser conhecido como São Sebastião do Erval.

O Decreto Estadual nº 227, de 6 de novembro de 1890, e a Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, instituíram o distrito de São Vicente do Grama, também anexado ao município de Viçosa de Santa Rita. Na divisão administrativa de 1911, o município contava com oito distritos: Viçosa, Araponga, Coimbra, São Miguel do Anta, São Sebastião da Pedra do Anta, São Vicente do Grama e Teixeiras, mantendo essa configuração no Censo Geral de 1º de setembro de 1920.

Com a Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi criado o distrito de Canaã, desmembrado do distrito de São Miguel do Anta e anexado ao município de Viçosa. Na mesma lei, o distrito de São Sebastião do Erval passou a se chamar Erval, enquanto São Sebastião da Pedra do Anta passou a ser conhecido apenas como Pedra do Anta.

Na divisão administrativa de 1933, o município tinha nove distritos: Viçosa, Canaã, Erval, Coimbra, Pedra do Anta, Santo Antônio dos Teixeiras, São Miguel do Araponga, São Miguel do Anta e São Vicente do Grama. O Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, criou o distrito de Cajuri, anexado ao município de Viçosa, e desmembrou o distrito de Erval, que se tornou um município independente. Também foram desmembrados os distritos de Teixeiras e Pedra do Anta para formar

¹ ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. **IBGE**, Rio de Janeiro, v. 27. p. 426-432, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: ago. 2015.

o novo município de Teixeiras, e o distrito de São Vicente do Gramma foi transferido para o município de Jequeri.

No quadro administrativo estabelecido para o período de 1939 a 1943, o município era formado por cinco distritos: Viçosa, Cajuri, Canaã, Coimbra e São Miguel do Anta.

3.3 O primeiro registro em cartório do terreno do PNMCR

O primeiro documento registrado em cartório do terreno onde se encontra hoje o PNMCR foi apontado no trabalho da historiadora Carolina Marotta Capanema como a Escritura de 1926, considerada a primeira matrícula do imóvel, constando a transferência de propriedade de Antônio Monteiro de Carvalho e Maria Castro Resende Carvalho para Modestino Augusto Gomes e Josepha [?] de Castro Gomes, na localidade denominada “Conceição”. Essa designação ainda prevalece nos registros cartoriais consultados sobre a área que hoje conforma o Parque.

O terreno que atualmente pertence à Prefeitura Municipal de Viçosa e é utilizado como Parque Natural Municipal do Cristo Redentor foi anteriormente propriedade do Colégio de Viçosa, cujas instalações atuais abrigam órgãos administrativos municipais.

No entanto, foi uma investigação realizada no Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa, MG, que Carolina Capanema traçou um histórico de ocupação e uso da propriedade que remonta às primeiras décadas do século XX.

A análise documental revelou que, antes da ocupação pelo referido estabelecimento de ensino, o terreno era uma unidade produtiva rural, com pastagens e edifícios destinados à habitação e atividades agrícolas, bem como o entorno da então área urbana do município. Na área onde hoje se encontra a Universidade Federal de Viçosa, plantava-se café e, em algumas propriedades, se explorava a pastagem para gado de leite e corte.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise cronológica dos registros cartoriais, começando pelo mais recente (a atual matrícula do imóvel) até o mais antigo.

O terreno passou por alguns outros proprietários até que foi adquirido pelo Colégio de Viçosa S.A., conforme segue:

“Em 1926 foi registrada em cartório a primeira matrícula do imóvel, em que consta a transferência de propriedade de Antônio Monteiro de Carvalho e Maria Castro Resende Carvalho para Modestino Augusto Gomes e Josepha[?] de Castro Gomes, na localidade denominada ‘Conceição’. Esta é a designação que prevalece nos registros cartoriais consultados sobre a área que hoje conforma o Parque. De acordo com o que foi descrito no documento, o imóvel compunha-se de casa de morada assoalhada, coberta de telhas, com instalações sanitárias e elétricas; casa para despejo, parte assoalhada e parte térrea; um paiol coberto de telhas; duas casas para empregados; coberta para carro; cercas e mais benfeitorias; e terras com capoeiras e pastos.”

Como podemos observar, em 1926 foi registrada a primeira matrícula de um imóvel na localidade “Conceição”, transferido de Antônio Monteiro de Carvalho e Maria Castro Resende Carvalho para Modestino Augusto Gomes e Josepha de Castro Gomes. O documento descreve uma casa assoalhada com instalações sanitárias e elétricas, além de outras construções, como um paiol, casas para empregados e áreas de pasto e capoeira. Essa designação ainda prevalece nos registros da área que hoje forma o Parque:

“Pelo que permitiu a interpretação do registro, a propriedade compreendia uma área total de vinte e cinco alqueires, mas a difícil leitura do documento manuscrito compromete a confirmação da informação. Ademais, o próprio funcionário do cartório pode ter cometido um equívoco durante o registro, já que as matrículas posteriores se referem a um total de seis alqueires para a propriedade e não há referência de parcelamento do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis de Viçosa/MG entre a primeira escritura e as seguintes.”

“Em 1934, o agricultor Ilídio Vieira da Silva adquiriu a propriedade de Modestino Augusto Gomes, que constava de ‘seis alqueires de terra mais ou menos, de cultura e pastos’, na localidade de Conceição. O documento não registra em detalhes as benfeitorias realizadas no imóvel para compreendermos se houve alguma alteração, mas consta, entre os proprietários confrontantes, a Escola de Agricultura do Estado de Minas Gerais, José Borges, João Machado e Manoel Rocha da Silva. Outros nomes estão ilegíveis no documento manuscrito.”

A propriedade mencionada no registro inicial tinha uma área total de 25 alqueires, mas a leitura difícil do documento e possíveis erros do cartório dificultam a confirmação, já que matrículas posteriores indicam apenas seis alqueires. Em 1934,

Ilídio Vieira da Silva comprou a propriedade de Modestino Augusto Gomes, descrita como “seis alqueires de terra mais ou menos, de cultura e pastos”. O documento não detalha as benfeitorias realizadas, mas descreve como proprietários confrontantes a Escola de Agricultura do Estado de Minas Gerais e outros, cujos nomes estão ilegíveis, conforme ressaltou a seguir a pesquisadora:

Em 1944, a Sociedade Civil Colégio de Viçosa adquiriu o terreno de Ilídio Vieira da Silva e sua mulher, D. Maria das Neves, no local denominado Conceição. O registro arquivado no cartório refere-se à transcrição da escritura pública de compra e venda do imóvel no valor de Cr\$ 70.000,00, então adquirido pela referida Sociedade Civil, representada na ocasião por seus diretores, os senhores José Santana (Diretor Presidente), Alino Corrêa Borges (Diretor Gerente), Dr. Edgard de Vasconcelos Barros (Diretor Secretário), Saulo Moretszson, Pe. Álvaro Corrêa Borges e Dr. Raimundo Alves Torres, membros da Diretoria, todos residentes e domiciliados na cidade.

O imóvel constava, então, de seis alqueires, mais ou menos ou sejam [sic] 18 has.58as.56cas. de terreno, mais ou menos, uma casa de morada, assoalhada, coberta de telhas e um paiol também coberto de telhas, cercas e tapumes existentes dentro das seguintes confrontações e divisas: partindo da via pública segue fazendo divisa com José Borges Pinheiro por cerca e valo até divisas da Francisco Cassiano seguindo pelo valo dividindo com este, com herdeiros de Antônio Lopes Simplício, com a Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, até divisas de Messias Soares Ferreira; daí segue dividindo com este lombo abaixo por cerca de arame até divisas de Jovino, também por cercas de arame até atingir o córrego nas imediações dos terrenos de José Bicalho, daí voltando paralelamente à estrada, depois de formar um pequeno bico ou ângulo agudo e desse ponto em linha quase reta seguindo a via pública até fechar no ponto de partida (Capanema, 2022, p. 4 e 5).

Conforme indicado pela descrição, o imóvel não passou por mudanças significativas desde o primeiro registro no cartório, permanecendo como uma propriedade rural produtiva. Na escritura foram estabelecidas duas condições para a transferência do imóvel, assegurando aos antigos proprietários (1) o direito às colheitas, incluindo o primeiro corte da cana; e (2) o direito de permanência até a data acordada, com a possibilidade de usar os pastos para seus animais. Ressalta-se que há incerteza quanto à definição de um prazo para essa segunda concessão. O documento, como redigido, sugere que não foi estipulado um limite de tempo, o que pode ter contribuído para que o uso dos pastos tenha se tornado prática tradicional, situação que perdura até hoje e representa um dos desafios na implementação da área como Parque Natural.

Ano	Evento
-----	--------

- | | |
|-------------|---|
| 1926 | - Antônio Monteiro de Carvalho e Maria Resende de Carvalho vendem o terreno para Modestino Augusto Gomes. |
| 1934 | - Ilídio Vieira da Silva e Dona Maria das Neves compram o terreno de Modestino Augusto Gomes. |
| 1944 | - A Sociedade Civil Colégio de Viçosa adquire o terreno de Ilídio Vieira da Silva e Dona Maria das Neves. |
| 1986 | - A Prefeitura de Viçosa adquire o terreno da Sociedade Civil Colégio de Viçosa. |
| 2001 | - Criação do PNMCR. |
| 2009 | - O PNMCR torna-se uma área de proteção integral. |

A pegada do Antropoceno no citado trecho está presente de forma sutil, mas significativa, ao refletir a sobreposição de dinâmicas sociais e econômicas sobre o uso e a gestão de um território. A manutenção do imóvel como propriedade rural produtiva, mesmo após sua destinação como Parque Natural, demonstra a dificuldade de dissociar as práticas tradicionais de ocupação da terra dos objetivos de conservação ambiental.

Essa situação pode também estar associada às dificuldades do poder público em implementar a U.C. e até mesmo à falta de sua regularização fundiária. Essas dificuldades perpassam a consolidação das UCs brasileiras.

Aliado a isso, temos a falta de interesse em conservar essas áreas, que para alguns, no contexto urbano/rural, são reservadas para fins especulativos.

O impacto humano se manifesta na persistência do uso dos pastos e na incerteza jurídica quanto aos limites dessa prática, evidenciando a complexa relação entre a exploração dos recursos naturais e as tentativas de preservar o ambiente. Essa situação revela uma característica marcante do Antropoceno: a dificuldade de equilibrar interesses sociais, econômicos e ecológicos em um contexto de intensas transformações impostas pela ação humana no território.

Carlos Alfredo Joly, ecólogo renomado e professor da Unicamp, é uma referência em estudos sobre os impactos das atividades humanas, como a agricultura, nos ecossistemas rurais, defendendo a integração entre conservação e manejo sustentável. Ele destaca como práticas de desmatamento, monoculturas e uso de agrotóxicos afetam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, além de propor

soluções como o reflorestamento com espécies nativas, manejo agroecológico e monitoramento ambiental para mitigar esses danos. No contexto do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), que possivelmente sofreu impactos agrícolas antes de sua transformação em área protegida, as ideias de Joly² reforçam a importância de mapear áreas degradadas, implementar corredores ecológicos para conectar o parque a outras áreas naturais e envolver a comunidade em ações de educação ambiental, promovendo a regeneração e resiliência ecológica no cenário do Antropoceno.

Figura 5 – Imagem do Livro 3 – S, com destaque para o terceiro registro do lote, quando o imóvel foi adquirido pela Sociedade Civil Colégio de Viçosa.

Foto: Carolina Capanema.

<https://parquedocristovicosa.com.br/cadernos-do-parque>



Matrícula nº 9351, 24 de maio de 1944.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis.

3.4 Histórico de criação do PNMCR

Criado no ano 2001, o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) situado em Viçosa, Minas Gerais, é uma unidade de conservação que abrange uma área de 10,1435 hectares, ocupando uma encosta bastante declivosa entre os bairros

² JOLY, Carlos Alfredo. Biodiversidade e mudanças climáticas: desafios para o Brasil. In: SILVA, José Carlos; ALMEIDA, Maria Fernanda (org.). *Conservação ambiental no Antropoceno*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 45-78.

Bom Jesus e Bela Vista, próxima à área central da cidade. Há uma estátua do Cristo Redentor medindo 15 metros de altura e 15 metros de largura (distância entre as mãos), sobre base de 7 metros de altura, que dá nome à área natural protegida (Viçosa, 2020, p. 26). Esse território se tornou uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral em 2009, regida pela Lei nº 1960/2009, resultado de um estudo técnico realizado pelo Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN/UFV) e inserida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no Brasil. Portanto, pode ser considerado um parque urbano.

Embora tivesse acontecido um lançamento da pedra fundamental do Monumento do Cristo Redentor de Viçosa ainda em 06 de junho de 1996, com uma missa realizada no local pelo bispo Dom Luciano Mendes de Almeida³, contando com as presenças do padre Geraldo, da paróquia do bairro de Fátima, do então prefeito Geraldo Eustáquio Reis e do reitor da UFV Antônio Lima Bandeira, além do construtor e idealizador, Manoel Pontes, percebemos que os planos do Parque do Cristo já estavam em ação antes mesmo dos primeiros documentos oficiais.

No Brasil, de acordo com o SNUC, estabelecido pela Lei nº 9.985, de 2000, um Parque Urbano é uma categoria de unidade de conservação localizada em áreas urbanas que tem como objetivo proporcionar lazer e bem-estar à população, além de promover a educação ambiental e a preservação dos ambientes naturais.

Esses parques servem como espaços públicos abertos à população em geral, destinados à preservação de paisagens naturais e à proteção da fauna e flora, além de oferecerem infraestrutura para atividades recreativas e culturais. Diferente dos parques nacionais, que visam, principalmente, à preservação ambiental em grande escala, os parques urbanos têm papel importante na qualidade de vida dos habitantes urbanos, funcionando como refúgios ecológicos dentro das cidades.

Embora o SNUC não trate de "parques urbanos" como categoria específica, eles são geralmente geridos pelos municípios e seguem o princípio de conciliar a conservação da natureza com o uso público.

³ Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida foi arcebispo de Mariana de 1988 a 2006, quando faleceu aos 75 anos. O arcebispo, da Companhia de Jesus, foi secretário-geral (de 1979 a 1986) e presidente (de 1987 a 1994) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por dois mandatos consecutivos.

LEI Nº 1.960/2009

Transforma o Parque Municipal do Cristo Redentor em Unidade de Conservação:

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - *O Parque Municipal do Cristo Redentor, criado pela Lei nº 1.450/2001, fica transformado em Unidade de Conservação, na categoria de Parque, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 9.985, de 18.07.2000.*

Art. 2º - *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Viçosa, 02 de junho de 2009

Raimundo Nonato Cardoso

Prefeito Municipal

(Esta Lei é originária de Projeto de Lei de autoria dos Vereadores Cristina Fontes, Lidson Lehner Ferreira e Antônio Elias Cardoso, aprovado em reunião do dia 12/05/2009).

A primeira lei não transformava a área do parque em uma UC, apenas demarcava aquela área para uma futura destinação de parque; somente após a Lei nº 1.960/2009 que isso ficou devidamente evidenciado, como podemos verificar a partir de 2 de junho de 2009.

Para Vieira (2004), as áreas verdes assumem diferentes funções, como: “função social, função estética, função ecológica, função educativa e função psicológica”. A esse respeito, analisar a estruturação dos espaços verdes na malha urbana, mostrando, assim, como ocorreram a apropriação do território brasileiro e a importância desse espaço na formação da cidade (Segawa, 1996).

O artigo 5º do antigo Código Florestal presume que a formação de parques municipais pelo poder público, que tem como objetivo, de acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, “preservar ecossistemas de grande importância ecológica e beleza cênica, no qual há possibilidade de pesquisas científicas e desenvolvimento de educação e interpretação ambiental”.

Lei nº 9.985/2000

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a conservação ambiental abrange a gestão do uso humano da natureza, que engloba a proteção, a manutenção, o uso sustentável, a restauração e a recuperação do

ecossistema natural. Seu objetivo é proporcionar o maior benefício, de forma sustentável, às gerações presentes, preservando seu potencial para satisfazer as necessidades e aspirações das futuras gerações e assegurando a sobrevivência de todas as formas de vida.

Na preservação ambiental e na gestão dos recursos naturais, o artigo 5 do SNUC define as diretrizes para a criação e manejo das unidades de conservação, enfatizando a importância de conservar a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais, além de promover o uso sustentável desses espaços. Essas diretrizes orientam a criação de áreas protegidas, garantindo que as comunidades locais possam interagir, de forma harmoniosa, com o meio ambiente.

As leis municipais que instituem o PNMCR em Viçosa refletem esses princípios ao estabelecer normas e objetivos voltados para a conservação ambiental, a proteção da flora e fauna local e a promoção de atividades que respeitem a integridade ecológica da área. Assim, as legislações municipais, ao se basearem nas diretrizes do SNUC⁴, fortalecem a proteção ambiental e promovem o desenvolvimento sustentável na região, garantindo que as futuras gerações possam usufruir dos benefícios naturais proporcionados pelo Parque.

Trazendo o artigo 5º para o nosso objeto de pesquisa, observamos que o SNUC estabelece as duas categorias de unidades de conservação no Brasil: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Numa análise dessas principais categorias estabelecidas nesse artigo, podemos demarcar o que difere essas duas categorias:

1. Unidades de Proteção Integral.
2. Unidades de Uso Sustentável.

Definidas essas diretrizes e normas para a criação, o referido artigo 5º normatiza, então, a implementação e gestão dessas unidades, visando conciliar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais.

Essas categorias servem como instrumentos importantes para a proteção ambiental no Brasil, equilibrando preservação e uso responsável dos recursos.

O mirante com o monumento do Cristo Redentor se destaca como principal atração, possuindo também outro monumento, a imagem de Nossa Senhora da

⁴ Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Conceição Aparecida, localizada no início do mesmo morro, onde se encontra o mirante, próximo à sua entrada.

No contexto do patrimônio cultural, o monumento é uma construção, ou estrutura, que possui valor histórico, artístico, arquitetônico ou simbólico, representando um marco significativo na história ou na cultura de uma sociedade. Esses monumentos podem ser edificações, esculturas, sítios arqueológicos ou, até mesmo, formações naturais que foram integradas à cultura de uma comunidade.

Alois Riegl, historiador da arte e teórico do patrimônio, é um autor associado a essa definição. Em sua obra "O Culto das Relíquias", Riegl discute a importância dos monumentos e sua relação com a memória cultural. Outros autores relevantes no campo do patrimônio cultural incluem Pierre Nora, que explora a memória e a identidade; e Kenneth Clarke, que aborda a preservação do patrimônio artístico.

Os monumentos são preservados não apenas por seu valor estético e arquitetônico, mas também por sua capacidade de transmitir a memória coletiva, os valores culturais e o legado histórico de uma sociedade. Sua relevância pode ser local, nacional ou global, dependendo da importância que possuem para a história ou identidade de um grupo ou nação.

Portanto, no campo do patrimônio cultural, os monumentos funcionam como testemunhos tangíveis da história, preservados para transmitir a importância de momentos, figuras ou períodos específicos às futuras gerações.

Jacques Le Goff (1996), um dos principais historiadores da escola dos Annales, contribuiu significativamente para o estudo da história e da memória, abordando também a questão dos monumentos. Para Le Goff, os monumentos são testemunhos da história, mas ele enfatiza que não são "testemunhos neutros". Eles são, de certa forma, construções intencionais que refletem não apenas o passado, mas também as escolhas, valores e interesses do presente.

Ele argumenta que os monumentos funcionam como "lugares de memória", ou seja, espaços físicos ou simbólicos que guardam a memória coletiva de uma sociedade, mas que também são seletivos. As sociedades escolhem o que preservar e monumentalizar, muitas vezes destacando certos eventos ou personagens, enquanto outros são esquecidos ou marginalizados. Isso significa que os monumentos podem representar uma forma de poder ou controle sobre a memória histórica, privilegiando determinadas narrativas sobre outras.

Le Goff⁵ (1996) também destaca a importância de compreender os monumentos no seu contexto histórico e cultural, vendo-os como produtos do seu tempo, sujeitos a interpretações e reinterpretações ao longo dos séculos. Assim, ele nos lembra de que os monumentos são testemunhos vivos da história, mas também instrumentos de memória que podem ser manipulados e reinterpretados ao longo do tempo.

Ainda segundo Jacques Le Goff (1996):

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.

O início das obras do monumento do Cristo Redentor foi em 22 de janeiro de 1996, cuja inauguração ocorreu em 25 de junho de 2000, tendo como seu principal idealizador o viçosense Manoel Duarte Pontes, que coordenou a construção das obras com fundos obtidos de arrecadações individuais, doações de empresas e campanhas locais. O escultor do monumento foi o artista Vicente Martins Alves, conhecido popularmente como Vicente Rapadura. Também ganha destaque como um dos grandes apoiadores dessa campanha de coleta de fundos o Professor Arlindo de Paula Gonçalves. A estátua possui 15 metros de altura, e cada braço tem 7,5 metros de comprimento (Carvalho; Carvalhaes; Ferreira, 2019).

Foi na gestão do Prefeito Geraldo Reis que o Sr. Manuel Pontes, com seus colaboradores e voluntários, edificou o monumento do Cristo Redentor. Posteriormente, na gestão de Fernando Sant’Ana, os mesmos senhores edificaram o monumento da Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Portanto, menos de dois anos após a conclusão do Cristo Redentor, esse novo projeto ganhou vida em Viçosa. Em 2001, também sob a liderança do Sr. Manoel Pontes, o mesmo visionário por trás do monumento anterior, formou-se uma nova comissão de moradores que se reuniu com um novo objetivo: erguer uma estátua de Nossa Senhora da Conceição Aparecida nas proximidades do PNMCR.

⁵ **Jacques Le Goff** nasceu em Toulon, a 1º de janeiro de 1924, e faleceu em Paris, a 1º de abril de 2014) foi um historiador francês especialista em “Idade Média”. Autor de dezenas de livros e trabalhos, era membro da Escola dos Annales, pertencente à terceira geração, empregou-se em antropologia histórica do ocidente medieval.

A estátua, criada também pelo escultor Vicente Rapadura, possui 8,8 metros de altura. Uma curiosidade notável é que cerca de 1,9 metro da imagem foi esculpido em pedra-sabão, matéria-prima típica de Minas Gerais.

Para financiar o projeto, a Comissão contou com o apoio financeiro tanto da comunidade local quanto de empresas privadas. Com esses recursos, a construção teve início em 17 de junho de 2001 e foi concluída em 3 de novembro de 2002, marcando mais um marco significativo na paisagem e na cultura de Viçosa, abrindo-se, então, a possibilidade da criação de um parque municipal naquela localização. No momento em que a cultura influencia a história do município com a edificação desses monumentos, abre-se um leque de possibilidades para as questões ambientais, culminando na criação do PNMCR.

Recordo-me de ter visto esse monumento da Nossa Senhora Aparecida totalmente desmontado em partes, tal como um *kit* de montagem, guardado na casa do alfaiate Paranhos. Ainda não havia a pintura e era possível observar as lascas de pedra sabão pelo chão, resultado dos últimos acabamentos dados pelo senhor Vicente Rapadura.

A lei de criação do PNMCR, anterior à Lei nº 1960/2009, já estabeleceu algumas diretrizes, entre elas a finalidade de “resguardar os atributos excepcionais da natureza na localidade”, bem como “proteger a flora, a fauna e demais recursos naturais, com objetivos educacionais, científicos e recreativos”.

Lei Municipal nº 1.450/2001

A Lei nº 1450/2001, que cria o Parque Municipal do Cristo Redentor, estabelece um marco legal importante para a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade de Viçosa. A seguir são apresentados alguns comentários sobre os principais aspectos desta lei:

Criação e finalidade do Parque

- **Artigo 1º:** A lei formaliza a criação do Parque em conformidade com o Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/1965), reforçando a proteção da área como unidade de conservação. Ao delimitar a área urbana e registrá-la oficialmente, a lei assegura a preservação de seus 113.900,19 m², incluindo medidas específicas para sua localização.
- **Artigo 2º:** As finalidades definidas demonstram um enfoque amplo, desde a proteção de atributos naturais (solo, flora, fauna, água) até objetivos

educacionais, científicos e recreativos. Este ponto reflete uma abordagem multifuncional que busca equilibrar conservação ambiental e uso sustentável.

Restrições e Proteções

- **Artigo 3º e Artigo 4º:** A lei é clara em proibir atividades que possam comprometer os recursos naturais do parque, como a supressão de áreas, exploração de recursos e uso de fogo. Ao sujeitar o parque ao regime especial de proteção do Código Florestal e de outras normas, a legislação cria um escudo legal para evitar intervenções prejudiciais.

Gestão e Administração

- **Artigo 6º:** A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente é designada como responsável pela execução das obras e pela implantação do parque. Essa disposição incentiva a gestão integrada e abre espaço para parcerias que possam viabilizar os objetivos estabelecidos. No entanto, a ausência de uma previsão específica para financiamento de longo prazo pode limitar a implementação efetiva.
- O regimento de funcionamento do Parque, previsto no parágrafo único, é um ponto fundamental, pois deverá detalhar como as atividades e usos permitidos serão organizados para atender aos objetivos da lei.

Uso pela comunidade

- **Artigo 2º, Inciso IV:** A lei permite o uso do parque por associações e entidades sem fins lucrativos, desde que suas atividades sejam compatíveis com a preservação ambiental. Essa abertura é positiva, pois estimula o envolvimento comunitário e a realização de atividades educativas e recreativas.

Impacto orçamentário

- **Artigo 5º:** A inclusão de dotações específicas no orçamento municipal mostra o compromisso com a execução inicial das obras e serviços. Porém, a lei não detalha como será garantido o custeio contínuo da manutenção e operação do parque.

Considerações Gerais

A Lei nº 1450/2001⁶ é abrangente e destaca a importância da conservação ambiental, alinhando-se às diretrizes legais nacionais e ao bem-estar local. No entanto, alguns desafios podem ser observados:

- A necessidade de assegurar recursos financeiros contínuos para manutenção e operação do parque.
- A implementação e fiscalização efetiva das proibições e restrições estabelecidas.
- O engajamento da comunidade para garantir a preservação e o uso sustentável da área.

Por fim, a lei é um exemplo de como os municípios podem legislar para equilibrar desenvolvimento urbano e preservação ambiental, contribuindo para a qualidade de vida da população e a sustentabilidade local.

Uma segunda etapa após a criação da UC foi a análise das áreas de influência e de sua zona de amortecimento, ou seja, delimitar as áreas do entorno do Parque, bem como o planejamento das ações futuras. Essas ações, somadas à primeira fase, desempenharam papel crucial que reflete muito no território atual do PNMCR. Esses padrões distintivos são estabelecidos pela presença de faixas de contato e transição, que espacialmente compõem quadros excepcionais, formando um mosaico paisagístico. Também descreve a substituição dos ecossistemas naturais pela produtividade agrícola, resultado da rápida expansão e destruição das florestas para a expansão do espaço agrário, sendo essa forma de desenvolvimento econômico amplamente adotada na maioria dos países tropicais.

Retomando o conceito do Antropoceno desde 1824, quando Langsdorff relatou sua passagem por terras praticamente intocadas, já remontam 200 anos de história desse território, que hoje compreende o PNMCR. A adoção de um modelo econômico extrativista:

provocou mudanças drásticas na estrutura dos ecossistemas, desencadeadas pela devastação da cobertura vegetal natural, exploração de madeira, urbanização e industrialização, transformando pequenos espaços em ambientes prejudiciais à qualidade de vida (de Oliveira Silva, A. K., 2010).

⁶Lei Ordinária Nº 1450/2001. Norma em vigor. *CRIA O PARQUE MUNICIPAL DO CRISTO REDENTOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Sobre as zonas de amortecimento do entorno do Parque, o documento do Plano de Manejo ressalta que “a compreensão desta dinâmica da delimitação territorial e suas adjacências impactam positivamente no sentido de se traçar o curso das próximas etapas para a UC” (PM do PNMCR, 2020).

A análise das Leis Municipais nº 1960/2009, em relação ao que rege o SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, mostra que há concordância geral no que diz respeito à estruturação das unidades de conservação, em especial no que se refere ao “Artigo 5º”. Esse artigo estabelece duas categorias principais de unidades de conservação: “Proteção Integral” e “Uso Sustentável”, categorias essas que estão refletidas nas diretrizes municipais.

Especificamente em relação à APA do Ribeirão São Bartolomeu, a legislação municipal segue as diretrizes de “Unidades de Uso Sustentável”, o que está em sintonia com o SNUC. A “Área de Proteção Ambiental (APA)” permite a ocupação e uso dos recursos naturais de forma sustentável, preservando a biodiversidade e qualidade dos ecossistemas, sem impedir completamente o uso humano, desde que seja compatível com a preservação ambiental. A APA do Ribeirão São Bartolomeu, portanto, mantém esse equilíbrio entre conservação e desenvolvimento sustentável.

No entanto, as leis municipais trazem particularidades no que diz respeito ao “gerenciamento da APA”, que podem divergir da Lei Federal no nível de detalhamento e na ênfase à “participação local”. Enquanto o SNUC estabelece um quadro geral de regulamentação para todo o país, as leis municipais refletem adaptações às realidades locais, criando mecanismos de gestão específicos para o contexto do PNMCR e da APA do ribeirão São Bartolomeu. Isso inclui, por exemplo, normas particulares de uso do solo e gestão da água, que podem ser mais rígidas ou flexíveis, conforme as necessidades de conservação e desenvolvimento da região.

Em conclusão, a Lei Municipal nº 1960/2009 está em consonância com os princípios estabelecidos pelo SNUC e pela Lei Federal nº 9.985/2000, especialmente no que tange à categoria de “Unidade de Uso Sustentável”. As diferenças observadas no gerenciamento da APA do Ribeirão São Bartolomeu demonstram a flexibilidade das legislações municipais em adaptarem às diretrizes federais às especificidades locais, garantindo a proteção ambiental, enquanto possibilitam o uso sustentável dos recursos naturais.

No contexto do PNMCR, a Unidade de Conservação (UC) se distingue de outras áreas do município, como a APA do Ribeirão São Bartolomeu, por ser designada como área de preservação integral. Nesse caso, apenas o uso indireto de seus recursos naturais é permitido. No entanto, as unidades de uso sustentável têm como objetivo principal conciliar a preservação da natureza com a utilização sustentável de parte de seus recursos naturais.

No detalhe da próxima figura, podemos constatar uma das diversas placas de sinalização instaladas no perímetro do PNMCR.

Figura 6 – Detalhe do mapa da área do PNMCR com uma das placas de sinalização dentro do Parque



3.5 A Criação da UC

É preciso conhecer a origem, como se inicia todo esse processo de criação da UC, notadamente posterior ao término das obras do primeiro monumento do Parque. Demarca-se, assim, um recorte a partir dos anos de 2000, quando se iniciaram as obras do Cristo Redentor e se formularam também os primeiros debates do que seria o Parque do Cristo.

Logo a seguir foi elaborado um levantamento das principais demandas para dar início às ações do Parque. Os primeiros apontamentos serviram de base para a

realização do projeto que, posteriormente, contribuiu para a elaboração do Plano de Manejo (PM) do Parque Natural do Cristo Redentor. Conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma área natural protegida é definida como um território que engloba seus recursos ambientais de relevância natural. Assim, essa área é oficialmente estabelecida pelo Estado, com objetivos de preservação e limites demarcados e sujeita a um regime especial de gestão que inclui medidas adequadas de proteção. Essas áreas de conservação se subdividem em diversas categorias, incluindo os parques (Nacionais, Estaduais e Municipais). O Parque do Cristo, portanto, é um exemplo de Parque Municipal, embora seja instituído conforme a legislação federal. Para se distinguir de parques comuns de recreação, recebe a designação de Parque Natural Municipal.

Proteção Integral: nessa classe de área de preservação ambiental há a intenção de manter os ecossistemas sem mudanças provocadas por intervenções humanas, permitindo apenas o aproveitamento indireto de seus recursos naturais. O uso indireto refere-se àquele que não implica consumo, coleta, dano ou destruição dos elementos naturais. Outra categoria de unidade de conservação é a de Uso Sustentável, que permite intervenções diretas.

Plano de Manejo: o Plano de Manejo é um documento técnico que estabelece o zoneamento da Unidade de Conservação e as diretrizes para o uso da área e a gestão dos recursos naturais, incluindo a instalação de infraestruturas necessárias para sua administração, com base nos objetivos gerais da categoria. Em outras palavras, o Plano de Manejo determina as regras de utilização dos parques, seja para atividades recreativas, pesquisa científica, educação ou conservação. Ele define as atividades permitidas em cada área designada (zona) com base em estudos técnicos, os quais visam garantir a preservação da área natural, bem como a segurança da visitação pública. De acordo com o SNUC, toda Unidade de Conservação (UC) deve dispor de um Plano de Manejo, documento técnico mediante o qual se estabelecem o zoneamento (definição de setores ou zonas de acordo com usos específicos) e as normas que devem nortear a utilização da área, a gestão dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à administração da unidade. O documento elaborado indica as intervenções necessárias para tornar a área mais atrativa e segura para frequentadores.

Recentemente, esse PM passa por um processo de readequação pela equipe do ISAViçosa, em concordância com o Conselho Consultivo do Parque, uma vez que

esse mesmo plano foi elaborado pela empresa Evolua Ambiental em tempo muito curto, o que resultou em medidas inadequadas para serem adotadas em nossa região.

O SNUC define dois grupos de UCs, Unidades de Proteção Integral, que são compostas pelas categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual e Parque Municipal, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. No outro grupo estão as Unidades de Uso Sustentável, o qual é composto pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

O Instituto de Planejamento e Meio Ambiente (IPLAM), por meio da Diretoria de Meio Ambiente, é o órgão que inicialmente atuou na coordenação desses trabalhos, que incluíam também a resolução das pendências burocráticas e estruturais para a implantação do Parque. De acordo com a Lei Municipal nº 2.609/2016, que altera e consolida a Legislação Municipal que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Viçosa e dá outras providências, essas disposições deverão passar pelo Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano-Rural – COMPUR.

Em 2019, a Prefeitura Municipal de Viçosa contratou a empresa Evolua Ambiental, Engenharia e Consultoria Ltda., sediada em Itajaí, SC, por meio de licitação, para realizar o diagnóstico da área, atendendo às demandas da Lei Municipal nº 1.450/2001, quando ainda não havia previsão para a sua transformação em Unidade de Conservação pelo município. No entanto, de acordo com a referida lei que antecedeu a transformação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor em uma Unidade de Conservação, o Parque já tinha objetivos bem definidos. Esses objetivos incluíam proteger os atributos naturais excepcionais da região; salvaguardar a flora, a fauna e outros recursos naturais, com enfoque educativo, científico e recreativo; garantir o bem-estar público; e permitir o uso do Parque por organizações sem fins lucrativos sediadas em Viçosa, desde que suas atividades não representassem ameaças à preservação ambiental.

Uma das principais atividades previstas era a realização de levantamentos sobre a fauna, a flora e a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento do Parque. Essas medidas visavam garantir a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo que ofereciam oportunidades para a comunidade

local desfrutar e aprender com o ambiente natural, que já possuía as seguintes finalidades, de acordo com o texto da lei:

**Resguardar os atributos excepcionais da natureza;*

**Proteger a flora, a fauna e demais recursos naturais, com objetivos educacionais, científicos e recreativos;*

**Assegurar condições de bem-estar público;*

**Proporcionar às associações e entidades sem fins lucrativos, com sede no município de Viçosa, a utilização dos domínios do PNMCR em atividades que não apresentem riscos à preservação da flora, da fauna e aos demais recursos naturais.*

Entre essas finalidades, destacam-se os levantamentos sobre a situação da fauna, da flora e da estrutura necessária para o funcionamento do Parque. A partir desse documento foi elaborado o Plano de Manejo definitivo, estabelecendo-se, assim, as normas que disciplinam o uso da área, o manejo de recursos naturais e a sugestão de algumas estruturas físicas consideradas necessárias à gestão da unidade. O objetivo do documento foi pontuar as intervenções necessárias para atender às exigências da legislação e desenvolver o potencial turístico, ambiental e científico da área do Parque. O citado plano, então, foi avaliado pelo Conselho Consultivo do Parque do Cristo (recentemente nomeado e depois instituído oficialmente via Decreto do Prefeito, veja a Figura 12, na página 60).

Essa etapa foi financiada com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FUMMA), com aprovação pelo Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (CODEMA), que reservou R\$39.000,00 para a elaboração do Plano de Manejo (apenas o documento). A equipe contratada pontuou as obras e intervenções necessárias no local, como a construção de guaritas, calçamentos, sinalização de trilhas e demarcação de áreas para piqueniques, além da própria reforma do monumento do Parque para a efetivação das propostas contidas no documento.

A ilustração a seguir fez parte de uma disciplina do curso de Arquitetura da UFV e vislumbra um Parque já em avançado processo de reflorestamento, com trilhas pavimentadas, escadas de acesso, sede da unidade etc.

Figura 7 – Ilustração do Projeto Arquitetônico apresentado ao Conselho Consultivo do Parque do Cristo Redentor



Fonte: <https://parquedocristovicosa.com.br/projeto-arquitetonico-e-apresentado-ao-conselho-consultivo-do-parque-do-cristo>.

3.6 A Iniciativa do Casal Salgado e o Projeto do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, Viçosa-MG

Um casal brasileiro, que plantou mais de 20 milhões de árvores e reflorestou uma região inteira, é destaque na mídia internacional. Ao todo, Sebastião e Lélia Salgado plantaram 290 espécies e já restauraram 1.500 acres de terra.

Sebastião Salgado (1944) é fotógrafo brasileiro amplamente reconhecido como um dos maiores talentos da fotografia mundial, notável pelo forte enfoque social presente em sua obra. Sebastião Ribeiro Salgado Júnior nasceu em Aimorés, Minas Gerais, em 8 de fevereiro de 1944. Ele passou sua infância na Fazenda Bulcão, em Aimorés, e parte da juventude em Vitória, Espírito Santo. Formou-se em Economia pela Universidade do Espírito Santo, em 1967.

Em 1968, Salgado concluiu mestrado na Universidade de São Paulo. No mesmo ano, casou-se com Lélia Deluiz Wanick, arquiteta e ambientalista. Perseguido pelo regime militar em 1969, mudou-se para Paris, onde cursou doutorado.

Entre 1971 e 1973, trabalhou como secretário para a Organização Internacional do Café, em Londres. Durante uma viagem à Angola, onde coordenava um projeto sobre a cultura do café, começou a fotografar como *hobby*.

O trabalho do casal já é famoso na região de Aimorés, Minas Gerais. Tudo começou em 1998, quando a área estava devastada em função de décadas de uso e ocupação das terras por diversas atividades produtivas. Agora, mais de 20 anos depois, o local ganhou nova vida e está todo verde de novo! A propriedade virou um paraíso de biodiversidade no Brasil.

Na introdução do livro *Êxodos* (2000), escreveu:

Mais do que nunca, sinto que a raça humana é somente uma. Há Diferenças de cores, línguas, culturas e oportunidades, mas os sentimentos e reações das pessoas são semelhantes. Pessoas fogem das guerras para escapar da morte, migram para melhorar sua sorte, constroem novas vidas em terras estrangeiras, adaptam-se a situações extremas...

A história de Sebastião e Lélia Salgado se tornou um símbolo de esperança e transformação ambiental. O casal brasileiro plantou mais de 20 milhões de árvores, restaurando uma área de mais de 1.500 acres com 290 espécies nativas no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. O trabalho incansável dos Salgado chamou a atenção da mídia internacional, destacando o poder de iniciativas privadas na restauração ecológica. A fazenda, que um dia estava devastada por anos de desmatamento e degradação, hoje abriga o Instituto Terra, uma referência em reflorestamento e conservação.

Esse feito notável inspira muitos projetos de recuperação ambiental, incluindo iniciativas públicas, como a recuperação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, em Viçosa-MG. No entanto, existem diferenças claras entre esses dois tipos de projetos.

Enquanto o esforço dos Salgado foi conduzido por uma iniciativa privada e familiar, com foco na mobilização individual e na gestão direta da área restaurada, o projeto do Parque em Viçosa depende da coordenação de várias entidades públicas e sociais. A Prefeitura de Viçosa, em conjunto com o Conselho Consultivo do Parque, o Ministério Público de Minas Gerais e outras entidades ambientais, uniu forças para restaurar e preservar a área do Parque. O processo é mais complexo devido à necessidade de conciliar interesses públicos, regulamentações legais e políticas ambientais.

Enquanto a iniciativa privada pode ser mais ágil e ter maior flexibilidade para tomar decisões rápidas, o projeto público no Parque Cristo Redentor exige diálogo constante entre diferentes partes interessadas e um planejamento integrado que considera não apenas a recuperação da área, mas também o envolvimento da comunidade local, o respeito às leis ambientais e a manutenção de um equilíbrio sustentável em longo prazo.

No entanto, o papel do poder público também traz benefícios que complementam essas iniciativas. A recuperação do Parque em Viçosa, por exemplo, oferece uma oportunidade para mobilizar recursos governamentais, garantir proteção legal à área restaurada e envolver a sociedade civil em um esforço coletivo. A presença de órgãos como o Ministério Público assegura a fiscalização e manutenção do projeto, além de fomentar políticas de preservação ambiental que podem servir de modelo para outros municípios.

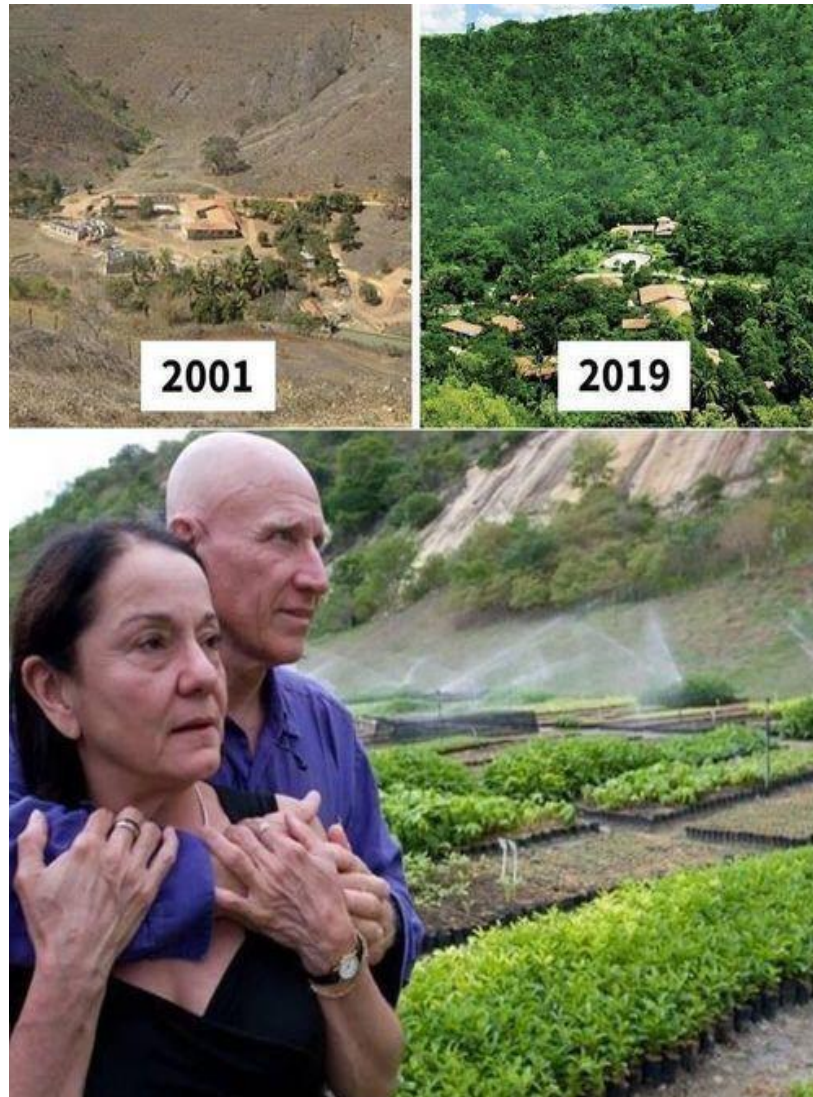
Em essência, tanto o trabalho dos Salgados⁷ quanto o esforço em Viçosa são exemplos cruciais da importância da recuperação ambiental. Eles mostram que, seja por iniciativas privadas ou públicas, é possível reverter os danos causados pela degradação e criar novos horizontes para a biodiversidade. Se o trabalho do casal se destaca pelo impacto transformador de uma iniciativa pessoal e de longo prazo, o projeto em Viçosa ressalta a força da cooperação entre entidades públicas e sociais para garantir a preservação do patrimônio natural e o acesso a ele.

Esses exemplos nos lembram de que a recuperação ambiental é um esforço de todos – seja na escala individual, seja na escala coletiva. Ambos os projetos continuam a inspirar ações em prol da sustentabilidade, reforçando a urgência de cuidarmos de nosso planeta.

Na ilustração seguinte, detalhes do casal e do antes e depois da propriedade já recuperada.

⁷ O casal criou o Instituto Terra, responsável pela restauração, quando Salgado voltou de uma viagem fotográfica a Ruanda em 1994, quando também documentou o genocídio que ocorreu na região. O objetivo inicial era replantar quatro milhões de árvores – cerca de 17 mil acres de terra – naturais da região.

Figura 8 – O fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado e a esposa Lélia Wanick Salgado divulgaram, no *Facebook*, uma montagem que mostra a restauração florestal na propriedade da família. As imagens têm 20 anos de diferença, e a comparação impressiona



Fonte: https://www.facebook.com/SebastiaoSalgadoOficial/?locale=pt_BR.

3.7 A execução do Plano de Manejo

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Cristo Redentor (PNMCR) só foi elaborado em 2019 e aprovado em dezembro de 2020, portanto 10 anos depois da criação da UC. Esse documento oferece uma visão abrangente da região, abordando aspectos bióticos (fauna e flora) e abióticos (solos, relevo, clima, geologia), além de elementos socioeconômicos e culturais. Nele estão detalhados diversos programas

que orientam a administração do Parque, apresentando seus objetivos específicos, metas e atividades (PM do Parque, 2020).

O Plano de Manejo é um documento técnico que define o zoneamento da Unidade de Conservação e as diretrizes para o uso da área e a gestão dos recursos naturais. Isso inclui a instalação de infraestrutura necessária para sua administração, com base nos objetivos gerais da categoria. Em suma, o Plano de Manejo estipula as normas de utilização dos parques para atividades recreativas, pesquisa científica, educação ou conservação. Ele especifica as atividades permitidas em cada zona designada, com base em estudos técnicos, visando garantir a preservação da área natural e a segurança dos visitantes.

Para avançarmos neste item, que é o mais teórico de todos, precisamos recordar alguns tópicos importantes:

- Uma UC, Unidade de Conservação, é um espaço geográfico que inclui seus recursos ambientais, caracterizado por sua importância natural. Este espaço é legalmente estabelecido pelo Poder Público, com objetivos específicos de preservação e limites claramente definidos, sendo administrado sob um regime especial que assegura a proteção necessária. As Unidades de Conservação são classificadas em diferentes categorias, como Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. O Parque do Cristo Redentor de Viçosa é, portanto, um parque municipal que opera de acordo com as diretrizes da legislação federal.
- Um parque é uma modalidade de Unidade de Conservação. As Unidades de Conservação são classificadas em dois grandes grupos: (1) Unidades de Proteção Integral e (2) Unidades de Uso Sustentável. Os parques pertencem ao grupo de Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica. Esses parques permitem a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Quando se trata de áreas municipais, esses espaços são chamados de Parques Naturais Municipais.
- Um Plano de Manejo é um documento técnico que estabelece o zoneamento de uma Unidade de Conservação, além das normas que regulam o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Esse plano

inclui a implantação das estruturas físicas necessárias para a gestão, sempre com base nos objetivos gerais da categoria da unidade. Em essência, o Plano de Manejo define as regras de uso dos parques, sejam elas para fins recreativos, de pesquisa científica, de educação ou de conservação. Determina o que será permitido em cada área (zona), baseada em estudos técnicos que visam garantir a conservação da área natural e assegurar uma visitação pública segura.

A administração do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor é realizada pela Prefeitura Municipal de Viçosa, com o suporte de um Conselho Consultivo. Esse Conselho é composto por representantes do poder público e da sociedade civil. De acordo com a legislação brasileira, todas as Unidades de Conservação classificadas como de Proteção Integral devem contar com um Conselho Consultivo. Esse Conselho é presidido pelo órgão responsável pela administração da unidade – no caso, a Prefeitura Municipal de Viçosa – e inclui representantes de outros órgãos públicos, organizações da sociedade civil e proprietários de imóveis situados nas proximidades da área protegida.

Neste trabalho, a participação do Conselho Consultivo do Parque do Cristo tem merecido um recorte específico, pois a partir das atas geradas e aprovadas após as reuniões, vão repercutir nas medidas que serão tomadas posteriormente, norteadas as ações do ISAViçosa dentro da administração do Parque.

O Instituto Socioambiental de Viçosa – ISAViçosa é uma organização da sociedade civil com sede no município de Viçosa e conta com 15 anos de experiência na área ambiental, especialmente na gestão de Unidades de Conservação. Sua expertise inclui a coordenação técnica de diversos Planos de Manejo em Unidades de Conservação em Minas Gerais.

Devido ao seu histórico e experiência na implementação de Unidades de Conservação, o ISAViçosa vem contribuindo para a execução deste Plano de Manejo desde de que firmou, em 2021, o Acordo de Cooperação nº 001/2021 (Processo nº 1450/2021) com a Prefeitura Municipal de Viçosa. Esse acordo visa à execução das ações necessárias para a implementação do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, com vigência de 10 anos a partir da sua assinatura.

O estabelecimento de parcerias para a execução das obras e serviços do Parque está previsto na Lei de Criação do Parque (Lei nº 1.450/2001), que no artigo 6º menciona: “a execução das obras e serviços para implantação do Parque Municipal

será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e, quando necessário, de parcerias que a viabilizem”.

A empresa Evolua Ambiental, Engenharia e Consultoria Ltda., de Itajaí, SC, foi a primeira empresa contratada para elaborar esse plano de manejo que, na verdade, apresenta várias inconsistências. Isso porque foi simplesmente adaptado talvez de outro projeto para ser aplicado no Parque do Cristo, com informações de coleta de dados colhidas em um período de tempo curto e inapropriado para um volume de informações. Algum tempo depois foi feito um plantio de mudas – dizem que foram 30.000 exemplares –, através do plantio direto, sem correções do solo, mudas essas que simplesmente morreram no sol ou pegaram fogo literalmente com as queimadas.

O Jornal Folha da Mata, de 08/07/2020, publicou a seguinte matéria:

A Prefeitura de Viçosa contratou, em novembro de 2019, a empresa Evolua Ambiental Engenharia e Consultoria Ltda, de Curitiba, ao preço de R\$ 39 mil, para a elaboração do Plano de Manejo do Parque do Cristo, área preservada de recursos naturais situada atrás do Centro Administrativo Prefeito Antônio Chequer, antigo Colégio de Viçosa.

O Plano de Manejo é um documento técnico que estabelece o zoneamento das unidades de conservação e as normas que devem disciplinar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, ações necessárias para a recuperação e funcionamento do Parque, da sinalização e de vias de acesso etc.

“Apesar de o contrato ter sido assinado há sete meses, a ordem para a execução do serviço somente foi dada no último dia 1º de junho e o compromisso da empresa com o Município de Viçosa é de que os trabalhos sejam concluídos em até 120 dias. A julgar pelo andar da carruagem, somente em dezembro próximo é que haverá novidade nesse processo de revitalização do Parque do Cristo, em Viçosa, que hoje se encontra totalmente abandonado.”

A matéria publicada pelo Jornal Folha da Mata em 8 de julho de 2020 aponta algumas críticas e observações sobre o processo de revitalização do Parque do Cristo em Viçosa, destacando o atraso na execução dos trabalhos e a situação de abandono do parque.

Principais Pontos da Matéria

1. Contratação da empresa: a Prefeitura de Viçosa contratou, em novembro de 2019, a empresa Evolua Ambiental Engenharia e Consultoria Ltda., especializada na elaboração de Planos de Manejo para unidades de conservação, pelo valor de R\$39.000,00. Isso demonstra um esforço inicial para dar direcionamento técnico ao manejo e à recuperação do parque.
2. Demora na execução do contrato: apesar de a contratação ter ocorrido sete meses antes, a ordem para que a empresa iniciasse os serviços foi dada apenas em 1º de junho de 2020. Esse atraso de meses é um ponto crítico levantado pela matéria, sugerindo possível falta de prioridade ou planejamento por parte da administração municipal.
3. Previsão de conclusão: o prazo para a elaboração do Plano de Manejo é de até 120 dias a partir da ordem de execução. Assim, os trabalhos só seriam concluídos, no cenário ideal, em outubro de 2020. O jornal, contudo, especula que as mudanças efetivas no parque só ocorreriam a partir de dezembro de 2020.
4. Situação atual do parque: a matéria destaca que o Parque do Cristo se encontra em estado de abandono, sugerindo que, enquanto os trâmites burocráticos avançam de forma lenta, a população segue sem acesso a um espaço revitalizado e funcional.

O que o jornal quer dizer

- **Crítica a lentidão administrativa:** o jornal aponta que houve demora injustificada para iniciar a execução do contrato, sugerindo uma falta de prioridade da Prefeitura em resolver o abandono do parque.
- **Destaca a importância do Plano de Manejo:** apesar das críticas, a matéria reconhece que o Plano de Manejo é essencial para organizar o uso do parque, preservando seus recursos naturais e orientando a revitalização da área. **Frustrações com a revitalização:** o texto reflete a insatisfação da comunidade com a situação do parque e a demora em apresentar resultados concretos, enfatizando o impacto do abandono no potencial ambiental e recreativo da área.

Em resumo, a reportagem serve como chamado à atenção pública e à cobrança de agilidade na execução das melhorias do Parque do Cristo, evidenciando

a disparidade entre as intenções administrativas e a realidade enfrentada pela população de Viçosa.

A Figura 9 traz um momento da equipe Evolua Ambiental fazendo levantamento do PNMCR em um período ainda de pandemia do Covid-19. A Figura 10 mostra a capa do produto 4 do referido levantamento, o Plano de Manejo.

Figura 9 – Equipe da Evolua Ambiental fazendo o diagnóstico do Parque



Foto: Site da PMV, em 07/2020.

Figura 10 – Capa do produto 4, Plano de Manejo Final, dezembro de 2020.



(Jornal Folha da Mata-Parque do Cristo: Plano de Manejo ainda indefinido).
 Fonte: *Jornal Folha da Mata*, de 08/07/2020.

3.8 O Conselho Consultivo do Parque do Cristo

Para dar início à operacionalização das atividades do Parque do Cristo, no dia 25 de junho de 2020 foi realizada uma solenidade no Centro Administrativo Prefeito Antônio Chequer, quando o vice-prefeito de Viçosa, Arnaldo Dias de Andrade (PSB), empossou os novos membros do Conselho Consultivo da unidade ambiental. A ação atende às determinações da Lei nº 2.378/2014, de autoria do vereador Geraldo Luís Andrade (Geraldão – Avante), que estabelece a criação e composição do Conselho.

O Conselho Consultivo do Parque do Cristo é paritário, composto por nove membros titulares e nove suplentes, representando tanto o setor público quanto a sociedade civil. Entre os representantes do poder público estão a Câmara Municipal, a Polícia Militar Ambiental, a Secretaria Municipal de Cultura, a Diretoria de Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Já a sociedade civil é representada por dois moradores do entorno do Parque,

dois membros ligados à Direção do Colégio Equipe e dois representantes da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus.

Os conselheiros titulares empossados incluem:

- Gilberto de Castro Silva (IEF).
- Geraldo Luís Andrade, substituído posteriormente por Daniel Cabral (Câmara Municipal).
- José Mário Rangel - *in memoriam* (Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Esportes).
- Vanderlei Altoé (Colégio Equipe).
- Isa Maria Dias Bastos Peixoto, presidente do Conselho (Diretoria de Meio Ambiente).
- Angeline Martini (UFV).
- Marco Antônio da Silva (Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus).
- José Afonso Fialho Abranches (Polícia Militar Ambiental).
- Neir Gomes Duarte Filho (morador do entorno da Unidade de Conservação).

A primeira reunião dos conselheiros ocorreu no dia 8 de julho de 2020, às 14 h, no Salão Nobre do Centro Administrativo Prefeito Antônio Chequer.

O Conselho Consultivo foi instituído oficialmente em 2014, com a aprovação da Lei nº 2.378, e, em 2018, a Lei nº 1.371 adicionou mecanismos para financiar a arborização e recuperação de áreas degradadas do parque.

Apesar de sua criação há 19 anos, o parque não tem desempenhado plenamente seu papel. Ao longo dos anos, poucas melhorias foram feitas, e essas sofrem degradação com o tempo, comprometendo o entorno do monumento do Cristo Redentor.

Tabarelli e Gascon (2005)⁸ destacam que nas últimas duas décadas a pesquisa no campo da conservação ambiental tem gerado volume significativo de informações sobre os impactos adversos do uso da terra na sobrevivência das espécies, na estrutura das comunidades e na funcionalidade dos ecossistemas. Agora, compreendemos como as florestas tropicais são influenciadas pela perda de habitat, fragmentação resultante da intervenção humana, exploração seletiva de madeira,

⁸ Lições da pesquisa sobre fragmentação: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade, Marcelo Tabarelli e Claude Gascon.

construção de estradas e expansão das áreas agrícolas. Essas descobertas sustentam três conclusões fundamentais:

1. O processo inicial de transformação das paisagens naturais pela ação humana envolve a perda e fragmentação de habitats, em conjunto com a derrubada de florestas, muitas vezes ocorrendo no interior dos fragmentos, e a criação de áreas de transição. Isso culmina na completa inserção dos fragmentos em ambientes não florestais (Corlett, 2000; Tabarelli *et al.*, 2004).

2. A maior parte dos danos ambientais enfrentados pela fauna e pela flora florestal, como a alteração das interações entre espécies, extinções locais, redução da biomassa e invasão de espécies não nativas, está relacionada a um conjunto restrito de fatores. Esses incluem a perda de habitat, o impacto das bordas das áreas desmatadas, a utilização da terra nas áreas circundantes (conhecido como efeito da matriz) e a caça e coleta nos fragmentos remanescentes de floresta (considerados fatores de degradação) (Bierregaard *et al.*, 2001).

3. Esses fatores de degradação podem atuar de maneira sinérgica, ou seja, interagir entre si, amplificando os efeitos individuais de cada um (Fahrig, 2003; Tabarelli *et al.*, 2004).

A forma como as pessoas organizam seus espaços revela uma riqueza de detalhes que antes passavam despercebidos, frequentemente refletindo experiências vividas ou percepções humanas sobre aquele lugar específico. Um dos conceitos fundamentais que evidencia a interseção entre a História Ambiental e a História Regional é o de "paisagem". Tanto historiadores ambientais quanto geógrafos consideram a paisagem como um dos principais objetos de estudo. A identificação, análise e compreensão das mudanças e permanências no ambiente natural são aspectos essenciais de ambos os campos. De acordo com o historiador José D'Assunção Barros (2007, p. 99):

[...] uma paisagem é uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam (pensemos na paisagem de um Deserto, de uma Floresta, ou de uma *Cidade*). Sobre o conceito de paisagem abordaremos mais detalhes no capítulo 6.

Em dezembro de 2013, uma ação civil pública foi protocolada, acompanhada de uma solicitação de medida liminar, contra a Prefeitura de Viçosa, alegando negligência e abandono do Parque Municipal do Cristo Redentor. Como resultado, foi

solicitada a elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (UC). Mais uma vez, a preservação e a dedicação ao local foram garantidas graças ao envolvimento e à mobilização vigorosa da comunidade local.

No ano 2014 foi estabelecido o Conselho Consultivo do Parque pela Lei Municipal nº 2.378/2014, a qual apresentaremos em detalhes no final deste capítulo. Esse Conselho é composto por representantes de diversos setores da sociedade viçosense, incluindo o poder público municipal, instituições de ensino e residentes das comunidades próximas ao Parque, entre outros. O Conselho realiza reuniões mensais, abertas ao público, com o propósito de discutir e resolver questões relacionadas ao Parque, sendo liderado pela Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Viçosa.

Nesse Conselho Consultivo coexistem grupos de trabalho como a câmara técnica de pesquisa, que avalia e autoriza a realização de pesquisas científicas no Parque do Cristo.

O papel do Conselho Consultivo é analisar demandas, aconselhar e propor ações que venham contribuir com a gestão da unidade de conservação. Não possui papel deliberativo, ficando a cargo da Prefeitura Municipal de Viçosa, que preside o conselho, tomar a decisão.

Sua composição entre os seguintes integrantes do poder público e da sociedade civil. As reuniões acontecem de forma ordinária a cada mês.

A Lei Municipal nº 2.378/2014 regulamenta a composição, mandato, atribuições e funcionamento do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação do Monumento do Parque do Cristo, em Viçosa.

Composição do Conselho

O Conselho é formado por representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, além de membros da sociedade civil. Cada órgão ou entidade participante pode indicar um titular e um suplente.

Mandato e Indicação

- Mandato: 2 anos, com possibilidade de recondução.
- Indicação:
 - Poder Público: realizada pelos titulares dos órgãos.
 - Sociedade Civil: feita pelas entidades participantes.

Funcionamento

- Reuniões e Quórum: decisões são tomadas com a presença de metade mais um dos membros, por maioria simples.
- Atribuições:
 - Elaborar o regimento interno.
 - Acompanhar e revisar o Plano de Manejo.
 - Avaliar orçamento e relatórios financeiros.
 - Integrar-se a outras áreas protegidas e propor ações para alinhar preservação e interesses locais.

Prazo e Vigência

O Poder Executivo teve o prazo de 120 dias para regulamentar a lei, aprovada em 13/05/2014. Essa regulamentação estabelece as diretrizes para o pleno funcionamento do Conselho e sua atuação na gestão do Parque do Cristo.

Até certo ponto houve concordância do Conselho quanto à aprovação do Plano de Manejo, muito embora ao longo do ano 2023 algumas alterações foram necessárias, mas também sem maiores problemas.

Quanto à composição do Conselho, em algumas reuniões foram levantados alguns questionamentos sobre o número de conselheiros representantes da associação de moradores, já que temos dois bairros no entorno do Parque. Acontece que alteração no Regimento do Conselho demandaria uma reunião extraordinária na Câmara Municipal, o que ficou descartado. A solução ficou acordada da seguinte forma: o representante do IEF é também morador do Bairro Bom Jesus e, dessa forma, o representante dos moradores poderia ser um representante do Bairro Bela Vista, ficando, então, os dois bairros representados. Futuramente, caso não haja essa conjunção de fatores, provavelmente deverá ser modificado o referido regimento.

As regras deste regimento foram debatidas e aprovadas pelos vereadores com mandatos na câmara em 2014. Durante a vigência desse mandato, ficou determinado que haveria um representante das escolas particulares e um representante da escola pública Dr. Januário. Não encontramos nenhuma observação nos documentos relativos ao porquê dessa regra de representação.

O regimento desse Conselho foi respeitado na íntegra em todas as reuniões que pude acompanhar; mesmo quando ocorriam ausências, sempre havia um

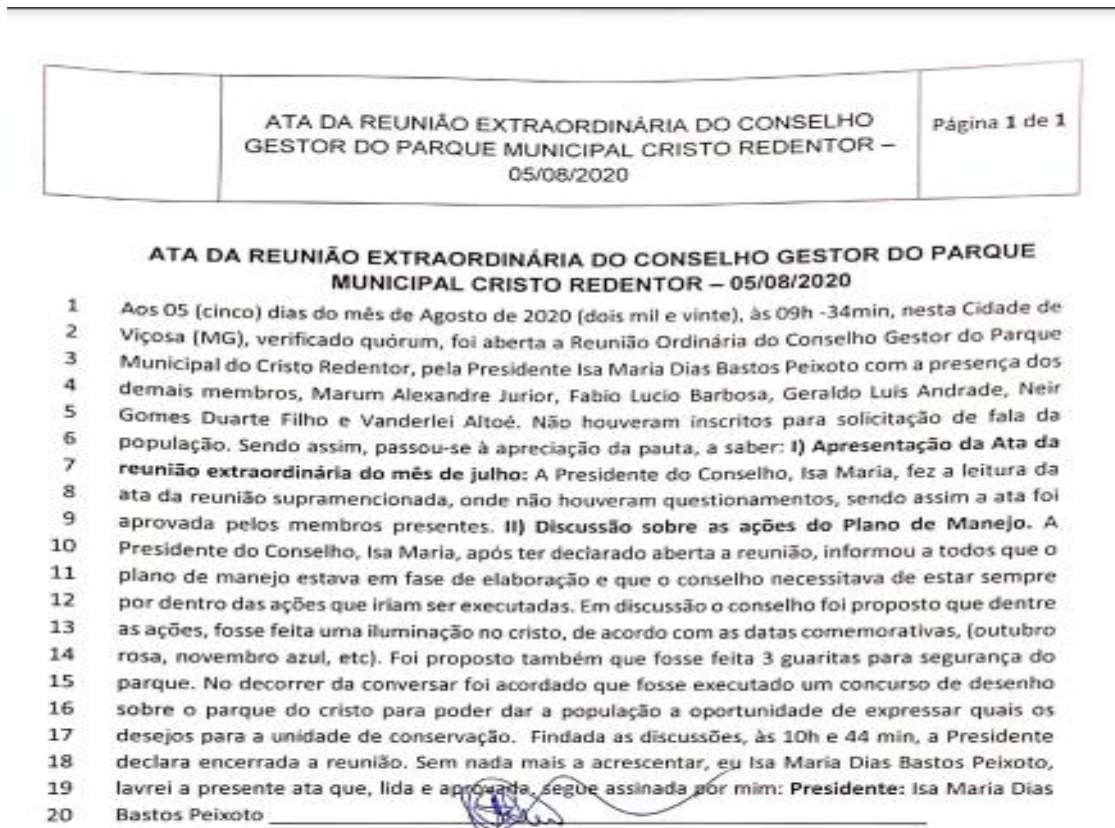
suplente para opinar e votar. Posteriormente, era redigida uma Ata que era apresentada e votada como primeiro ponto na reunião subsequente. Portanto, todo o processo me pareceu bem transparente.

A seguir, alguns exemplos de Portaria de nomeação e também de uma das Atas produzidas por esse Conselho.

Figura 11 – Portaria nº 275/2020 – Nomeação da presidente do Conselho Consultivo do Parque do Cristo Redentor



Figura 12 – Reprodução da primeira Ata do Conselho Consultivo do Parque do Cristo, em 22 de junho de 2020



3.9 Última reunião do Conselho Consultivo do PNMCR

A última reunião oficial deste Conselho ocorreu em 13 de maio de 2024. A partir do mês de junho, novas eleições foram realizadas e, provavelmente, haverá mudanças significativas na gestão do Parque do Cristo.

Salientamos novamente que um recorte específico deste trabalho é justamente o mandato do Conselho Consultivo, pois daqui foram produzidas as atas que determinaram as diretrizes a serem tomadas no PNMCR. Ao término desse mandato, encerrou-se a nossa pesquisa de dados e de matérias sobre o parque, haja vista que o mandato atual é considerado tampão, uma vez que vários membros vão ter que sair para novos membros entrarem no Conselho, em virtude das mudanças geopolíticas no município.

A seguir, os itens discutidos segundo a pauta da referida reunião:

Dificuldade de acesso às Atas

- Acesso às Atas: as atas das reuniões têm sido difíceis de encontrar, pois a maioria não foi disponibilizada nos *sites* da prefeitura para consulta pelos cidadãos, sendo, portanto, necessária uma busca in loco. Isso ocorreu durante o processo eleitoral, por orientação da Assessoria Jurídica da prefeitura de Viçosa. Em dezembro de 2024, todas as atas e convocações já se encontravam disponíveis novamente no *site* da prefeitura.

- Reuniões Presenciadas: presenciei três reuniões que foram abertas ao público. A última delas ocorreu no Colégio Equipe, em que os assuntos mais polêmicos foram discutidos abertamente.

Tópicos Polêmicos Discutidos

A seguir, alguns tópicos discutidos durante a última reunião, que podem divergir da ata oficial:

1. Iluminação Pública

- Discussão sobre os dois anos necessários para a conclusão do projeto de iluminação pública (um detalhe é que o trecho tem menos de 2 km interligando a Rua do Pintinho).

2. Eleição da Nova Plenária

- Debate sobre a falta de aprovação da lei para a nova plenária e a decisão entre fazer alterações ou aguardar a nova legislação.

- Processo de inscrição para novos candidatos ao Conselho, com prazo de cerca de 40 dias.

- Discussão sobre o término do mandato dos conselheiros no final de junho (Este é o motivo pelo qual determinamos como ponto final de nosso recorte específico da pesquisa).

3. Participação dos Conselheiros

- Discussão sobre a baixa participação dos conselheiros em comparação com os do Codema, que sempre tem quórum. Ressalta-se que, se não houver conselheiros suficientes, no caso de uma votação importante, a pauta é transferida para outra reunião.

- Debate sobre a mudança do local das reuniões, atualmente realizadas às segundas-feiras, às 19 h, na Câmara Municipal.

4. Documentos e Transparência

- Necessidade de buscar o Regimento do Conselho e as Atas das reuniões, que não estão facilmente disponíveis (o mesmo item retomou no calor das discussões). Como já foi dito, foi uma orientação da assessoria jurídica para resguardar a prefeitura de qualquer irregularidade eleitoral; em dezembro, o acesso aos documentos já foi liberado novamente.

5. Deslocamento de Terra: (Processo 6923)

- Erro na execução de serviço pela empresa Rodrigues e Filho, causando intervenção na área do Parque.

- Falta de comunicação com a administração do Parque e envolvimento da polícia de meio ambiente.

- Discussão sobre as ameaças ao gerente do Parque e a importância da comunicação entre as partes (chamada de “fogo amigo” por um dos conselheiros).

A discussão citada foi em decorrência de um erro de escavações por uma máquina a serviço da prefeitura em obras próximas que acabou por invadir o terreno do Parque.

6. Modificações Legais

- Debate sobre a necessidade de modificar a lei de ocupação do solo e a lei de criação do Parque, considerando o projeto de zoneamento. Discussão liderada pelo vereador Daniel Cabral sobre as modificações na legislação (ver página 55).

Essas discussões podem ou não vir à tona, uma vez que o referido conselheiro não se reelegeu vereador, sendo substituído brevemente por outro conselheiro representante da câmara municipal.

Esses tópicos refletem o calor das discussões e fornecem uma noção das questões importantes abordadas na reunião sobre o PNMCR de Viçosa, MG.

A ilustração a seguir registra um momento da reunião do Conselho Consultivo antes da eleição para o próximo mandato.

Figura 13 – Foto da Reunião do Conselho Consultivo do Parque



Fonte: https://www.instagram.com/p/C7MZvwOOpXK/?img_index=1.

3.10 O acordo firmado entre a Prefeitura e o ISAViçosa

Por meio de um TAC⁹, Termo de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público destinou recursos ao Instituto Socioambiental de Viçosa (ISAViçosa) para a efetiva implantação do Plano de Manejo. Em 2021, foi formalizado um Acordo de Cooperação Técnica entre o ISAViçosa e a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), marcando o início das ações para a efetiva implantação do PNMCR.

O Plano de Manejo está subdividido em quatro capítulos. O Produto 1 aborda a Contextualização e Caracterização Socioambiental da UC, enquanto o Produto 2 trata do Planejamento da UC. O Produto 3 concentra-se em Projetos Específicos, Monitoramento e Avaliação e, por fim, o Produto 4 apresenta o Plano de Manejo Final.

Os recursos provenientes do Ministério Público Estadual estão sendo utilizados na estruturação do PNMCR, com prestações de contas regularmente apresentadas

⁹ A JRR Negócios Imobiliários Ltda. se comprometeu a pagar indenização de R\$ 2 milhões por danos ambientais e urbanísticos causados pela construção do bloco 1 (Jacarandá), já finalizado; e do bloco 2 (Cedro), em construção, do empreendimento conhecido como Ecolife, no município de Viçosa, na Zona da Mata. Nesse valor está incluída a indenização por dano moral coletivo ocasionado por irregularidades no abastecimento de água e no tratamento de esgoto sanitário desse mesmo empreendimento.

<https://www.mpmt.mp.br/portacao/news/732/95557/mpmg-construtora-vai-pagar-r-2-milhoes-por-dano-moral-coletivo-e-por-danos-ambientais-e-urbanisticos-causados-na-construcao-de-empreendimento-imobiliario-em-vicosa/273>.

em audiências públicas realizadas na Câmara Municipal de Viçosa. Isso demonstra a transparência do processo e o progresso das obras para toda a população. Após 22 anos desde a sua criação, o Parque necessita de obras estruturais importantes e, ainda, enfrenta problemas de depredação e vandalismo das instalações.

O Instituto Socioambiental de Viçosa é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2007, com a finalidade de apoiar e desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, em harmonia com a conservação e regeneração do meio ambiente. O ISAViçosa foi fundado em novembro de 2007 para dar suporte institucional a um coletivo comprometido com causas sociais e ambientais. Entre essas ações, destaca-se a Casa das Crianças Menino Jesus (CCMJ), que funcionou na sede do ISAViçosa durante cinco anos (2007 a 2011), em tempo integral, de segunda a sexta-feira, recebendo as crianças da região do Palmital, zona rural do município de Viçosa, e entorno. A CCMJ tornou-se um espaço de encontro e integração das comunidades na região do Palmital e motivou o advento de outras iniciativas, como festas comemorativas comunitárias e oficinas de bordado e artesanato, visando complementar a renda das famílias envolvidas.

A Lona Cultural é também um marco importante na história do ISAViçosa. Em abril de 2008, a partir de doações obtidas de particulares, o Instituto adquiriu uma lona de circo com cerca de 200 m² de área, com o objetivo de realizar atividades culturais, artísticas e educativas. Atualmente, é um espaço multiuso, onde são desenvolvidos cursos, palestras, eventos e outras atividades. Nesse mesmo ano 2008, o ISAViçosa deu início ao programa Microbacia Escola, por meio do qual desenvolve atividades de educação ambiental com o público de escolas particulares, públicas e universitárias, tendo como principal local de atuação a região das primeiras nascentes do ribeirão São Bartolomeu, localizadas no Sítio Palmital, sede do ISAViçosa.

Outro projeto precursor de destaque na história do ISAViçosa é o Núcleo de Estudos Pró-Amazônia (NEPAM), cujas atividades foram iniciadas em 2003, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Com a criação do ISAVIÇOSA em 2007, o NEPAM foi incorporado às frentes de trabalho do instituto, em torno do qual se reúnem técnicos, acadêmicos e membros de comunidades locais, em busca de alternativas sustentáveis para as comunidades parceiras. O NEPAM é hoje uma das principais frentes de ação da instituição, com diversas ações e projetos em desenvolvimento.

Na frente de ação dos serviços, desde a criação do ISAViçosa em 2007, vários projetos e atividades já foram desenvolvidos em âmbito de consultoria, assessoria e, ou, capacitação a diversos grupos e instituições, nas áreas social e ambiental, em várias regiões do Brasil. Sua missão é promover relação harmoniosa entre o ser humano e seu meio, contribuindo para a transformação social, mediante o respeito e interação entre os diversos saberes e culturas, da educação integral e da cidadania.

Com a visão de ser uma instituição consolidada na promoção da sustentabilidade integral, reconhecida por ações e projetos pautados no respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente, na inclusão social, na solidariedade e na difusão de tecnologias que favoreçam a transição da sociedade atual para um modelo mais resiliente e holístico, o ser humano tem consciência de sua dimensão espiritual e da interconexão entre todas as formas de vida.

Seus objetivos são:

- Promover a proteção, defesa, recuperação, conservação, uso sustentável e regeneração da natureza, com ênfase nos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica.
- Contribuir para a transição do modelo vigente de desenvolvimento para um que sustente a vida.
- Apoiar a geração de emprego, renda, bem-estar e participação popular das comunidades de atuação, criando e fortalecendo mecanismos de ação comunitária.

O ISAViçosa conta com uma equipe diversificada, composta por profissionais de várias áreas, incluindo engenharia florestal, agronomia, administração, veterinária, biologia, química, geografia, comunicação social, letras, educação física, educação infantil, educação ambiental, arquitetura e direito, entre outras. A sede do ISAViçosa está situada na comunidade do Palmital, na zona rural de Viçosa, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) São Bartolomeu, na região da Zona da Mata de Minas Gerais. A propriedade é trabalhada com foco na ocupação consciente e na regeneração dos ecossistemas, utilizando práticas de agroecologia e tecnologias sociais, e tem se destacado como centro de educação e disseminação de práticas regenerativas.

A sede possui uma casa de apoio, escritório, cozinha, salão com capacidade para 200 pessoas e um sistema de trilhas para visitação e educação ambiental. As atividades do ISAViçosa estão organizadas em três principais frentes: o Centro de Educação, Arte e Cultura (CEAC), o Núcleo de Estudos Pró-Amazônia (NEPAM) e um

núcleo de serviços nas áreas social e ambiental, conforme os objetivos estatutários da instituição.

Plano de Manejo do Parque do Cristo

Em 2019, 10 anos após a criação da unidade de conservação, foi iniciada a elaboração do Plano de Manejo, aprovado no ano seguinte. Em dezembro de 2020, o Ministério Público destinou recursos ao ISAVIÇOSA para implementar o Plano de Manejo do Parque do Cristo, localizado na zona urbana de Viçosa. A equipe responsável pela implementação é composta por profissionais de diversas áreas, dedicados à conservação da biodiversidade, recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população.

A estrutura organizacional da equipe inclui uma Coordenação Geral, um Núcleo Operacional, um Núcleo de Serviços Técnicos e um Núcleo de Projetos Externos. A equipe é composta por profissionais com grande experiência e conhecimento técnico, trabalhando para valorizar e proteger essa área verde urbana de Viçosa.

Os profissionais destacados na equipe incluem:

- Pedro Christo: Coordenador do projeto, Engenheiro Florestal, Doutor em Ciência Florestal.
- Rodrigo Santos: Gerente Operacional, Artesão, Permacultor Agroecológico, Técnico Ambiental e Educador do Campo.
- Eduardo Sobreira: Auxiliar Administrativo, Bacharel em Educação Física.
- Fernando Silva: Zelador de Matas, Ensino Médio completo.
- José Alves: Zelador de Matas, Ensino Fundamental completo.
- José Vicente: Zelador de Trilhas, Ensino Fundamental completo.
- Nídia Batista: Auxiliar de Serviços Gerais, Técnica em Enfermagem.
- Marinho Isidoro: Vigia Noturno, Ensino Médio completo.
- Leonardo Sobreira: Vigia Noturno, Produtor Rural, Licenciado em Geografia.
- Carolina Capanema: Coordenadora do Programa de Educação e Interpretação Ambiental, Doutora em História.
- Mariana Ambrósio: Coordenadora Adjunta da Equipe de Educação e Interpretação Ambiental, Licenciada em História, pós-graduada em Teologia.
- Júlia Christo: Coordenadora do Programa de Comunicação, Jornalista, especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

- Naíla Fernandes: Fotógrafa e responsável pelas mídias sociais, bióloga e Mestre em Biologia Animal.
- Ana Cibelle Ferreira: Programa de Comunicação, Arquiteta e Urbanista.
- Saymon Lana: Piloto de Drone e Videomaker, geógrafo e Mestre em Ciências Humanas.
- Davi Senna: Coordenação Técnica do Programa de Recuperação Ambiental, Engenheiro Florestal e Mestre em Agroecologia.
- Felipe Senna: Membro da Equipe de Coordenação do Programa de Recuperação Ambiental, Médico-Veterinário e Gestor Ambiental.
- Rafael Senna: Equipe Técnica do Programa de Recuperação Ambiental, Engenheiro-Agrônomo e Mestre em Produção Vegetal.
- Renata Solar: Programa de Recuperação Ambiental, Engenheira-Agrônoma, Homeopata e graduanda em Nutrição.

A equipe do Parque do Cristo trabalha para valorizar e preservar essa área verde urbana, seguindo as melhores práticas de manejo de unidades de conservação, a fim de promover a conservação da biodiversidade, a recuperação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Viçosa.

A Figura 14 traz o registro de recebimentos de mudas de espécies da Mata Atlântica pela equipe do PNMCR.

Figura 14 – Parque reflorestado com árvores da Mata Atlântica



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CnXWA9mOKkH>.

4 Capítulo 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais contribuições teóricas e conceituais que fundamentam a discussão sobre o Parque do Cristo, localizado em Viçosa, Minas Gerais. Através de revisão bibliográfica, buscamos respaldar as análises desenvolvidas anteriormente, estabelecendo uma base sólida de conhecimento com apoio em publicações relevantes.

Partindo de uma contextualização histórica e de uma análise ambiental realizada nos tópicos anteriores, esta etapa se dedica a dialogar com autores e estudos que abordam temáticas relacionadas, como patrimônio cultural, gestão de áreas verdes urbanas e sustentabilidade. Além disso, serão exploradas questões ligadas à preservação do patrimônio natural e sua relação com a paisagem e a cidadania.

Ao trazer para o debate distintas abordagens teóricas e práticas, pretende-se construir um arcabouço que contribua para a compreensão do papel do Parque do Cristo no contexto local, bem como para a reflexão sobre estratégias de conservação e valorização desta área verde tão significativa para Viçosa e região.

No dia 6 de outubro de 2023, o *síte* Primeiro a Saber trouxe a matéria “Parque do Cristo: plano de uso público” é apresentado hoje e, a seguir, vamos destacar os principais pontos dessa entrevista numa releitura nossa.

Enquanto várias cidades brasileiras enfrentam desastres decorrentes de chuvas intensas, uma iniciativa promovida pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) para recuperar o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor demonstra como estratégias preventivas baseadas em ciência podem trazer resultados rápidos e eficazes na restauração de áreas degradadas.

Esse projeto é conduzido pelo Instituto Socioambiental de Viçosa (ISAViçosa), uma ONG fundada em 2007 para atuar em questões ambientais e sociais, em parceria com pesquisadores do Departamento de Solos (DPS) da UFV. Segundo Pedro Christo Brandão¹⁰, pesquisador do DPS e coordenador do Plano de Manejo do Parque, estudos realizados no local apontaram sérios problemas de degradação do solo e riscos associados a deslizamentos, decorrentes do intenso escoamento superficial da

¹⁰<https://primeiroasaber.com.br/2023/10/06/parque-do-cristo-plano-de-uso-publico-e-apresentado-hoje>.

água das chuvas. “A maior parte do parque está situada em uma área de encosta bastante inclinada, com histórico frequente de incêndios. Só no último ano ocorreram três. Além disso, relatos indicam que a área foi utilizada como pastagem, frequentemente desprovida de vegetação devido às queimadas. Isso resultou em um solo extremamente compactado, incapaz de absorver adequadamente a água da chuva, o que contribuiu para o aumento do escoamento, especialmente em um ano de chuvas abundantes como este”, explicou Pedro.

Para enfrentar esses desafios, a equipe adotou um conjunto de soluções, incluindo a criação de estruturas de retenção de água da chuva, como barraginhas e caixas secas, além de terraços estreitos com cordões vegetativos em curvas de nível, paliçadas em áreas sujeitas à erosão, sistemas de drenagem superficial, reconformação do relevo e revegetação das encostas. Também foram realizadas melhorias nas estradas de terra ao redor do parque. De acordo com Davi Salgado de Senna, outro pesquisador do DPS, essas intervenções, implementadas entre setembro e dezembro de 2021, prepararam o solo para a temporada de chuvas, diminuindo a erosão e promovendo a infiltração da água. Como resultado, foi possível reduzir o volume de enxurradas que impactam a área e aumentar a recarga do lençol freático da microbacia. “Estimativas baseadas no monitoramento das chuvas indicam que, apenas nos últimos três meses de 2021, as técnicas aplicadas captaram mais de dois milhões de litros de água da chuva”, destacou Davi.

Além dessas intervenções, foram aplicadas práticas de conservação do solo e da água baseadas no conceito de plantio de água. “Essa abordagem busca o manejo sustentável dos recursos hídricos, combinando técnicas que aumentam a infiltração e a qualidade da água disponível, enquanto reduzem erosões e enxurradas”, explicou Davi. Associado ao ISAViçosa, ele trabalha com essa tecnologia social há mais de 10 anos e integra essas ações ao seu projeto de doutorado, que avalia tecnologias para recuperação de microbacias hidrográficas na Zona da Mata mineira.

Os impactos das ações já são percebidos positivamente pela comunidade local. Davi relata que moradores e comerciantes da região têm apontado, durante reuniões regulares, uma redução significativa na intensidade das enxurradas e no acúmulo de lama nas ruas. Para Pedro, embora haja grande expectativa da população em relação ao reflorestamento do parque, as medidas iniciais focadas no controle da erosão foram cruciais para possibilitar essa próxima etapa. “Agora podemos avançar no

planejamento da recomposição florestal, com o plantio das mudas previsto para começar entre setembro e outubro”, concluiu.

O projeto do Parque do Cristo conta com financiamento do Ministério Público de Minas Gerais, reforçando a importância de parcerias para a execução de ações ambientais sustentáveis e eficazes.

A criação e gestão do PNMCR estão em conformidade com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa legislação estabelece diretrizes para a conservação da biodiversidade e a promoção do uso sustentável de recursos naturais, sendo fundamental para a implementação e manutenção de áreas protegidas, como o PNMCR. O Parque desempenha papel essencial na preservação ambiental e no lazer público, além de ser um marco cultural e turístico importante para a cidade de Viçosa.

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação da natureza no Brasil. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a conservação da natureza envolve o manejo do uso humano dos recursos naturais. Isso abrange:

- Preservação: manter áreas com pouca ou nenhuma interferência humana.
- Manutenção: garantir a continuidade dos processos ecológicos naturais.
- Utilização Sustentável: usar os recursos naturais de forma que não comprometa a capacidade de regeneração dos ecossistemas.
- Restauração e Recuperação: reverter áreas degradadas ao seu estado natural ou melhorar sua condição ecológica.

O objetivo é proporcionar benefícios sustentáveis¹¹ para as gerações atuais, garantindo a capacidade de atender às necessidades e aspirações das futuras gerações e assegurar a sobrevivência das diversas formas de vida.

Também de acordo com o SNUC, é uma área natural protegida que compreende um espaço territorial, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes. É legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

¹¹ Para mais informações, acesse parquedocristovicosa.com.br.
Fonte: Informações institucionais UFV e Parque do Cristo.

Uma iniciativa que integra as atividades foi parte da disciplina ARQ 354 – A Elaboração de um Projeto Urbano –, com o propósito de aproximar a comunidade das ações em andamento e dos planos futuros para o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR).

A categoria de Unidade de Conservação da natureza que visa à manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana é conhecida como “Unidades de Proteção Integral”. Nessas áreas, é permitido apenas o uso indireto dos atributos naturais, o que significa que atividades como consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais não são permitidas. O uso indireto se refere a práticas que não impactam diretamente o ambiente, como o turismo não intrusivo ou a observação da natureza.

Entretanto, as “Unidades de Uso Sustentável” permitem a utilização direta dos recursos naturais, desde que sejam realizadas de maneira que garanta a conservação dos ecossistemas e a sustentabilidade dos recursos no longo prazo. Esses usos podem incluir atividades como a coleta controlada de recursos naturais, o manejo sustentável de áreas florestais e a agricultura de baixo impacto.

O “Plano de Manejo” é um documento técnico que define o zoneamento de uma Unidade de Conservação e estabelece as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Ele também inclui a implantação das infraestruturas necessárias para a gestão da unidade, alinhada com os objetivos da categoria de conservação. Em outras palavras, o Plano de Manejo determina as regras para atividades em parques, como recreação, pesquisa científica, educação e conservação. O plano especifica as atividades permitidas em cada zona da unidade, com base em estudos técnicos, visando assegurar tanto a preservação do ambiente natural quanto a visitação segura e ordenada.

Localizada na zona urbana de Viçosa, a unidade de conservação é uma das poucas áreas naturais protegidas em nível municipal. O terreno é caracterizado por uma inclinação acentuada e variação altimétrica de 100 metros, entre altitudes de 660 e 760 metros. A unidade está situada em uma região predominantemente de Mata Atlântica, com cerca de 85% de sua cobertura vegetal composta por gramíneas e 15% por matas em regeneração, conhecidas como capoeiras (Viçosa, 2020, p. 26).

Nesse sentido, o Parque do Cristo é uma unidade de conservação urbana de proteção integral, destinada a:

- conservar e proteger a natureza;

- promover a educação ambiental;
- incentivar a pesquisa científica;
- oferecer oportunidades para recreação e turismo ecológico; e
- envolver a comunidade nos processos de gestão.

Esses objetivos visam garantir a preservação do ambiente natural e o uso sustentável da área, ao mesmo tempo que fomentam a participação e o engajamento local.

Macedo e Sakata (2002) definem parque urbano como:

Todo espaço público que contém uma estrutura vegetal planejada, destinado ao entretenimento em larga escala, e que pode incorporar objetivos de preservação ambiental. Muitas vezes, esses espaços mantêm sua função original de proporcionar lazer contemplativo.

O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor se encaixa nesse conceito de área verde, que serve como elo entre o ambiente urbano e a natureza. Situado no Centro de Viçosa, MG, o Parque do Cristo abrange uma área de 10,14 hectares de vegetação em franca recuperação.

Segundo Milton Santos, “A paisagem é um conjunto de ‘formas’ que, num dado momento, ‘exprimem’ as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Essa observação nos faz pensar que essa categoria pode ser entendida como documento ou um palimpsesto, o que a coloca, inevitavelmente, no âmbito da história (Santos, 2006, p. 66).

Em “A Paisagem com Fato Cultural”, Ulpiano Bezerra de Meneses atenta para:

O caráter polissêmico e a flexibilidade presente nos usos do termo paisagem, que dificultam o traçar de sua historicidade. Diz ele que “certamente tal flexibilidade traz vantagens, mas também banaliza e pode fazer perder o fio da meada, o risco maior sobretudo, é a desistoricização do conceito” (Meneses, 2002, p. 29).

No entanto, a proposição do geógrafo Aziz N. AB Saber (2006) sobre a herança paisagística possibilitou que o Condephaat em São Paulo efetuasse o tombamento integrado de cenários, promovendo uma perspectiva que unifica a presença humana e o ambiente natural. Essa abordagem refletiu dois desenvolvimentos cruciais: (1) A implementação eficaz do conceito de cenário derivado da geografia e (2) A transcendência das dicotomias entre natureza e cultura desde os anos de 1970.

Houve mudança na valorização do cenário, que anteriormente se concentrava prioritariamente na ótica estética.

Já havia tradição brasileira nas décadas de 1930 e 1940 de preocupação com a devastação do mundo natural, que se fundamenta no conceito de herança natural para defender a preservação da natureza, e o debate no SPHAN considerava a utilização do tombamento como ferramenta de proteção ao mundo natural, sob a forma de sítios, cenários e monumentos naturais, desde que representassem elementos significativos para a nação.

No entanto, tanto no anteprojeto de Mário de Andrade quanto no texto definitivo do Decreto-Lei, não foi oferecida definição clara sobre o que constituiria a herança cenográfica nem foram estabelecidos os critérios a serem empregados para a inscrição de bens desse tipo no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

A estreita ligação entre a herança natural e a ideia de "monumento" ou "recanto cênico", ligada a atributos de valor estético, histórico ou científico, persiste ainda nas primeiras tentativas de tombamento de áreas naturais, realizadas na década de 1970. A isso hoje chamamos de "herança natural", que só começou a ser delineado com maior clareza pelo geógrafo Aziz Ab'Saber a partir de 1976 (Scifoni, 2020).

A partir da década de 1970, estudos sobre a intensa fragmentação sofrida pela floresta atlântica e sua classificação como uma das florestas tropicais remanescentes mais relevantes do mundo aceleraram os esforços para garantir sua proteção. Um dos empreendimentos mais notáveis foi o processo de tombamento da Serra do Mar, iniciado em 1976 e finalizado em 1985. Como resultado, sítios e cenários nos arredores de edifícios tombados já haviam sido aprovados pelo Conselho Consultivo do SPHAN como elementos a serem tombados. Isso desencadeou a abertura dos processos de tombamento dos "morros do Rio de Janeiro" (1973), da Serra de São José em Minas Gerais (1979), do Conjunto Cênico e Arquitetônico de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia (1980), e do complexo de áreas protegidas do Pantanal (1983).

Para Bertrand (2004, p. 141-152), o conceito de "paisagem":

É uma determinada porção do espaço, que resulta da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Podemos entender as paisagens como locais influenciados por um sistema de transformação impulsionado pela atividade humana e que é moldado pela história, economia, sociologia e estética. A influência humana é apenas um dos vários elementos presentes na interação ecológica, e não devemos dissociar o aspecto ecológico do cenário socioeconômico.

Desde 2012, o Rio de Janeiro é reconhecido pela UNESCO como a primeira área urbana do mundo a receber o título de Patrimônio Mundial, incluindo bens icônicos como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana e a Entrada da Baía de Guanabara. Esse reconhecimento também abrange o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana, o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo.

A partir de 1992, a UNESCO adotou o conceito de "paisagem cultural" para reconhecer bens culturais. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) regulamentou esse conceito em 2009, com a Portaria nº 127, alinhando-se às orientações da UNESCO. A Paisagem Cultural Brasileira é definida como uma área do território nacional que reflete a interação entre o homem e o ambiente natural, marcando ou atribuindo valores únicos.

O Brasil é um dos poucos países com rica diversidade de paisagens, costumes e lugares. Exemplos incluem o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, além das tradições da mata e das tribos indígenas. Esses elementos formam o que chamamos de paisagem cultural, em que tudo que é produzido por uma comunidade ou grupo em um território, incluindo construções e atividades culturais, deve ser preservado.

O reconhecimento de um local como paisagem cultural exige a manutenção das características que levaram à sua classificação. No Brasil, o Iphan concede esse título, mas são necessários um Plano de Gestão e um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada para garantir a gestão compartilhada e o desenvolvimento sustentável da área. Caso as características da paisagem sejam degradadas ou perdidas, o Iphan pode revogar o título.

Nossa análise inicial foca a relação entre paisagem e patrimônio e como a paisagem cultural reflete essa interação. A ideia de paisagem surge do confronto entre os conceitos de natureza e cultura, mostrando como a cultura influencia a natureza e

vice-versa. Modificamos paisagens naturais com base cultural, e as paisagens naturais também inspiram práticas culturais.

Os diários de Georg Heinrich von Langsdorff, explorador e naturalista alemão, oferecem rica visão sobre a paisagem natural e a interação humana com o meio ambiente no início do século XIX, especialmente quando ele passou por Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, em Minas Gerais. Sua expedição, realizada entre 1821 e 1829, forneceu relatos detalhados sobre a flora, a fauna e os povos que habitavam essas regiões antes da intensa modificação causada pela colonização. Ao comparar esses registros com os da obra de William Cronon, especialmente “Changes in the Land”, que trata da colonização e de seus impactos nas paisagens naturais da Nova Inglaterra, é possível identificar semelhanças e diferenças significativas na maneira como a presença humana alterou o meio ambiente em contextos históricos distintos.

Nos diários de Langsdorff, ao passar por Santa Rita do Turvo, ele descreve uma paisagem de florestas exuberantes, rios abundantes e uma biodiversidade ainda em grande parte intocada pela mão humana. Seus relatos destacam a coexistência relativamente equilibrada entre os indígenas e o ambiente, com práticas de manejo da terra que pouco alteram os ecossistemas naturais. Langsdorff também notou as atividades iniciais dos colonos europeus e suas plantações, que começavam a transformar as florestas em áreas de cultivo, mas de maneira ainda incipiente.

4.1 Parque Natural Municipal do Tabuleiro – Conceição do Mato Dentro-MG

O **Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT)** e o **Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)** são duas unidades de conservação com características distintas, mas igualmente importantes no que se refere à preservação ambiental, lazer e educação. Enquanto o PNMT está inserido em um ambiente rural, em Conceição do Mato Dentro, e se destaca pela grandiosidade de sua paisagem natural, o PNMCR, em Viçosa, tem sua relevância na integração de áreas verdes ao contexto urbano e na promoção de atividades educativas e recreativas.

O PNMT localiza-se a 19 km do centro de Conceição do Mato Dentro, com acesso regulado por uma taxa de R\$10,00 por visitante. Essa cobrança auxilia na manutenção de sua vasta área e na preservação de ecossistemas sensíveis, como campos rupestres e fragmentos de Cerrado e Mata Atlântica.

A principal atração do Parque, a Cachoeira do Tabuleiro, é a mais alta de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil, com 273 metros de queda livre. Ao redor da cachoeira, encontram-se poços de águas cristalinas, jardins naturais com orquídeas e bromélias gigantes, além de formações rochosas que impressionam pelo tamanho e diversidade.

Por sua vez, o PNMCR está localizado em uma área urbana de Viçosa, o que o torna mais acessível e voltado para a interação direta com a população local. Seu principal atrativo é a estátua do Cristo Redentor, situada em um ponto elevado que proporciona vistas panorâmicas da cidade e da vegetação circundante. Diferentemente do PNMT, o PNMCR não cobra taxa de entrada, reforçando seu caráter inclusivo e comunitário. Seu foco é a educação ambiental, com trilhas e espaços voltados para a sensibilização da população sobre a importância da conservação da natureza.

A gestão desses parques reflete suas diferenças contextuais. O PNMT adota uma abordagem mais restritiva e técnica, com limites de visitantes (200 por dia) e autorização prévia para atividades de aventura, como rapel, escalada e *slackline*. Essa estratégia garante a segurança dos praticantes e a preservação ambiental em um espaço que abriga ecossistemas delicados e de grande extensão. Já o PNMCR, menor em dimensão, tem como prioridade a recuperação de áreas degradadas e o estímulo ao uso consciente do espaço pela comunidade, promovendo eventos culturais e educativos em harmonia com a natureza.

No esquema a seguir, sintetizam-se as principais diferenças entre os dois parques:

Aspecto	PNMT	PNMCR
Localização	Rural	Urbano
Dimensão	Grande	Pequena
Acesso	Regulamentado e pago	Gratuito
Principal atrativo	Cachoeira do Tabuleiro	Estátua do Cristo Redentor
Vegetação	Campos rupestres, Cerrado e Mata Atlântica	Mata Atlântica fragmentada

GestãoTurismo ecológico e esportes
de aventuraEducação ambiental e lazer
comunitário

Fonte: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/1114-ima-aprova-plano-de-manejo-do-parque-da-serra-do-tabuleiro>.

Apesar de suas diferenças, ambos os parques compartilham a missão de promover a conservação ambiental e oferecer benefícios socioambientais às respectivas comunidades. O PNMT destaca-se pela imponência de suas paisagens naturais e pelo desafio de equilibrar o turismo sustentável com a preservação ambiental. O PNMCR, por sua vez, é um exemplo de como áreas verdes podem ser integradas ao ambiente urbano, proporcionando lazer, educação e sensibilização ambiental aos moradores de Viçosa e visitantes. Assim, essas duas unidades de conservação ilustram as diversas formas de valorizar e proteger a natureza em contextos distintos.

4.2 Parque Natural Municipal Dona Ziza – Pains-MG

O **Parque Natural Municipal Dona Ziza (PNMDZ)**, em Pains, Minas Gerais, e o **Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)**, em Viçosa, possuem características únicas e complementares, ambas voltadas à preservação ambiental e à valorização da interação da comunidade com a natureza. Apesar de suas diferenças de contexto, as duas unidades compartilham a missão de proteger ecossistemas e promover benefícios socioambientais para as respectivas regiões.

O PNMDZ foi criado em 2009 pelo Decreto Municipal nº 40¹², com o objetivo de preservar os mananciais que abastecem a cidade de Pains, além de proteger ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e cênica. Localizado às margens da Rodovia MG-439, na saída leste da cidade, sua proximidade com o centro urbano reforça sua acessibilidade, o que favorece o uso comunitário e educativo do espaço.

¹² PAINS. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Dona Ziza**. Pains, MG: Prefeitura Municipal de Pains, 2023. Disponível em: https://pains.mg.gov.br/images/arquivos/plano_manejo.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

No entanto, o PNMCR, situado em uma área urbana de Viçosa, é um marco paisagístico e cultural da cidade, com foco na integração das áreas verdes ao cotidiano urbano. Criado para conservar fragmentos de Mata Atlântica e promover atividades de educação ambiental, lazer e sensibilização, o parque abriga a estátua do Cristo Redentor, que proporciona vistas panorâmicas e se tornou símbolo da cidade.

Gestão e Objetivos

A gestão do PNMDZ foca a conservação de recursos hídricos essenciais para o abastecimento da população e a proteção de áreas naturais de alto valor ecológico e visual. Com um propósito mais técnico e específico, a preservação dos mananciais e da biodiversidade local é central em suas ações. Já o PNMCR, menor em escala, busca equilibrar a conservação ambiental com o uso recreativo e educativo do espaço, promovendo eventos e atividades culturais que aproximem a comunidade do parque.

Dimensão e Acessibilidade

Ambos os parques possuem localização estratégica próxima às áreas urbanas, facilitando o acesso e o envolvimento da população. No entanto, o PNMDZ, embora próximo à cidade de Pains, possui área maior, o que permite uma abordagem mais abrangente na proteção de ecossistemas e recursos hídricos. O PNMCR, por sua vez, desempenha papel crucial como um espaço verde integrado à cidade, fornecendo um ambiente de lazer e aprendizado para os habitantes de Viçosa.

Comparação Resumida

Aspecto	PNMDZ	PNMCR
Localização	Próximo à área urbana, às margens da MG-439	Integrado à área urbana de Viçosa
Dimensão	Maior, com foco na proteção de mananciais	Menor, com ênfase na interação comunitária
Objetivos principais	Preservação de mananciais e ecossistemas	Educação ambiental e lazer comunitário

Principal atrativo	Paisagens naturais e mananciais	Estátua do Cristo Redentor
Gestão	Foco em recursos hídricos e biodiversidade	Conservação urbana e lazer educativo

Ambos os parques desempenham papéis fundamentais em suas regiões, refletindo as prioridades ambientais e sociais de suas comunidades. O PNMDZ destaca-se pela importância estratégica na preservação dos recursos hídricos que abastecem a cidade de Pains, enquanto o PNMCR se sobressai como um modelo de integração de áreas verdes ao ambiente urbano, promovendo consciência ambiental e bem-estar comunitário.

4.3 Parque Natural Municipal Chácara do Lessa – Sabará-MG

O **Parque Natural Chácara do Lessa (PNCL)**, localizado em Sabará, Minas Gerais, e o **Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)**, em Viçosa, são dois importantes exemplos de unidades de conservação no estado, cada um com características próprias que refletem as prioridades ambientais e culturais de suas localidades. Ambos os parques oferecem um equilíbrio entre preservação ambiental, turismo e interação comunitária, embora suas dimensões, atrativos e objetivos apresentem diferenças marcantes.

O PNCL, com cerca de 129 hectares, é uma Unidade de Conservação de proteção integral, protegida pela Lei Federal nº 9.958, de 2000¹³. Ele se destaca por sua relevância histórica e ambiental, abrigando remanescentes da Mata Atlântica, especificamente a Floresta Estacional Semidecidual, e áreas de Cerrado em altitudes mais elevadas. Além de sua rica biodiversidade, o parque guarda resquícios históricos do ciclo do ouro, como minas desativadas e muros datados do século XVIII, que tornam o local um ponto de encontro entre natureza e história.

Em contraste, o PNMCR possui uma área significativamente menor e está inserido no contexto urbano de Viçosa. Ele tem como principal objetivo a recuperação de áreas degradadas, a promoção de educação ambiental e o fornecimento de lazer

¹³ Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/sabara/parque-natural-chacara-do-lessa>.

para a comunidade local. Seu ponto mais conhecido é a estátua do Cristo Redentor, situada em um mirante com vistas panorâmicas da cidade, o que reforça seu papel como um espaço de convivência e contemplação no ambiente urbano.

Gestão e Acesso

O PNCL é de entrada gratuita e oferece tanto visitas guiadas quanto autoguiadas, com trilhas ecológicas e caminhadas que proporcionam uma imersão em sua rica biodiversidade e patrimônio histórico. Entretanto, o PNMCR também tem entrada franca, mas foca atividades voltadas para o público local, com trilhas interpretativas e espaços destinados a eventos culturais e educativos.

Comparação Resumida

Aspecto	PNCL	PNMCR
Localização	Rururbana, próximo ao centro histórico de Sabará	Urbana, integrada à cidade de Viçosa
Dimensão	129 hectares	Pequena
Objetivos principais	Preservação integral e valorização histórica	Educação ambiental e recuperação urbana
Principal atrativo	Trilhas, minas históricas e mirante	Estátua do Cristo Redentor e mirante
Gestão	Foco em conservação e turismo histórico	Integração comunitária e eventos culturais
Vegetação	Mata Atlântica e Cerrado	Fragmentos de Mata Atlântica

Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/sabara/parque-natural-chacara-do-lessa>.

Atrativos e Finalidades

Enquanto o PNCL combina trilhas interpretativas, vistas panorâmicas e ruínas históricas, atraindo visitantes interessados em ecoturismo e patrimônio cultural, o PNMCR destaca-se como um espaço urbano de lazer e educação ambiental, promovendo a sensibilização ecológica e o bem-estar da população de Viçosa. Ambas

as unidades reforçam a importância da conservação ambiental em diferentes escalas e contextos, sendo o PNCL um elo entre a biodiversidade e a história regional, enquanto o PNMCR se consolida como um espaço de interação e valorização ambiental no ambiente urbano.

4.4 Parque Natural Municipal de Ipanema – Ipanema-MG

O **Parque Natural Municipal de Ipanema (PNMI)**, localizado na cidade de Ipanema, Minas Gerais, e o **Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)**, em Viçosa, são exemplos de como os municípios mineiros têm integrado a conservação ambiental à valorização cultural e ao turismo. Ambos os parques desempenham papéis distintos na promoção do lazer, da preservação ecológica e da educação ambiental, com características e enfoques únicos adaptados às necessidades de suas localidades.

O PNMI¹⁴ é conhecido pelo grande potencial de seus atrativos naturais, inserido em uma área de Mata Atlântica preservada, como a Estação Ecológica de Ipanema, que promove não apenas a conservação ambiental, mas também pesquisas científicas. Outro destaque é a Cachoeira da Ponte de Pedra, formada pelo Rio Manhuaçu, que atrai banhistas e amantes da natureza. O parque reflete o papel de Ipanema como um destino de ecoturismo, combinado com referências históricas e culturais importantes para a região.

Já o PNMCR, situado em Viçosa, possui uma abordagem mais voltada à integração comunitária e recuperação de áreas urbanas degradadas, com a promoção de eventos culturais e atividades educativas. Seu principal ponto de destaque é a estátua do Cristo Redentor, localizada em um mirante que oferece vistas panorâmicas da cidade e funciona como espaço de convivência e contemplação.

Gestão e Infraestrutura

No PNMI, a conservação da Mata Atlântica é acompanhada de esforços para incentivar o ecoturismo e a valorização do patrimônio cultural, como o Museu Recanto Cultural e Histórico Jésus Schitini, que narra a história de Ipanema, e o Centro Cultural de Ipanema, que abriga eventos e atividades culturais. Em contraste, o PNMCR tem

¹⁴ Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/ipanema>.

dimensões mais modestas e está integrado à zona urbana, com ênfase em ser um espaço de lazer e de educação ambiental, voltado para a comunidade local e para atividades recreativas.

Comparação Resumida

Aspecto	PNMI	PNMCR
Localização	Reserva ecológica próxima à cidade de Ipanema	Urbano, integrado à cidade de Viçosa
Dimensão	Maior, com áreas naturais preservadas	Pequena
Objetivos principais	Preservação ambiental e pesquisas científicas	Educação ambiental e revitalização urbana
Principal atrativo	Estação Ecológica e Cachoeira da Ponte de Pedra	Estátua do Cristo Redentor e Mirante
Gestão	Conservação e incentivo ao ecoturismo	Integração comunitária e eventos culturais
Patrimônio cultural	Museu e centro cultural	Espaços para eventos e trilhas

Atrativos e Finalidades

O PNMI diferencia-se pelo foco em atrativos naturais, como cachoeiras e áreas protegidas de Mata Atlântica, complementados por locais históricos que refletem a identidade cultural de Ipanema. Em contrapartida, o PNMCR destaca-se como um espaço voltado para o lazer da população urbana e a promoção da educação ambiental. Enquanto o PNMI se consolida como um destino de ecoturismo e valorização histórica, o PNMCR atende, principalmente, às demandas locais de convivência, recreação e sensibilização ambiental, reafirmando a versatilidade das unidades de conservação no estado de Minas Gerais.

4.5 O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor Comparado com Outros Parques Mundo Afora

William Cronon (1983)¹⁵, entretanto, em “Changes in the Land” explora como a chegada dos colonos europeus à Nova Inglaterra, no século XVII, transformou radicalmente a paisagem, substituindo as práticas sustentáveis dos nativos por métodos agrícolas intensivos, com o desmatamento e a caça predatória. A obra de Cronon é um estudo profundo de como a introdução de uma economia capitalista e as ideias europeias de propriedade da terra resultaram na degradação de ecossistemas e na extinção de muitas espécies nativas. Ele descreve como a paisagem foi alterada em curto espaço de tempo, com florestas sendo derrubadas, habitats destruídos e mudanças drásticas nos ciclos ecológicos locais.

A comparação entre os relatos de Langsdorff e a análise de Cronon revela as diferentes fases do impacto humano na natureza. Langsdorff observou um ambiente em transição, em que a natureza ainda dominava e os efeitos da colonização estavam apenas começando a se manifestar. Em contraste, Cronon documenta o estágio mais avançado da colonização, em que as paisagens já estavam profundamente transformadas e os ecossistemas nativos se encontravam gravemente danificados.

Em Santa Rita do Turvo, a colonização estava ainda no início e Langsdorff pôde testemunhar a biodiversidade da Mata Atlântica em um estado quase virgem. Entretanto, seu relato também aponta para o começo de um processo que, ao longo do século XIX, seguiria um curso semelhante ao descrito por Cronon na Nova Inglaterra: a substituição das florestas por plantações, a fragmentação dos ecossistemas e a redução da diversidade biológica. As florestas que cercavam Viçosa e outras áreas do Sudeste brasileiro foram, progressivamente, derrubadas para dar lugar à agricultura, principalmente à produção de café, que se expandia rapidamente na região.

Cronon destaca, no entanto, que esses processos não foram meramente resultados de atividades econômicas, mas também de mudanças na percepção e uso da terra pelos colonizadores europeus. O conceito de “propriedade” e a visão da natureza como um recurso a ser explorado para fins comerciais impulsionaram a destruição dos habitats. Em Santa Rita do Turvo, Langsdorff também nota os

¹⁵ CRONON, William. *Changes in the Land: indians, colonists, and the ecology of New England*. New York: Hill & Wang, 1983.

primeiros sinais dessa mentalidade, com colonos introduzindo métodos agrícolas europeus e começando a explorar a terra de maneira mais intensa.

Essa comparação entre os diários de Langsdorff e a obra de Cronon ilustra um padrão global nas relações entre colonização e meio ambiente. Ambas as fontes nos mostram como a chegada dos colonos europeus, com suas práticas econômicas e culturais, teve impacto profundo e duradouro nas paisagens naturais. Embora o relato de Langsdorff seja anterior às transformações mais dramáticas que Cronon descreve, ambos oferecem uma perspectiva sobre o início de um processo que levaria à degradação ambiental significativa nas Américas.

A história de Viçosa e de suas áreas naturais segue esse padrão, com a destruição gradual da floresta e a substituição por paisagens agrícolas. No entanto, como visto no caso de Langsdorff, as primeiras interações entre os colonos e o meio ambiente eram frequentemente mais moderadas, permitindo a coexistência temporária entre a natureza e a exploração humana, algo que se tornaria insustentável com o aumento da colonização e a intensificação da agricultura. O trabalho de Cronon, ao analisar os efeitos da colonização na Nova Inglaterra, oferece um vislumbre de como essas transformações ocorreriam de maneira mais generalizada e acelerada com o tempo.

Ambos os relatos, embora em contextos e tempos diferentes, alertam para as consequências de uma relação descontrolada entre a humanidade e a natureza, reforçando a importância de práticas mais equilibradas e sustentáveis para preservar os ecossistemas para as futuras gerações.

Paisagem é um conceito complexo, frequentemente associado a panoramas e cenários, como a vista do Mirante do Cristo Redentor ou da estátua de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. A paisagem é moldada tanto pela natureza quanto pela intervenção humana, refletindo o ambiente natural e a cultura local.

A paisagem, enquanto conceito, é uma expressão multifacetada, composta pela interação entre elementos naturais e intervenções humanas, como se observa ao contemplar a vista do Mirante do Cristo Redentor em Viçosa ou a estátua de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Essas paisagens refletem não apenas a beleza e a imponência da natureza circundante, mas também os valores culturais e espirituais da comunidade local ou, pelo menos, deveria ser essa a proposta. Na realidade, o que observamos é que foram poucas atividades religiosas ocorridas nesses lugares do

parque, em parte acreditamos ser pelas dificuldades de acesso, outra parte poderia ser creditada às questões relacionadas à falta de segurança do local.

Tal visão encontraria um paralelo com a narrativa de Donald Worster (2008)¹⁶ em “A Passion for Nature: The Life of John Muir”, em que a biografia de John Muir explora como suas percepções da natureza influenciaram a criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos.

John Muir via a paisagem como algo sagrado, um espaço onde a natureza falava diretamente à alma humana. Ele defendia a preservação de áreas selvagens para que as pessoas pudessem experimentar a beleza pura e intocada da natureza, livre das intervenções humanas excessivas. A sua visão romântica da natureza ajudou a moldar a ideia de que certos locais deveriam ser protegidos não apenas pela sua beleza natural, mas também por sua capacidade de inspirar sentimentos espirituais e de pertencimento a algo maior. Muir acreditava que a natureza, em sua forma mais pura, oferecia uma espécie de refúgio e revitalização para a alma humana.

Esse conceito não se conecta diretamente com a percepção da paisagem no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor em Viçosa justamente pelos fatos que exemplificamos acima. Assim como Muir via nos parques nacionais uma forma de preservar a natureza e oferecer um espaço de contemplação espiritual, o Mirante do Cristo Redentor e a estátua de Nossa Senhora da Conceição Aparecida também deveriam simbolizar a fusão entre o sagrado e o natural. Ali, a intervenção humana, ao erguer monumentos religiosos, deveria estar em harmonia com a paisagem não como um ato de dominação, mas como um gesto de reverência ao meio ambiente. Assim como Muir via nas montanhas e florestas da Califórnia um espelho da grandeza divina, a comunidade de Viçosa também deveria encontrar na paisagem do Parque um espaço para a contemplação espiritual e a celebração da cultura local. No entanto, na realidade, o que se encontra são lugares abandonados à mercê de usuários de drogas.

No entanto, o trabalho de preservação da paisagem em Viçosa e nos parques defendidos por Muir revela uma diferença crucial. Enquanto a luta de Muir era pela preservação de vastas áreas selvagens, muitas vezes livres de qualquer interferência

¹⁶ (1) O documento relata a viagem de John Muir pelo deserto de Nevada em 1876 e 1878, onde estudou geleiras antigas, pinheiros e minas abandonadas. (2) Muir enviava relatórios animados sobre suas aventuras para os amigos Strentzel, apesar dos temores da Sra. Strentzel sobre perigos. (3) Embora tenha aprendido muito, Muir observou que a busca frenética por ouro em Nevada deixou para trás um conjunto triste de ruínas.

humana, o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor incorpora uma paisagem já transformada pela presença humana, mas, ainda assim, valorizada como um bem comum. A paisagem em Viçosa reflete um equilíbrio dinâmico entre o natural e o cultural, mostrando que a intervenção humana pode coexistir com a preservação ambiental, desde que se respeitem os limites impostos pela natureza.

Assim, tanto no pensamento de Muir quanto no conceito de paisagem no Parque Natural de Viçosa, há uma convergência de ideias: a natureza deve ser protegida e apreciada não apenas como um recurso, mas como uma fonte de inspiração e elevação espiritual. Em ambos os casos, a paisagem é vista como algo mais do que um mero cenário ou panorama; é um espaço onde a cultura e a natureza se encontram e se inter-relacionam, proporcionando um senso profundo de identidade e propósito tanto para as pessoas quanto para os ecossistemas que ali existem.

Em resumo, o paralelismo entre o conceito de paisagem no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor e a visão de John Muir como explorado por Donald Worster mostra como a intervenção humana pode, em certos contextos, enaltecer a experiência da natureza sem comprometer sua integridade. A paisagem, tanto em Viçosa quanto nos parques defendidos por Muir, transcende o simples espaço físico para se tornar uma manifestação viva de cultura, espiritualidade e conservação ambiental.

Os mirantes, por exemplo, oferecem pontos de vista que destacam uma perspectiva cultural, ambiental, histórica e artística. Eles mediarão a percepção da paisagem, incorporando aspectos visuais, sonoros e atmosféricos. A expressão artística de paisagens, como pinturas e fotografias, representa a cultura por meio da arte e contribui para a percepção da paisagem.

Historicamente, as representações artísticas de paisagens têm sido uma forma de expressar a relação entre o ambiente e a cultura. A paisagem, portanto, possui uma dualidade: representa tanto o território físico quanto a forma como é percebido culturalmente. Essa dualidade também é abordada na Convenção Europeia da Paisagem, que trata da interação entre o aspecto físico e a apropriação simbólica do território.

A dualidade da paisagem, como representação simultânea do território físico e da percepção cultural, é uma ideia fundamental tanto nas representações artísticas quanto nas políticas de preservação ambiental. Essa noção, presente na Convenção Europeia da Paisagem, também se aplica ao PNMCR, onde o ambiente natural é

moldado não apenas pelos elementos físicos que o compõem, mas também pelo valor simbólico que a comunidade e as instituições locais lhe atribuem. Essa dualidade ecoa na obra de Alfred Runte (1987), “National Parks: The American Experience”, que explora a história dos parques nacionais americanos e sua evolução ao longo do tempo, revelando como esses espaços foram reconhecidos e moldados por uma combinação de fatores naturais e culturais.

No caso do PNMCR, a evolução do espaço é caracterizada por um processo lento de reconhecimento e proteção. Historicamente, as terras que hoje compõem o Parque foram utilizadas para atividades agrícolas e habitacionais, seguindo a dinâmica de ocupação que predominou em Minas Gerais no século XIX. Somente muito mais tarde, à medida que a conscientização sobre a necessidade de preservar o meio ambiente ganhou força, essas áreas passaram a ser vistas como patrimônio natural e cultural da cidade, culminando na criação do Parque.

Essa lenta evolução do Parque em Viçosa pode ser comparada à experiência dos parques nacionais dos Estados Unidos, conforme descrito por Runte. Nos EUA, a criação dos primeiros parques nacionais, como Yellowstone, também foi um processo gradual, impulsionado por uma série de fatores econômicos, culturais e políticos. No início, as paisagens que se tornaram parques nacionais eram vistas, principalmente, como espaços selvagens a serem explorados para a agricultura, mineração e turismo. Apenas com o tempo, à medida que a sociedade americana começou a valorizar as qualidades estéticas e espirituais da natureza, essas áreas foram protegidas como parques nacionais.

Da mesma forma, o PNMCR passou de uma área funcionalmente utilizada para atividades humanas para um espaço de conservação e lazer. A transição de um território explorado para uma paisagem protegida reflete a evolução das percepções culturais sobre o valor do ambiente natural. Assim como nos EUA, onde a criação dos parques nacionais foi impulsionada por uma crescente valorização da natureza como parte da identidade nacional, em Viçosa o reconhecimento do Parque reflete um movimento de preservação que une as dimensões físicas e simbólicas da paisagem.

Alfred Runte (1987) argumenta que os parques nacionais americanos não foram apenas criados para preservar áreas naturais intocadas, mas também para promover uma ideia particular de identidade e patrimônio cultural. Os parques se tornaram símbolos da grandeza natural da América, integrando a ideia de que essas paisagens selvagens deveriam ser protegidas para o bem comum.

O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor segue um caminho semelhante, em que o valor simbólico da paisagem, representado pelo Cristo Redentor e sua vista panorâmica, está profundamente enraizado na cultura local e na espiritualidade dos moradores. Esse espaço não é apenas um território geográfico, mas também um ícone cultural que serve para fortalecer o senso de pertencimento da comunidade à sua cidade e ao meio ambiente.

Outro aspecto que Alfred Runte destaca é a interação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos parques. Nos Estados Unidos, os parques nacionais também foram vistos como uma forma de impulsionar o turismo e a economia local, embora esse desenvolvimento tenha frequentemente entrado em conflito com os objetivos de preservação. O mesmo pode ser observado no PNMCR, onde o desafio é equilibrar o uso público do Parque com a necessidade de conservar seus recursos naturais. À medida que o Parque se desenvolve como um espaço de lazer e turismo, é crucial que as intervenções humanas sejam planejadas de forma a minimizar o impacto no ambiente natural.

A dualidade da paisagem, portanto, se manifesta na forma como o PNMCR evoluiu ao longo do tempo, equilibrando a conservação do ambiente físico com a apropriação simbólica do território pela comunidade local. Assim como os parques nacionais americanos descritos por Runte, o Parque de Viçosa representa tanto um espaço físico de proteção ambiental quanto um espaço cultural que reflete a identidade e os valores da sociedade que o preserva.

Em suma, o comparativo entre o PNMCR e a análise de Alfred Runte sobre os parques nacionais americanos destaca a complexidade de preservar paisagens que são ao mesmo tempo físicas e culturais. Em ambos os casos, a evolução desses espaços reflete uma mudança gradual na forma como as sociedades percebem e valorizam a natureza, movendo-se de uma exploração utilitária para uma conservação consciente que reconhece o valor simbólico e espiritual da paisagem.

Portanto, a paisagem é um conceito que abrange tanto o ambiente material quanto a percepção cultural e simbólica que a sociedade atribui a ele.

Esse conceito é aplicado a políticas públicas e reconhecimentos internacionais, como demonstrado pela Convenção Europeia da Paisagem, que enfatiza a importância da interação entre o aspecto físico e a percepção cultural da paisagem.

A comparação entre os aspectos simbólicos e físicos do PNMCR em Viçosa, MG, e as discussões presentes na obra de Mark Fiege (2012)¹⁷, “The Republic of Nature: An Environmental History of the United States”, oferece uma reflexão profunda sobre a relação entre conservação, cultura e proteção ambiental. Fiege analisa a história ambiental dos Estados Unidos com foco em parques e conservação, destacando as interações entre os seres humanos e a natureza ao longo do tempo. A preservação, prevenção de incêndios e as implicações culturais e ambientais dessas práticas são temas centrais em sua obra, assim como o são no contexto do PNMCR.

4.6 O Simbólico e o Físico no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR)

Para a realização desse ensaio, vamos ter que abandonar a realidade do descaso em que se encontram os elementos simbólicos do Parque, imaginando que esses elementos estivessem sendo inaugurados agora ou que tivessem passado por uma reforma significativa e transformadora. Caso contrário, não encontraremos amparo bibliográfico na literatura técnica para realçar esses aspectos.

No PNMCR, a paisagem tem duplo significado: ela não é apenas um espaço físico destinado à conservação ambiental, mas também um território repleto de simbolismos culturais e espirituais. O Parque é lar do Mirante do Cristo Redentor, que proporciona uma vista panorâmica da cidade e possui grande significado religioso e turístico. Esses elementos tornam o PNMCR não apenas um lugar de preservação ambiental, mas também um símbolo cultural importante para a comunidade de Viçosa, refletindo o papel da natureza como um espaço espiritual e social.

Fiege¹⁸ argumenta que os parques nos Estados Unidos também possuem essa dualidade entre o físico e o simbólico. Eles são, ao mesmo tempo, áreas protegidas para a conservação de ecossistemas e símbolos da identidade nacional e da relação

¹⁷ Nas narrativas dramáticas que compõem *The Republic of Nature*, Mark Fiege reformula o relato canônico da história americana com base na premissa simples, mas radical, de que nada no passado da nação pode ser considerado separado das circunstâncias naturais em que ocorreu. Revisitando ícones históricos tão familiares que as crianças em idade escolar aprendem a considerá-los garantidos, ele faz conexões surpreendentes que permitem aos leitores ver histórias antigas sob uma nova luz.

¹⁸ Nas narrativas dramáticas que compõem *The Republic of Nature*, Mark Fiege reformula o relato canônico da história americana com base na premissa simples, mas radical, de que nada no passado da nação pode ser considerado separado das circunstâncias naturais em que ocorreu. Revisitando ícones históricos tão familiares que as crianças em idade escolar aprendem a considerá-los garantidos, ele faz conexões surpreendentes que permitem aos leitores ver histórias antigas sob uma nova luz.

dos americanos com a natureza. O Yellowstone, por exemplo, não é apenas um espaço de vida selvagem preservado, mas também um ícone do orgulho nacional americano, representando a grandiosidade da natureza intacta.

No PNMCR, essa dualidade se expressa na presença de monumentos religiosos e mirantes que conectam os visitantes a uma experiência espiritual, ao mesmo tempo que a vegetação nativa e as áreas de reflorestamento sublinham o esforço de conservação. Essa convergência de símbolos culturais e ambientais molda a identidade do Parque, que busca harmonizar a preservação ecológica com a valorização simbólica da paisagem.

Prevenção de Queimadas e Conservação

Do ponto de vista físico, um dos desafios enfrentados tanto no PNMCR quanto nos parques dos EUA é a prevenção de queimadas e a conservação dos ecossistemas. No PNMCR, a preocupação com incêndios florestais é central, dado o risco que eles representam para a vegetação nativa e para os esforços de reflorestamento. A prevenção de queimadas envolve tanto a vigilância ativa quanto a implementação de práticas de manejo sustentável, como a manutenção de aceiros e a conscientização da população sobre o risco das queimadas descontroladas.

Fiege, em sua obra, discute a evolução das práticas de manejo do fogo nos parques americanos, mostrando como, no início, os incêndios eram vistos como inimigos absolutos da conservação. Entretanto, com o tempo, os administradores de parques entenderam que o fogo também faz parte do ciclo natural de muitos ecossistemas, sendo necessário para a renovação de certas paisagens. A gestão atual dos parques americanos busca um equilíbrio entre prevenir incêndios catastróficos e permitir queimadas controladas que beneficiem o ecossistema.

No PNMCR, a prevenção de incêndios está voltada para a proteção das áreas de reflorestamento e da vegetação nativa, que são fundamentais para a conservação da biodiversidade local. Embora o uso do fogo controlado como ferramenta de manejo ainda seja limitado em muitos contextos brasileiros, a conscientização sobre a importância de prevenir incêndios acidentais é prática crucial para a proteção dos ecossistemas do Parque.

4.7 Convergência entre o Simbólico e o Físico na Conservação

Tanto no PNMCR quanto nos parques dos EUA, conforme discutido por Fiege, a convergência entre os elementos simbólicos e físicos influencia a maneira como a conservação é praticada. No PNMCR, o esforço para conservar a natureza é reforçado pela importância simbólica do parque para a comunidade, o que cria um sentimento de responsabilidade coletiva para proteger esse espaço. As iniciativas de prevenção de incêndios, reflorestamento e manejo sustentável da terra são complementadas pelo valor cultural e espiritual que o Parque representa.

Nos Estados Unidos, Fiege argumenta que a ideia de conservação foi, em parte, motivada pelo desejo de preservar paisagens que eram vistas como símbolos da identidade nacional americana. Parques como o Yosemite e o Grand Canyon não são apenas preservados por sua beleza natural, mas também porque representam algo maior do que si mesmos: são emblemas da relação americana com a terra e com a noção de natureza selvagem.

A dualidade entre o simbólico e o físico, tanto no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor quanto nos parques nacionais dos EUA discutidos por Mark Fiege, revela como a conservação ambiental é um processo que vai além da simples proteção de ecossistemas. Ela envolve também a preservação de símbolos culturais e espirituais que dão sentido à natureza na vida das pessoas. No caso do PNMCR, ele é um espaço onde a cultura, a religião e a conservação ambiental se entrelaçam, criando um sentido de lugar, que é tanto físico quanto simbólico. Da mesma forma, Fiege mostra que a história ambiental dos parques americanos é uma história de interação entre o meio ambiente e a cultura, em que a preservação da natureza está intrinsecamente ligada à sua valorização simbólica como parte da identidade nacional.

Esse exemplo ilustra como o simbólico e o físico interagem. O símbolo dos livros influencia o ambiente físico ao ser incorporado na paisagem, e o físico, por sua vez, reforça a percepção simbólica. Essa simbiose entre o simbólico e o físico é constante e se manifesta em várias formas não apenas visuais, mas também táteis, auditivas e até emocionais.

A paisagem é uma expressão da interação entre o ambiente físico e a percepção cultural. Ela reflete a essência de uma região ao abranger tanto o território material quanto as significações culturais associadas. A paisagem pode ser considerada uma manifestação territorializada da cultura e, como tal, é um recurso

valioso. No Parque do Cristo, a paisagem é uma riqueza econômica potencial que o município pode explorar de maneira sustentável.

Perceber uma paisagem vai além da visão; envolve todos os sentidos e a memória. Quando observamos um panorama, não estamos apenas vendo, mas também engajando com a história e o passado daquele lugar. A paisagem é impregnada de passado e de memória, e cada elemento pode evocar recordações pessoais ou coletivas.

Seria possível estabelecer uma comparação e destacar pontos de discordância entre a análise de Ramachandra Guha (1987)¹⁹ em “The Unquiet Woods: Ecological Change and Peasant Resistance in the Himalaya” e as medidas protetivas adotadas pelo PNMCR em Viçosa, conforme determinadas pelo Conselho Consultivo do Parque? Isso porque esse é o exercício que vamos tentar fazer agora, partindo do Parque do Cristo para o topo do mundo.

Análise pelo “Contexto de Conservação”

No contexto das florestas do Himalaia, Guha aborda a luta ecológica e social em uma região onde o conflito central envolve comunidades camponesas, o Estado e corporações madeireiras. Os camponeses, profundamente dependentes dos recursos naturais para sua subsistência, resistem à exploração comercial das florestas. Essa resistência envolve o movimento Chipko, em que as comunidades locais, especialmente as mulheres, adotaram práticas de desobediência civil para proteger as florestas de serem derrubadas para uso comercial.

4.8 O PNMCR e a comunidade de Viçosa

Já no caso do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor o Conselho Consultivo, composto por representantes da comunidade local, do governo e de ONGs, trabalha para implementar e supervisionar medidas protetivas que equilibram o uso recreativo e educacional do Parque com a conservação ambiental. O Parque encontra-se em uma área já impactada por atividades humanas históricas, como a

¹⁹ Ramachandra "Ram" Guha, nascido Subramaniam Ramachandra (Utaracanda, 29 de abril de 1958), é um historiador, escritor e intelectual indiano, cujos interesses de pesquisa incluem História Social, Política, Contemporânea, Ambiental e do Críquete, como também o campo da Economia. Ele também é colunista do jornal *The Telegraph*, *Hindustan Times* e do jornal diário hindi *Amar Ujala*.

agricultura, no entanto as políticas atuais visam preservar e restaurar a vegetação nativa, além de prevenir queimadas e outras ameaças ambientais.

Medidas de Conservação

Guha e o Himalaia: as medidas protetivas nas florestas do Himalaia, conforme narradas por Guha, emergem diretamente da “resistência comunitária”. As populações locais desempenham papel ativo na proteção das florestas contra os interesses externos de exploração. No entanto, essas práticas de conservação surgem de uma necessidade imediata de sobrevivência, em que os camponeses dependem diretamente da floresta para lenha, alimento e água. A proteção ambiental, nesse contexto, está profundamente entrelaçada com a justiça social e a autonomia das comunidades rurais.

O PNMCR e a comunidade de Viçosa: as medidas protetivas no Parque são desenvolvidas em um contexto mais institucional, mediadas por um Conselho Consultivo que integra várias partes interessadas, incluindo órgãos governamentais, especialistas ambientais e a comunidade local. As ações de conservação são deliberadas, como reflorestamento, manejo de trilhas, monitoramento de espécies e prevenção de queimadas. Não há a mesma urgência de resistência comunitária presente no Himalaia, mas, sim, uma abordagem mais colaborativa e regulamentada, em que a natureza é vista como um bem comum que precisa ser preservado para gerações futuras, embora não tão diretamente ligado à subsistência imediata dos moradores.

Pontos de discordância entre as duas abordagens

1- A apropriação da terra e poder: no Himalaia, conforme descrito por Guha, o conflito está centrado na apropriação da terra e dos recursos florestais pelas corporações e pelo Estado. As medidas de conservação não são apenas uma questão ecológica, mas uma resposta à exploração e marginalização das comunidades camponesas. A luta pela conservação é, em grande parte, uma luta contra a imposição externa de poder sobre o uso dos recursos naturais locais.

Em contraste, no PNMCR as medidas de conservação são determinadas por uma cooperação entre diferentes setores da sociedade. O Conselho Consultivo busca garantir que a preservação do parque seja benéfica para a comunidade e o meio ambiente, sem nenhum tipo de conflito direto sobre apropriação de terra ou exploração econômica predominante no Himalaia.

2- O papel das comunidades locais: no Himalaia, as comunidades locais são agentes ativos de resistência, lutando diretamente contra a destruição de suas florestas. Essa luta é impulsionada por uma conexão vital com a terra, em que a conservação significa preservar o modo de vida rural. A proteção florestal, portanto, está intimamente ligada aos direitos das comunidades de usar a terra de maneira sustentável.

Em Viçosa, as comunidades locais participam do Conselho Consultivo do Parque, mas o contexto é mais regulado e menos centrado em uma luta de resistência. A relação entre a comunidade e o Parque é mais mediada por preocupações urbanas e recreativas do que pela subsistência direta. A população de Viçosa vê o parque como um espaço de lazer, cultura e educação, enquanto as medidas de conservação são implementadas, principalmente, para proteger a biodiversidade e os recursos naturais e não tanto para sustentar a vida diária das pessoas. Algumas ações como as reuniões semanais “Café com o Parque” estreitam ainda mais essas relações.

3- A natureza das ameaças ambientais: Guha detalha como a exploração comercial de florestas para a extração de madeira e a expansão agrícola são ameaças diretas ao ecossistema do Himalaia. Essas atividades têm consequências devastadoras para as comunidades locais, que perdem acesso a recursos essenciais para sua sobrevivência. Assim, a proteção da floresta é uma resposta urgente a essas ameaças imediatas.

No PNMCR, as principais ameaças são as queimadas, a degradação ambiental devido ao uso inadequado e à fragmentação de habitats. As medidas de proteção visam mitigar esses riscos, mas a situação é menos extrema que no Himalaia. As ameaças são tratadas de forma preventiva, por meio de políticas públicas, como a prevenção de incêndios, a restauração de áreas degradadas e a conscientização pública sobre a importância da preservação.

4- Concluindo o raciocínio: enquanto a conservação no Himalaia, segundo Guha, é uma luta de resistência contra a exploração e pela sobrevivência das comunidades locais, as medidas protetivas no PNMCR em Viçosa são mais colaborativas, focadas em equilibrar conservação e uso público. A resistência camponesa do Himalaia surge de uma necessidade urgente de proteger recursos vitais, enquanto no PNMCR a conservação é uma responsabilidade compartilhada entre as autoridades e a comunidade local, visando à manutenção da biodiversidade e à qualidade de vida urbana. A principal discordância entre os dois contextos está na

natureza do conflito: no Himalaia, é uma questão de justiça social e sobrevivência, enquanto no PNMC é uma questão de conservação ecológica e sustentabilidade no longo prazo.

O conceito de paisagem não se limita ao que é visível, pois também inclui o que é simbolicamente significativo. Essa dualidade entre o aspecto físico e o simbólico está presente em muitas práticas culturais e políticas, como a Convenção Europeia de Paisagem, que reconhece essas duas dimensões e a sua interação contínua.

Assim, a paisagem não é apenas o ambiente físico que nos rodeia, mas também a forma como a cultura o interpreta e o representa. Ela é parte fundamental da vida cotidiana e da identidade humana, refletindo a interação entre o lugar e suas significações culturais.

Os esforços de recuperação em áreas degradadas no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) em Viçosa, MG, podem ser comparados às afirmações de Timothy J. LeCain (2009)²⁰ em “Mass Destruction: The Men and Giant Mines That Wired America and Scarred the Planet”, que aborda a história ambiental das áreas degradadas pelas atividades industrial e mineira, incluindo os desafios da recuperação dessas paisagens devastadas. LeCain explora como a modernidade industrial transformou radicalmente o meio ambiente, criando vastas zonas de destruição, e reflete sobre as tentativas de restaurar ou compensar essas áreas.

Fazendo comparações na tentativa de estabelecer paralelismos entre a natureza da degradação, segundo a abordagem de LeCain, e a Indústria Extrativa, em seu trabalho “Mass Destruction” LeCain detalha como a mineração em larga escala nos Estados Unidos e em outras partes do mundo gerou enormes cicatrizes no planeta, destruindo vastas áreas de paisagem natural. Ele examina não apenas o impacto ambiental direto das minas gigantes, mas também os efeitos colaterais em ecossistemas inteiros, como a contaminação do solo e da água, a perda de biodiversidade e a alteração de paisagens naturais que demoraram milênios para se formar. Esses impactos, afirma LeCain, foram o preço pago pelo desenvolvimento industrial e pela modernização, particularmente na eletrificação e na produção de materiais essenciais à economia moderna.

²⁰ LeCain, T. *Destruição em massa: os homens e as minas gigantes que conectaram a América e marcaram o planeta*. [S.l.]: Rutgers University Press, 2009.

Já no PNMCR a degradação local se observa prioritariamente na degradação ambiental, que por sua vez não foi causada por mineração industrial de larga escala, mas por práticas agrícolas intensivas, desmatamento histórico e urbanização descontrolada. Esses fatores levaram à fragmentação da vegetação nativa, erosão do solo e degradação da biodiversidade local, conforme as evidências mostradas no Plano de Manejo do Parque. Embora o nível de destruição seja menor em escala quando comparado às áreas devastadas pela mineração descritas por LeCain, os impactos sobre o ecossistema do parque foram igualmente significativos para a realidade local. Assim, a recuperação dessas áreas se torna um desafio ambiental e comunitário importante.

Quanto aos esforços de recuperação, LeCain enfatiza a necessidade de recuperação de áreas mineradas, discutindo como, historicamente, os esforços de recuperação em áreas mineradas têm sido insuficientes ou apenas parciais.

Ele aponta que, embora as indústrias e os governos muitas vezes promovam projetos de recuperação ambiental em áreas devastadas, os resultados geralmente são superficiais, com replantio de árvores ou técnicas de remediação que não conseguem restaurar a biodiversidade original ou reverter o dano profundo causado ao ecossistema.

LeCain observa ainda que, em muitos casos, as áreas continuam a apresentar problemas de contaminação e instabilidade ambiental, mesmo após os esforços de recuperação.

No PNMCR, quando se trata da recuperação ecológica, evidenciada em seu Plano de Manejo, observamos esse contraste nos esforços de recuperação, posto que no Parque essas ações visam restaurar a vegetação nativa e a funcionalidade ecológica da área, diferentemente das áreas minadas citadas por LeCain.

O Parque tem investido em reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica, controle de erosão e restauração de habitats para a fauna local. Esses esforços são conduzidos com o apoio de especialistas ambientais e da comunidade, numa tentativa de reverter os danos causados pelo desmatamento e pela urbanização. Embora o PNMCR enfrente desafios como queimadas e degradação contínua, a recuperação é projetada para criar um ecossistema autossustentável, mesmo que os resultados completos possam levar décadas para serem visíveis.

No entanto, podemos observar pontos de convergência, mesmo que sejam em escala dos esforços de recuperação, como elencados a seguir:

1- Tanto no contexto de LeCain quanto no PM do PNMCR, os esforços de recuperação enfrentam limitações de escala e profundidade. LeCain sugere que as tentativas de restaurar áreas degradadas pela mineração enfrentam o problema de ser meramente paliativas, sem a capacidade de devolver o ecossistema ao seu estado original. No PNMCR, embora os esforços de reflorestamento e restauração tenham boas intenções, a escala do dano causado pela urbanização e pelas atividades passadas cria desafios semelhantes. A regeneração plena do ecossistema é um processo de longo prazo e não é garantido que o Parque recupere totalmente a biodiversidade anterior.

2- Quanto às motivações e responsabilidades, em “Mass Destruction”, LeCain discute como as motivações para a recuperação, muitas vezes, surgem de pressões regulatórias ou da necessidade de melhorar a imagem pública das corporações responsáveis pelos danos. No caso do PNMCR, as motivações para a recuperação são mais comunitárias e voltadas para o bem-estar ecológico e social. A criação e proteção do Parque visam não apenas restaurar a natureza, mas também criar um espaço de lazer e educação ambiental para os moradores da cidade.

3- Pela percepção pública e de valor da recuperação, LeCain argumenta que a recuperação das áreas degradadas pela mineração é, muitas vezes, vista como um processo que nunca alcançará seu objetivo pleno, uma vez que a destruição foi tão grande, que apenas uma fração da natureza original pode ser recuperada. O mesmo sentimento, embora em menor escala, pode ser aplicado ao PNMCR, cuja degradação histórica fez que o processo de restauração fosse visto como algo contínuo e de longo prazo. No entanto, em ambos os casos, a recuperação ecológica é percebida como um passo necessário para a preservação ambiental e a sustentabilidade futura.

4- Quanto à magnitude da destruição, podemos observar pontos de discordâncias significativas. Um desses pontos entre os dois contextos é a magnitude da destruição ambiental. LeCain escreve sobre um nível de destruição ambiental que pode ser descrito como colossal, em áreas mineradas que foram completamente transformadas em paisagens lunares e tóxicas. No PM do PNMCR, a destruição foi significativa, mas não no mesmo nível catastrófico. O Parque, embora degradado, ainda mantém potencial para a recuperação mais completa, dada a menor escala dos danos e o foco na restauração de uma área natural protegida.

5- Quanto à sustentabilidade no longo prazo, outro ponto de discordância está relacionado à viabilidade no longo prazo dos esforços de recuperação. LeCain (2009)

sugere que muitas ações em áreas minadas são pouco sustentáveis, com problemas ambientais que continuam a surgir mesmo após décadas de recuperação. No caso do PM do PNMCR, as estratégias de recuperação são mais sustentáveis e, em teoria, podem ter sucesso em restaurar o equilíbrio ecológico do Parque, especialmente com o compromisso contínuo do Conselho Consultivo e da comunidade local. A recuperação no Parque visa criar um ciclo autossustentável de biodiversidade e uso consciente da terra.

6- Fechando a comparação entre as áreas devastadas pela mineração discutidas por Timothy LeCain, os esforços para recuperação do PNMCR apontados pelo seu Plano de Manejo são mais otimizados para a restauração ecológica de longo prazo e sustentada pela comunidade. Ambos os contextos enfrentam desafios significativos relacionados à escala da destruição e à complexidade da recuperação, mas no PNMCR há uma abordagem mais holística voltada para o reflorestamento com espécies nativas e para a Educação Ambiental. LeCain, em sua obra, faz advertência importante sobre os limites da recuperação de áreas devastadas, mas, quanto ao PNMCR, vislumbra-se um exemplo de que, com o esforço certo e a participação local, a sua recuperação significativa, embora desafiadora, é possível.

Ao analisarmos a temporalidade da paisagem, podemos observar a coexistência de diferentes períodos históricos. Por exemplo, em um local podemos encontrar uma casa simples, uma construção que remonta ao ambiente rural onde colonos viviam em pequenas propriedades. Essas casas têm histórias que remontam a um passado agrícola, refletindo práticas de habitação e construção tradicionais. Mesmo que não haja vestígios, o próprio Colégio de Viçosa já é uma referência iconográfica desse passado.

Próximo ao Colégio existem as casas e encontramos conjuntos urbanos que também revelam essa temporalidade. Embora alguns desses conjuntos, como o localizado na Rua Gomes Barbosa, estejam um pouco descaracterizados, ainda há a esperança de que possam ser restaurados no futuro. Até porque o bairro possui um conjunto harmônico de casas com características ecléticas, combinando diversos estilos arquitetônicos. Esse ambiente tem caráter histórico e simbólico que nos remete a imagens vistas em filmes ou livros infantis, evocando memórias e uma forma de ver o mundo.

A presença de diferentes ícones de períodos históricos, como as casas antigas, o Colégio de Viçosa e a rua de paralelepípedos que passa em frente (Rua Gomes

Barbosa), revela a justaposição de épocas distintas na paisagem. Cada elemento que compõe esse cenário, desde a rua, o colégio, as casas e os morros que cercam o vale do Parque do Cristo, os monumentos ali, a vegetação em recuperação, tudo isso contribui para a leitura da paisagem, mostrando como o passado e o presente se entrelaçam e formam um cenário único.

A paisagem do Parque do Cristo é um exemplo notável de como diferentes elementos se combinam para formar um espaço visualmente bonito, harmônico e complexo, com características atemporais. Esse espaço não foi planejado para incorporar todos esses elementos desde o início; ao contrário, ele foi se formando gradualmente e adquirindo visualidade orgânica e encantadora.

Figura 15 – Imagens do Parque do Cristo em contraste com as casas tombadas da Rua Gomes Barbosa e o Colégio de Viçosa



Traçando uma comparação entre a obra de Emily Wakild (2011)²¹, “Revolutionary Parks: Conservation, Social Justice, and Mexico's National Parks, 1910-1940” e a paisagem do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor de Viçosa, MG, observam-se a intersecção entre planejamento e desenvolvimento gradual e a interação entre conservação ambiental e social. Ambos os contextos, ainda que distintos em termos históricos e geográficos, compartilham elementos comuns na maneira como os parques são moldados ao longo do tempo, seja por decisões políticas e sociais, seja por processos naturais e culturais. Vamos tentar, a seguir, comparar melhor esses contextos pela perspectiva do desenvolvimento gradual e orgânico:

²¹ Emily Wakild, Professora de História, Cátedra Cecil D. Andrus, Universidade Estadual de Boise, EUA.

1- Wakild descreve como os parques nacionais do México, estabelecidos durante o período revolucionário do século XX, foram uma resposta às demandas de justiça social e à necessidade de conservação dos recursos naturais. No entanto, esses parques não surgiram de um planejamento completamente estruturado. Muitos deles evoluíram gradualmente, influenciados pelas políticas de reforma agrária, pelos movimentos indígenas e pelas pressões sociais. À medida que as comunidades locais se integraram à paisagem, os parques se tornaram espaços híbridos, em que a conservação da natureza e o uso humano coexistem de maneira fluida e adaptativa. Wakild argumenta que esses parques eram muito mais do que simples áreas protegidas; eram cenários em que a natureza e as necessidades sociais estavam intimamente entrelaçadas, moldando-se mutuamente.

2- De maneira semelhante, a paisagem do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor não foi criada de maneira totalmente planejada. Em vez disso, foi moldada ao longo do tempo, combinando elementos naturais e intervenções humanas que, de forma gradual e orgânica, formaram um espaço visualmente atraente e harmonioso.

Árvores nativas e espécies introduzidas, caminhos e mirantes foram sendo integrados de maneira que o Parque adquirisse aparência "naturalmente" complexa. Sua visualidade encanta pela forma como múltiplos elementos – tanto da flora quanto da geografia local – se combinam em um todo que parece atemporal, mesmo sendo resultados de uma história de intervenções ao longo dos anos.

Vejamos como cada documento a respeito do PNMCR pode contribuir para sustentar essa análise:

A. Plano de Manejo do PNMCR

O Plano de Manejo, sendo o principal documento de planejamento e gestão de unidades de conservação, detalha as características ambientais, paisagísticas e os usos do Parque. Ele fornece informações sobre as intervenções humanas históricas, a composição da flora, as espécies introduzidas e as ações de conservação realizadas ao longo do tempo. Esse documento ajuda a explicar como o Parque foi moldado pela interação entre natureza e ações humanas e como essa "aparência natural" foi gradualmente construída.

B. Plano Diretor de Viçosa

O Plano Diretor pode reforçar a afirmação ao estabelecer diretrizes e políticas para a proteção e o uso sustentável do PNMCR como patrimônio ambiental e cultural

do município. Ele reconhece o papel do Parque no ordenamento urbano e na valorização da paisagem local, destacando o caráter híbrido da área (natural e construída) como algo a ser preservado e potencializado.

C. Relatórios e Ações do ISAViçosa

O trabalho do ISAViçosa após o convênio também pode ser uma fonte relevante, pois documenta ações de regeneração ambiental, plantios de espécies nativas e outras práticas sustentáveis que, ao longo do tempo, contribuíram para a recuperação e harmonização da paisagem do Parque. Relatórios técnicos, registros de atividades e projetos realizados pelo instituto podem fornecer evidências concretas sobre como o espaço foi sendo moldado de forma orgânica e integrada.

D. Documentos históricos e registros anteriores

Além dos documentos mais recentes, registros históricos, fotografias antigas e relatos orais podem contribuir para mostrar como o Parque evoluiu ao longo das décadas, revelando intervenções humanas que foram incorporadas à paisagem e contribuíram para a sensação de "naturalidade complexa" que existe hoje.

Portanto, a combinação do Plano de Manejo, do Plano Diretor e das ações documentadas pelo ISAViçosa constitui uma base sólida para sustentar a ideia de que o PNMCR é resultado de um processo histórico e gradual, em que natureza e intervenção humana se harmonizaram ao longo do tempo. Cada documento aborda aspectos complementares desse processo, desde o planejamento e gestão até ações práticas e percepções da paisagem.

3- Pela óptica da conservação e da justiça social, na análise de Wakild os parques nacionais mexicanos, especialmente durante o século XX, foram vistos não apenas como espaços para a conservação da natureza, mas também como ferramentas para promover a justiça social. Durante a Revolução Mexicana, houve preocupação com a redistribuição de terras e a incorporação das necessidades das comunidades rurais e indígenas dentro dos projetos de conservação. Esses parques se tornaram símbolos de um esforço para equilibrar a preservação ecológica com os direitos e o bem-estar das populações que viviam nesses territórios.

4- Pelo Plano de Manejo do Parque e pela busca pelo Equilíbrio Social e Ambiental, o PNMCR, ainda que não tenha as mesmas raízes revolucionárias ou de justiça social explícita, também demonstra preocupação com a integração entre a conservação e o bem-estar da comunidade local.

O Plano de Manejo do PNMCR inclui diretrizes que visam ao bem-estar da comunidade local, por considerar o parque como espaço socioambiental. Embora as especificidades possam variar, algumas dessas diretrizes incluem garantir que a comunidade local tenha acesso ao parque como espaço de lazer, educação ambiental e contato com a natureza, promovendo inclusão social e democratização do uso. Também há estímulo a programas e atividades voltados para a conscientização ambiental da população, especialmente de escolas e grupos comunitários, incentivando o engajamento na preservação do espaço.

O Plano reconhece ainda a importância cultural e histórica do parque, incluindo ações para preservar e divulgar a memória local e reforçar o senso de pertencimento da comunidade. Além disso, busca-se a promoção de práticas sustentáveis que beneficiem a economia local, como turismo ecológico, feiras, atividades culturais ou a capacitação de guias comunitários para atender visitantes. Melhorias na infraestrutura, como trilhas, mirantes, sinalização e áreas de convivência, visam tornar o parque mais acessível, seguro e atrativo para atividades de lazer e saúde da população local. Outra diretriz relevante é o incentivo à participação ativa da comunidade no planejamento e gestão do parque, com a criação de espaços de diálogo, como conselhos consultivos ou comitês gestores.

O Plano de Manejo do PNMCR, sendo um documento técnico, contém diretrizes específicas nessas linhas, destacando como a conservação do parque está diretamente relacionada ao bem-estar da comunidade local e ao fortalecimento das relações socioambientais. O parque serve como espaço verde de lazer para os moradores de Viçosa e região, oferecendo um ambiente em que a natureza e o uso recreativo coexistem. Além de sua importância ecológica, ele desempenha papel social relevante, proporcionando local de encontro e de educação ambiental, o que, por sua vez, ajuda a fomentar uma consciência comunitária em torno da preservação do meio ambiente, porém há pontos de convergência que merecem ser estudados.

5- A interação entre homem e natureza: tanto na obra de Wakild quanto na paisagem do PNMCR existe forte interação entre o ser humano e a natureza. No México, os parques eram arenas de transformação social, em que a natureza era preservada, mas também adaptada às necessidades das comunidades humanas. No PNMCR, a interação humana é visível na forma como o Parque é utilizado e moldado pelos visitantes e pela sua administração. Apesar das intenções de conservação, as

atividades humanas desempenham papel importante na definição da paisagem, seja por meio de trilhas, mirantes ou áreas de recreação.

6- Pelo desenvolvimento progressivo e não planejado: Wakild demonstra que os parques mexicanos, embora criados com certos objetivos, foram se desenvolvendo e transformando com o tempo, de acordo com as necessidades locais e as pressões políticas. Da mesma forma, o PNMCR não foi projetado como espaço perfeitamente planejado desde o início, mas foi ganhando suas características visuais e ecológicas com o passar do tempo. Esse desenvolvimento progressivo resultou em um espaço que, embora pareça orgânico, é fruto de uma história de adaptações e mudanças.

7- Quanto à estética e à função: em ambos os contextos, a paisagem assume papel tanto estético quanto funcional. Nos parques mexicanos, a beleza da natureza coexiste com o uso agrícola e o assentamento humano. No PNMCR, o apelo visual da paisagem, com sua vegetação exuberante e vistas panorâmicas, também está interligado com sua função como área de recreação e conservação. Porém, existem pontos de discordância que são listados a seguir:

(A) A origem política e social: uma das principais diferenças entre os parques analisados por Wakild e o PNMCR está nas suas origens políticas. Os parques mexicanos surgiram em um contexto revolucionário, com forte carga de justiça social e redistribuição de terras. Eram, em essência, instrumentos políticos que refletiam as tensões sociais do México no século XX. O PNMCR, por sua vez, não nasceu de uma transformação política tão radical. Ele foi criado em um contexto mais contemporâneo de preservação ambiental, focado, principalmente, na conservação ecológica e no lazer, sem a mesma dimensão de reforma social que marcou os parques mexicanos.

(B) A natureza da intervenção humana: nos parques do México, conforme discutido por Wakild, as comunidades locais desempenham papel ativo na configuração do espaço, adaptando-o às suas necessidades. No PNMCR, embora haja interação significativa entre os visitantes e o espaço natural, a intervenção humana é mais controlada e regulamentada pelas autoridades do parque, refletindo uma abordagem mais moderna de conservação, em que seu uso é permitido, mas com restrições claras para garantir a proteção do ecossistema.

(C) A integração comunitária: a integração das comunidades locais nos parques mexicanos tinha aspectos de sobrevivência e subsistência. Os parques eram tanto espaços de preservação quanto de produção agrícola e habitação. No caso do PNMCR, a comunidade local interage com ele mais como espaço de lazer e

contemplação. A interação é menos sobre subsistência e mais sobre apreciação e recreação, o que reflete uma diferença fundamental no papel que os parques desempenham na vida das pessoas. A presença da Escola Municipal Dr. Januário de Andrade Fontes e da Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres no entorno do parque pode facilitar as atividades contínuas de educação, de diferentes conteúdos e atividades. Outras escolas públicas e privadas podem ter no parque um ambiente propício para implementação do processo de ensino-aprendizagem.

As visitas de escolas ao Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) representam importante oportunidade de vivenciar processos educativos que integram teoria e prática, promovendo a educação ambiental de forma dinâmica e contextualizada. Nesse sentido, o espaço do parque se configura como uma sala de aula a céu aberto, onde os estudantes têm a chance de aprofundar conhecimentos sobre ecossistemas locais, preservação ambiental, história e cidadania.

O contato direto com a natureza possibilita aprendizado significativo, em que os alunos se tornam agentes participativos e críticos sobre a importância da conservação de áreas verdes urbanas, como o PNMCR. A experiência prática, aliada às abordagens pedagógicas das escolas, favorece a construção de valores voltados para a sustentabilidade, além de estimular a percepção sensível sobre o patrimônio natural e cultural que compõem a paisagem do Parque.

Dessa forma, as atividades desenvolvidas durante as visitas escolares podem incluir:

- **Trilhas interpretativas**, onde são apresentados aspectos da fauna e flora e características ambientais;
- **Oficinas práticas e reflexivas**, que tratam de temas como biodiversidade, recuperação de áreas degradadas e mudanças climáticas; e
- **Momentos de contemplação e diálogo**, estimulando a percepção do espaço natural e as relações entre ambiente e sociedade.

O processo de ensino-aprendizagem no PNMCR, portanto, ultrapassa os limites do conhecimento formal ao proporcionar uma vivência que conecta os estudantes à realidade socioambiental local. Essa abordagem contribui não apenas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, mas também para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

Podemos, então, concluir que a comparação entre a obra de Emily Wakild e a paisagem do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor revela que, apesar de

contextos históricos e políticos muito diferentes, ambos os espaços exemplificam a complexidade e evolução dos parques como entidades híbridas, em que a natureza e a intervenção humana se entrelaçam de maneiras dinâmicas. No caso dos parques mexicanos, há ênfase maior em justiça social e reforma agrária, enquanto o PNMCR reflete uma evolução mais orgânica e voltada para o lazer e para a conservação ecológica. Contudo, ambos demonstram como os parques podem se desenvolver gradualmente, incorporando múltiplos elementos que se combinam para formar espaços esteticamente ricos e funcionalmente diversos.

No Parque do Cristo, podemos observar a presença de monumentos que têm relação significativa com a identidade do vale. A imagem simbólica do Parque é relativamente recente, desenvolvendo-se após a implantação do plano de manejo. Embora o Cristo Redentor nos remete imediatamente ao Rio de Janeiro e à sua icônica estátua, o Cristo no Parque de Viçosa tem significado próprio, ligado à história e à evolução do local.

O nosso Cristo no Parque, além de lembrar a famosa estátua carioca, carrega consigo uma série de associações culturais, econômicas e históricas. No início, o Parque era visto como um símbolo de modernidade e inovação econômica (vide as matérias dos jornais citados nesta dissertação). Hoje, a visão sobre ele se transformou. O Parque não é mais utilizado para os mesmos fins econômicos, mas continua a desempenhar papel importante em termos culturais e turísticos.

A relação entre os monumentos do Cristo Redentor e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida situados no PNMCR e a obra de Douglas Brinkley (2009)²², “The Wilderness Warrior: Theodore Roosevelt and the Crusade for America”, reside na interseção de valores simbólicos e de identidade nacional e no papel da natureza na formação de narrativas culturais e políticas.

A seguir, a comparação de identidades dos símbolos religiosos com uma Identidade Nacional:

1- Os monumentos do Cristo Redentor e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida dentro do PNMCR têm forte carga simbólica religiosa, refletindo a identidade católica predominante no Brasil e o seu papel na cultura e na vida cotidiana

²² Douglas Brinkley é professor de História na Universidade de Tulane e autor de vários livros premiados, entre os quais *The Unfinished Presidency*, *The Boys of Pointe du Hoc* e *The Great Deluge*. É editor na revista *Vanity Fair* e historiador residente da estação CBS News. É considerado o melhor historiador da nova geração. Vive em New Orleans, Louisiana, USA.

dos brasileiros. Esses monumentos, situados em um Parque Natural, unem o espiritual ao físico, conectando a devoção religiosa à experiência da natureza. Eles representam a relação cultural que muitos brasileiros têm com a paisagem, em que a natureza é vista não apenas como um recurso a ser conservado, mas um espaço de contemplação espiritual.

2- Em "The Wilderness Warrior", Brinkley explora como Theodore Roosevelt via a natureza como um componente central da identidade americana. Para Roosevelt, a preservação de áreas selvagens e a criação de parques nacionais eram atos de patriotismo, simbolizando a grandeza e força da nação. Ele acreditava que as vastas paisagens naturais dos Estados Unidos eram o reflexo da essência do espírito americano. Roosevelt também considerava a proteção da natureza uma forma de garantir que as gerações futuras tivessem acesso a esses símbolos nacionais e à oportunidade de se conectar com o "espírito selvagem" da América.

3- Pelas óticas da religião, natureza e conservação: podemos traçar alguns pontos paralelos de proteção e valorização da natureza, como o PNMCR e a espiritualidade natural. Os monumentos religiosos no PNMCR oferecem uma visão única de como a natureza pode ser integrada com a espiritualidade e a religiosidade. A presença desses símbolos em um parque natural sugere uma forma de veneração da paisagem, em que a natureza não é apenas um espaço físico, mas também um lugar de encontro espiritual. Isso reflete uma concepção que combina elementos de preservação ambiental com devoção religiosa, criando um local em que as pessoas podem buscar tanto o contato com o divino quanto a beleza e a paz da natureza.

4- Roosevelt e a "sagrada natureza": conforme descrito por Brinkley, tinha uma visão quase sagrada da natureza. Ele acreditava que as áreas selvagens eram templos naturais que precisavam ser preservados para que a humanidade pudesse continuar a se inspirar nelas. Assim como os monumentos religiosos do PNMCR ligam espiritualidade e natureza, a visão de Roosevelt de que a natureza tinha valor intrínseco e espiritual revela um paralelo. Para ele, a preservação das paisagens americanas era um imperativo moral, quase religioso, em que a "pureza" da natureza precisava ser mantida como refúgio para a alma americana. Podemos, assim, traçar alguns pontos de convergência:

(A) Quanto à natureza como espaço de inspiração e contemplação, os monumentos do PNMCR e as paisagens protegidas por Roosevelt tratam a natureza como espaço de profunda inspiração. No PNMCR, os monumentos religiosos são

colocados em meio à natureza para elevar a experiência espiritual, enquanto para Roosevelt as paisagens naturais eram fonte de força e regeneração para o espírito nacional. Em ambos os casos, a natureza é algo a ser admirado e protegido não apenas por seu valor ecológico, mas por seu impacto sobre o espírito humano.

(B) Quanto à preservação com finalidades cultural e espiritual, tanto os monumentos do PNMCR quanto os esforços de Roosevelt para criar parques nacionais envolvem a ideia de que a preservação da natureza tem finalidades cultural e espiritual. No PNMCR, os monumentos conectam a natureza com práticas religiosas e culturais locais, enquanto Roosevelt via a preservação das áreas naturais como uma forma de preservar a identidade americana. Ambos reconhecem que a natureza é parte integrante da herança cultural e espiritual de uma nação. Também como visto nas outras abordagens, há pontos de discordância.

(C) Quanto ao foco na conservação estritamente ambiental, Roosevelt, como apresentado na obra de Brinkley, focava amplamente a preservação da natureza por seu valor ecológico, como habitat para espécies e como parte do patrimônio natural dos Estados Unidos. Sua missão era garantir que as áreas selvagens fossem protegidas contra a exploração comercial e a degradação ambiental. Já no PNMCR os monumentos religiosos introduzem um aspecto cultural e espiritual que não estava presente nas ações de Roosevelt, que prioriza mais a pureza ecológica da paisagem do que seu valor como local de veneração religiosa.

(D) Quanto à escala de impactos, as ações de Roosevelt resultaram na criação de parques nacionais em uma escala gigantesca, preservando milhões de hectares de terra nos Estados Unidos. O impacto de sua política ambiental foi global e transformador. No caso do PNMCR, o impacto é mais localizado, com a integração de símbolos religiosos em uma paisagem natural específica que serve à comunidade local de Viçosa. O PNMCR, portanto, funciona em uma escala mais modesta em termos de preservação ambiental, embora sua importância cultural e espiritual seja significativa para a região.

Contudo, concluímos desta análise que a relação entre os monumentos religiosos do Cristo Redentor e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida no PNMCR e a obra de Douglas Brinkley sobre Theodore Roosevelt revela como a natureza pode ser entrelaçada com valores espirituais e culturais em diferentes contextos. Enquanto Roosevelt via a natureza como um símbolo nacional e um santuário para o espírito americano, o PNMCR combina a preservação ambiental com

elementos religiosos, criando um espaço em que a contemplação espiritual e a beleza natural coexistem. Ambos os casos mostram como a natureza pode transcender sua função ecológica, tornando-se local de profunda conexão humana, seja através de devoção religiosa ou de patriotismo.

O Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), apesar de ser quase desprovido de vida selvagem, tem começado a abrigar algumas espécies de aves e répteis, refletindo um processo gradual de recuperação da fauna, que se encontra próxima à mata que pertence à Universidade Federal de Viçosa. Essa situação pode ser comparada à análise feita por Michael Lewis (2007)²³ em "American Wilderness: A New History", que examina a evolução do conceito de parques selvagens nos EUA e a forma como a ideia de natureza protegida se desenvolveu ao longo do tempo.

Numa comparação aleatória da evolução da fauna e do conceito de parques, vamos traçar um paralelismo do PNMCR e da fauna em recuperação, segundo a percepção de Lewis:

1- No PNMCR, o aparecimento de algumas espécies de aves e répteis sinaliza um início promissor na tentativa de restaurar a vida selvagem local. A ausência de grandes mamíferos e predadores, contudo, indica que o ecossistema do Parque ainda está em estágio inicial de recuperação. Esse processo é fruto de esforços recentes de restauração ambiental e reflete uma visão de "natureza protegida" que prioriza a regeneração de ecossistemas degradados.

2- Entretanto, Michael Lewis descreve como os parques nacionais nos Estados Unidos foram historicamente concebidos como refúgios para a vida selvagem, representando uma visão idealizada de "selvageria" intocada pelo homem. Esses parques, como Yellowstone e Yosemite, sempre tiveram como objetivo preservar ecossistemas inteiros, incluindo grandes populações de vida selvagem. A ideia era manter a "natureza selvagem" em seu estado mais puro, com pouca ou nenhuma intervenção humana direta, exceto para proteger o ambiente das ameaças externas.

A visão histórica dos parques nacionais nos Estados Unidos, como Yellowstone e Yosemite, desconsiderava ou até marginalizava a presença indígena. Michael Lewis e outros historiadores apontam que, embora os parques tenham sido concebidos

²³ Michael Monroe Lewis nasceu em Nova Orleans, a 15 de outubro de 1960. É um jornalista e escritor de vários livros de não ficção. É redator da revista *Vanity Fair* e escreve artigos para o *The New York Times*. Seus livros incluem *The New Thing: A Silicon Valley Story* (br: *A Nova Novidade*), *Liar's Poker: Rising Through the Wreckage on Wall Street* (br: *O Jogo da Mentira*), *The Blind Side: Evolution of a Game* (adaptado para o cinema com o título *Um Sonho Possível*), entre outros.

como refúgios de uma "selvageria" intocada, essa ideia foi baseada em um ideal romântico e equivocado da natureza, que ignorava o papel ativo das populações indígenas na gestão e conservação dos ecossistemas ao longo de milhares de anos.

Ao estabelecer esses parques no final do século XIX, a presença indígena foi vista como ameaça à pureza da natureza. Comunidades nativas que habitavam e manejavam essas terras foram desalojadas à força, e suas práticas de uso sustentável dos recursos, como queimadas controladas e manejo da fauna e da flora, foram desconsideradas ou criminalizadas.

Essa concepção refletia a perspectiva europeia da época, que via a "natureza selvagem" como algo separado da cultura humana e acreditava que a verdadeira preservação exigia a ausência humana. No entanto, os estudos mais recentes demonstram que a paisagem considerada "selvagem" era, na verdade, resultado de séculos de práticas indígenas de manejo, que mantinham o equilíbrio ecológico dos ecossistemas.

Portanto, a criação dos parques nacionais perpetuou a narrativa de uma "natureza intocada", apagando a história e o conhecimento tradicional dos povos indígenas. Esse debate é central na crítica contemporânea sobre conservação, pois evidencia como a exclusão dos povos originários, sob o pretexto de preservação, desconsiderou seu papel fundamental na construção e manutenção desses ambientes.

Mediante abordagens distintas, vamos analisar como o PNMCR vem, de certa maneira positiva, atuando na recuperação e intervenção ativa.

3- O PNMCR, situado em uma área urbana, é fortemente impactado pela atividade humana, razão por que precisa de abordagem mais ativa para sua restauração ecológica. A recuperação da fauna no Parque depende diretamente de intervenções humanas, como replantio de espécies nativas, manejo ambiental e a criação de condições que possam atrair e sustentar novas formas de vida. O parque não se enquadra no conceito de "selvageria" no sentido americano, mas busca recriar um espaço natural dentro de um contexto antropizado, em que o retorno gradual da fauna é uma consequência planejada.

Quanto aos parques americanos, a preservação de ecossistemas prístinos reforça a ideia de parques nacionais selvagens evoluírem com a premissa de que esses espaços já possuíam ecossistemas completos e funcionais, com rica

diversidade de fauna. A intervenção humana nesses parques era minimizada, com foco em medidas de preservação e monitoramento. Como discutido por Lewis, a filosofia de proteger esses vastos territórios visava manter a natureza em seu estado mais intocado, em que a fauna já era abundante e desempenhava papel central no equilíbrio ecológico.

Como será essa evolução e desafios futuros?

Não podemos cravar uma certeza absoluta, porém sabemos que o PNMCR enfrenta o desafio de reintroduzir e expandir sua fauna, o que demanda ações contínuas de conservação e restauração. Diferentemente dos parques americanos, que nasceram com a ideia de preservação de uma "natureza selvagem", o PNMCR encontra-se em um processo de renaturalização, buscando gradualmente atrair e sustentar mais vida selvagem.

Para que a comunidade se identifique mais com o PNMCR e se engaje no seu processo de renaturalização, é essencial implementar ações que promovam a aproximação afetiva, cultural e educativa entre a população local e o Parque. Isso pode ser alcançado por meio das seguintes estratégias:

1. Programas de Educação Ambiental

Visitas guiadas e trilhas interpretativas: realizar atividades educativas com foco na biodiversidade, no processo de renaturalização e na importância ecológica do Parque. Ao compreenderem o valor do local, as pessoas tendem a criar uma conexão afetiva.

Parcerias com escolas e universidades: inserir o Parque como um espaço de aprendizado, em que estudantes possam realizar aulas práticas, pesquisas científicas e projetos pedagógicos.

Oficinas e palestras comunitárias: promover eventos que abordem temas como conservação da fauna e flora, manejo sustentável e participação cidadã na preservação ambiental.

2. Envolvimento da Comunidade Local

Mutirões de plantio e restauração: convidar a população para participar ativamente do reflorestamento, criando um sentimento de pertencimento e contribuição.

Voluntariado e adoção de áreas: criar programas em que cidadãos ou grupos locais possam "adotar" áreas do Parque, colaborando em sua manutenção e proteção.

Atividades culturais e recreativas: promover eventos como festivais, exposições de arte, atividades esportivas e culturais, integrando o uso sustentável do espaço com a valorização da identidade local.

3. Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural

Resgate da história local: realizar atividades que explorem a relação histórica entre a comunidade de Viçosa e o Parque do Cristo, destacando sua evolução e significado ao longo do tempo.

Memória e identidade: incorporar narrativas locais, depoimentos e histórias orais para mostrar como o Parque é parte integrante do patrimônio da cidade.

Sinalização educativa: instalar placas e materiais interpretativos que conectem os visitantes ao processo de renaturalização e ao valor histórico do Parque.

4. Incentivo ao Uso Sustentável do Espaço

Áreas de lazer e contemplação: melhorar a infraestrutura com espaços adequados para atividades de lazer, como piqueniques, observação da fauna e flora, práticas de yoga e caminhadas.

Turismo de base comunitária: desenvolver atividades de ecoturismo e turismo pedagógico, que beneficiem a economia local e incentivem a proteção do Parque.

Monitoramento participativo: envolver a comunidade no monitoramento das ações de conservação, como a observação de aves e de novas espécies que retornam ao ecossistema.

5. Campanhas de Conscientização

Divulgação dos benefícios do Parque: realizar campanhas de comunicação que expliquem a importância do PNMCR para o equilíbrio ambiental, para a saúde da população e como espaço de lazer e aprendizado.

Histórias de sucesso: compartilhar resultados positivos do processo de renaturalização, como o retorno de espécies da fauna e avanços na recuperação da vegetação nativa.

Conclusão

O engajamento da comunidade com o PNMCR passa pelo fortalecimento do vínculo afetivo, educacional e cultural com o espaço. Quando a população percebe o Parque como parte de sua identidade e como lugar vivo, dinâmico e em processo contínuo de transformação, o sentimento de pertencimento se fortalece. Dessa forma,

a comunidade torna-se protagonista no cuidado e preservação do local, garantindo que ele cumpra seu papel como patrimônio natural e cultural de Viçosa.

Nos Estados Unidos, a evolução do conceito de parques selvagens já levou à consolidação de vastos ecossistemas protegidos, mas hoje eles enfrentam desafios como mudanças climáticas e pressões externas que ameaçam sua biodiversidade. O foco, portanto, é manter essas áreas protegidas e preservar o equilíbrio de suas já estabelecidas populações de vida selvagem, conforme destacado por Lewis.

Essa comparação entre o PNMCR e os parques americanos discutidos por Michael Lewis ilustra duas abordagens distintas para a preservação e recuperação da natureza. Enquanto o PNMCR trabalha ativamente para recuperar uma fauna que praticamente desapareceu devido à ação humana, os parques americanos se desenvolveram com a missão de preservar ecossistemas já completos e ricos em vida selvagem. Ambos os casos, no entanto, compartilham um objetivo comum: garantir que as futuras gerações possam experimentar a natureza em sua forma mais rica e diversa possível, mesmo que os caminhos para alcançar esse objetivo sejam diferentes.

Fazendo uma leitura sensorial e utilizando os demais sentidos de percepções na paisagem do PNMCR, as casas tombadas pelo patrimônio cultural na Rua Gomes Barbosa e o conjunto arquitetônico do antigo Colégio de Viçosa podem ser iluminados pela perspectiva de William G. Robbins (1994)²⁴ em sua obra "Colony and Empire: The Capitalist Transformation of the American West". Robbins examina como a transformação capitalista do Oeste americano impactou tanto as paisagens naturais quanto as culturais, revelando a interação entre desenvolvimento econômico, colonialismo interno e preservação de áreas protegidas e de estruturas históricas.

O PNMCR, situado em Viçosa, representa um espaço de recuperação ambiental em que a natureza está sendo lentamente restaurada após anos de degradação. Ele simboliza a tentativa de regenerar o meio ambiente urbano e proporcionar refúgio natural dentro de um contexto predominantemente humanizado. A paisagem formada pelo PNMCR reflete uma mistura de regeneração ecológica e o papel dos seres humanos como agentes de recuperação e conservação em vez de exploração.

²⁴ Este trabalho examina a forma como a ideologia e as instituições capitalistas transformaram o Ocidente. Centra-se em como uma região de comerciantes e caçadores se tornou uma área impulsionada pelo industrialismo.

As casas tombadas na Rua Gomes Barbosa e o conjunto arquitetônico do antigo Colégio de Viçosa representam a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico da cidade. Esses edifícios refletem a história da cidade e são mantidos como marcos da identidade local, demonstrando preocupação com a conservação do legado histórico em meio ao crescimento e às mudanças urbanas.

Numa comparação com a análise de Robbins sobre “Capitalismo, Transformação e Impacto na Paisagem”, percebemos que ele discute como a expansão capitalista no Oeste americano transformou as paisagens naturais em recursos exploráveis, enquanto simultaneamente criava uma demanda pela preservação de "parques selvagens" e monumentos históricos para contrabalançar essa transformação. A colonização do Oeste, com seus impulsos econômicos, não apenas moldou o uso do solo, como também levou à criação de parques nacionais como refúgios que preservavam uma ideia de natureza intocada.

De forma semelhante, em Viçosa o avanço urbano e econômico coexiste com a necessidade de preservar tanto a natureza (no caso do PNMCR) quanto a história arquitetônica da cidade (nas casas tombadas e no antigo colégio). Embora Viçosa não tenha passado pelo mesmo tipo de colonização capitalista intensa que Robbins descreve no Oeste americano, a dinâmica de desenvolvimento *versus* preservação é semelhante: o PNMCR e os edifícios tombados são mantidos como espaços que resistem ao impulso de modernização desenfreada, protegendo tanto o meio ambiente quanto o patrimônio cultural.

4.9 Contrapontos: natureza e cultura como refúgio

1- No contexto do Oeste americano, Robbins argumenta que os parques nacionais foram criados como reação à transformação capitalista, oferecendo refúgios em que a natureza poderia ser apreciada em seu estado "original". Esse conceito ecoa na função do PNMCR, que busca recriar uma natureza perdida, funcionando como espaço onde os cidadãos podem se reconectar com o ambiente natural dentro da cidade.

2- Em relação às casas tombadas e ao conjunto arquitetônico, há um paralelo com a preservação de monumentos históricos no Oeste americano, em que a história e a cultura do local também se tornaram refúgios contra as pressões do desenvolvimento econômico. Em Viçosa, essas estruturas representam uma resistência cultural à homogeneização urbana, semelhante à forma como parques e monumentos no Oeste americano preservaram identidades regionais em meio à transformação capitalista.

A paisagem do PNMCR e as estruturas tombadas de Viçosa podem ser vistas como respostas à urbanização e ao desenvolvimento, à semelhança das áreas protegidas e dos monumentos históricos no Oeste americano descritos por Robbins. Ambas as regiões refletem uma tensão entre desenvolvimento e preservação, em que tanto a natureza quanto a cultura são mantidas como refúgios de uma identidade que resiste às forças transformadoras do capitalismo. Assim como no Oeste americano, a preservação dessas paisagens e estruturas é uma forma de resistir à erosão da identidade local, valorizando o que é singular e significativo em meio à pressão por modernização e crescimento econômico.

A transformação da paisagem e a forma como percebemos o Cristo e outros elementos no parque refletem a mudança na maneira como esses espaços são valorizados ao longo do tempo. O Cristo Redentor de Viçosa, com seu papel simbólico e histórico, é um exemplo de como a percepção cultural pode influenciar a preservação e o significado de um local.

Essa forma simbólica de enxergar o Parque do Cristo é crucial para sua proteção e valorização como patrimônio cultural. Sem essa interpretação simbólica, muitos desses locais não seriam reconhecidos ou preservados. Da mesma forma, os panoramas em Viçosa, como a vista do mirante do Cristo Redentor, oferecem momentos de fruição e conexão com a paisagem, destacando a importância de como valorizamos e interpretamos os espaços que nos cercam.

Vamos abordar a paisagem como patrimônio cultural, examinando como ela se insere no contexto do patrimônio mundial da UNESCO. Inicialmente, a paisagem cultural foi incorporada à lista da UNESCO como uma categoria do patrimônio cultural,

fundamentada na ideia de que a paisagem cultural resulta da influência modeladora da cultura sobre o ambiente natural. Essa perspectiva reconhece a interação entre o ambiente cultural e o ambiente natural, em que a cultura molda e transforma o ambiente.

A UNESCO adotou essa ideia e a aplicou como uma categoria oficial, permitindo que paisagens fossem protegidas como patrimônio. Um exemplo notável é a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro. Em Paraty, o que se protege é a integração harmoniosa entre o Centro Histórico, as águas circundantes e o pano de fundo verde das montanhas. As paisagens reconhecidas pela UNESCO são consideradas de excepcional valor cultural, preservadas e valorizadas como patrimônio da humanidade.

No entanto, o conceito de patrimônio mundial da UNESCO é mais restrito do que o conceito de paisagem na geografia, sociologia e antropologia, o que pode ser visto como limitação. Por isso, a convenção europeia de paisagem buscou ampliar essa visão, reconhecendo a complexidade e diversidade das paisagens.

No Brasil, temos a chancela da paisagem cultural brasileira, instituída em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse instrumento é semelhante ao conceito da UNESCO, mas ainda não foi amplamente aplicado. Até o momento não há paisagens chanceladas em nível federal.

Além disso, a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 216, menciona as paisagens como parte do patrimônio cultural brasileiro, atribuindo a responsabilidade de preservação aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, bem como de colaboração à comunidade. Isso está alinhado a uma visão mais ampla de paisagem, que inclui a percepção social e cultural da comunidade.

As paisagens podem ter valor patrimonial significativo, especialmente quando abrigam monumentos específicos ou edificações importantes. A relação entre essas edificações e o ambiente natural pode ser protegida por meio de instrumentos de gestão vigentes. Não é necessário criar muitas regras novas, pois já existem dispositivos, como o planejamento urbano, que podem ser utilizados para a preservação das paisagens.

Os municípios têm a atribuição de promover o planejamento e zoneamento urbanos mediante os planos diretores e outros instrumentos que podem incluir áreas

de interesse cultural, áreas de preservação e transferência de potencial construtivo. Além disso, os inventários do patrimônio cultural são ferramentas importantes para conhecer melhor a paisagem e envolver a comunidade em sua preservação. Iniciativas como do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Viçosa exemplificam como os inventários participativos podem gerar envolvimento e conscientização.

O PNMCR se insere dentro da lógica de desenvolvimento sustentável e ordenamento do território que o Plano Diretor de Viçosa²⁵ se propõe. Ainda que o texto não mencione diretamente o Parque, as diretrizes estabelecidas abrem espaço para ações que valorizem áreas naturais, protejam ecossistemas e promovam o uso equilibrado desses espaços. O PNMCR se alinha às Diretrizes do Plano Diretor a partir de alguns entendimentos enumerados a seguir:

1. Uso Socialmente Justo e Ecologicamente Equilibrado

O PNMCR, por ser uma área natural protegida, pode ser visto como um espaço estratégico na política urbana de Viçosa. Sua renaturalização e conservação contribuem diretamente para o equilíbrio ecológico do município, garantindo um ambiente saudável e sustentável.

Além disso, ao ser acessível à comunidade, o Parque pode atender ao princípio do uso socialmente justo, servindo como espaço de lazer, educação e contato com a natureza para todos os habitantes.

2. Bem-Estar e Qualidade de Vida

O Plano Diretor prioriza ações que assegurem o bem-estar e a qualidade de vida da população. O PNMCR se configura como elemento fundamental nesse processo, oferecendo refúgio verde em meio ao crescimento urbano, promovendo saúde física e mental e ajudando a mitigar os efeitos das ilhas de calor urbanas.

3. Desenvolvimento Urbano-Rural Sustentável

O Parque atua como um elo entre as áreas urbanas e rurais de Viçosa, contribuindo para uma transição equilibrada entre os dois espaços. Sua localização e função podem servir como modelo para o uso sustentável do território, integrando a preservação ambiental com o ordenamento urbano.

²⁵ Lei Nº 3.018/2023. Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Viçosa: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-vicosa-mg>.

Programas de educação ambiental, ecoturismo e lazer no PNMCR podem ser elementos-chave para a implementação prática das diretrizes do Plano Diretor.

4. Preservação e Valorização do Patrimônio Natural

Ao considerar a necessidade de ordenar as funções sociais nos espaços urbanos e rurais, o Plano Diretor reconhece, implicitamente, a importância de áreas verdes protegidas. O PNMCR é um ativo ambiental que deve ser integrado a planos e ações para garantir sua preservação, renaturalização e uso sustentável.

O Papel do PNMCR no Futuro de Viçosa

O PNMCR pode ser encarado como peça estratégica para o sucesso do Plano Diretor, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e ao ordenamento equilibrado do território. Para que o Parque seja visto como instrumento de política urbana e rural, é necessário:

- Integrar o PNMCR em planos de ação municipais que promovam a conservação e a valorização das áreas naturais;
- Incentivar programas de participação comunitária para fortalecer o vínculo entre a população e o Parque;
- Promover o uso educativo e sustentável do Parque como parte da política de bem-estar, lazer e educação ambiental da cidade; e
- Criar mecanismos de gestão integrada entre o poder público e a sociedade civil para o monitoramento e valorização contínua do Parque.

Dessa forma, o PNMCR pode desempenhar papel essencial na implementação das diretrizes do Plano Diretor, servindo como um modelo para a sustentabilidade urbana-rural e para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Viçosa.

Quando o PNMCR for executado como planejado e as modificações na paisagem se tornarem mais perceptíveis, podemos esperar um futuro de interação dinâmica entre conservação, gestão ambiental e adaptação ao ambiente urbano de Viçosa, MG. Sob a ótica da história ambiental, isso nos permite traçar paralelos com as análises de Diana K. Davis (2007)²⁶ em seu estudo “Resurrecting the Granary of

²⁶ Diana Davis é uma geógrafa e veterinária especializada em Geografia, História Ambiental e Ecologia Política, com ênfase especial nas terras áridas do globo. Ela é professora no Departamento de História da Ohio University e presidente do Geography Graduate Group. Foco da pesquisa: Ecologia Política; História Ambiental; Sociedades Pastorais e Terras Áridas; Colonialismo/Imperialismo; Geografia Médica; Mudança Ambiental e Saúde Pública; Medicina Etnoveterinária; e Oriente Médio e Norte da África.

Rome: Environmental History and French Colonial Expansion in North Africa”, as quais apontam como intervenções humanas, em nome da colonização e da "modernização" ambiental, que impactaram o equilíbrio ecológico e cultural das paisagens do Norte da África.

Numa simples comparação entre as intervenções planejadas no PNMCR e as modificações na paisagem esperadas, o Plano de Manejo do PNMCR visa conciliar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável da área pelo público, promovendo melhorias na infraestrutura, como trilhas, áreas de visitação, proteção contra queimadas, recuperação de áreas degradadas e replantio de vegetação nativa. Essas modificações visam aprimorar a experiência dos visitantes e proteger a integridade ecológica do Parque, mas também implicam intervenções diretas sobre a paisagem natural. À medida que o Parque evolui, a vegetação, os habitats e a aparência geral da área poderão ser alterados de maneira que reflitam tanto as intenções de restauração quanto as necessidades de uso público.

A respeito da colonização e intervenções ambientais no Norte da África, Davis explora como os colonizadores franceses procuraram "restaurar" essa região africana à sua antiga glória agrícola, acreditando que a região havia sido degradada pela má gestão dos povos indígenas. A abordagem colonial incluiu a introdução de novos métodos agrícolas, sistemas de irrigação e práticas de silvicultura. No entanto, essas intervenções frequentemente resultaram em efeitos ecológicos imprevistos, como a destruição de ecossistemas locais e a perda de diversidade biológica. A tentativa de impor um novo regime ambiental e agrícola, baseado em conceitos ocidentais, muitas vezes falhou em respeitar as complexidades ecológicas e culturais locais.

Estabelecendo paralelismo e analisando os impactos esperados quanto à modificação da paisagem e à sua percepção, à medida que as modificações planejadas no PNMCR se tornam mais visíveis a paisagem natural pode ganhar caráter mais organizado e "planejado", com áreas mais acessíveis ao público, novas infraestruturas e uma paisagem reconfigurada para proteger a biodiversidade. Essas mudanças serão perceptíveis pelos visitantes e residentes locais, e a paisagem "natural" do Parque se tornará um reflexo das intenções humanas de preservação e uso sustentável. No entanto, o desafio será equilibrar a preservação do caráter natural do Parque com as demandas por acessibilidade e uso público.

O estudo de caso apresentado sobre o PNMCR em Viçosa, ao estabelecer paralelos com intervenções ambientais históricas, como as ocorridas no Norte da

África sob o domínio colonial francês, oferece uma oportunidade interessante para explorar os desafios e complexidades da modificação de paisagens naturais por meio de ações planejadas. Embora os contextos histórico e geográfico sejam distintos, há elementos comparativos interessantes entre as intervenções coloniais no Norte da África e as ações planejadas no PNMCR. No caso colonial francês, a ideia era restaurar e reorganizar a paisagem a partir de uma visão externa, ocidentalizada e tecnicista, que desconsiderava os conhecimentos ecológicos locais.

No caso do PNMCR, a paisagem está sendo renaturalizada e reconfigurada com a intenção de proteger a biodiversidade e promover o uso sustentável, o que reflete uma nova mentalidade, alinhada com práticas mais ecológicas e inclusivas. A diferença está no fato de que, enquanto as intervenções coloniais muitas vezes resultaram em efeitos ecológicos negativos imprevistos, como a destruição de ecossistemas e a perda de biodiversidade, uma vez que não respeitavam as complexidades naturais e os saberes tradicionais, no PNMCR o risco está em super planejar a paisagem natural, tornando-a artificial ou excessivamente ordenada.

Mesmo com boas intenções, ações mal planejadas podem alterar habitats, afetar espécies nativas e interferir no equilíbrio ecológico do Parque. A introdução de trilhas, sinalização, áreas de lazer e outros elementos pode dar ao Parque uma aparência mais "planejada", como ocorre em muitos parques urbanos e nacionais. A questão é: isso afeta a autenticidade da paisagem natural? Pode-se questionar se as intervenções, mesmo sendo ecológicas e sustentáveis, podem levar a uma domesticação da natureza, reduzindo sua espontaneidade e alterando a forma como as pessoas interagem com ela.

A forma como visitantes e moradores locais percebem o Parque é central para avaliar as intervenções planejadas. Realizar entrevistas, questionários ou observações pode ser útil para entender como a população percebe o PNMCR hoje (como um espaço "natural", "abandonado" ou "pouco estruturado") e comparar essas percepções após a implementação de novas infraestruturas e práticas de renaturalização. Dessa forma, será possível identificar mudanças no sentimento de pertencimento e na relação afetiva da população com o Parque. Outro ponto relevante é o caráter "organizado" da natureza. A introdução de novas estruturas pode dar ao Parque uma aparência mais planejada, o que deve ser analisado sob a ótica da autenticidade da paisagem. Como as intervenções no PNMCR podem ser comunicadas à comunidade de forma a reforçar seu caráter ecológico e a importância

da conservação? Esse esforço pode evitar interpretações negativas das mudanças planejadas, ajudando a população a perceber a verdadeira intenção de manter o equilíbrio ecológico enquanto promove o uso sustentável.

Um aspecto fundamental para o sucesso das intervenções no PNMCR será a renaturalização, ou seja, o retorno gradual de espécies nativas e o restabelecimento de ecossistemas equilibrados. Nesse sentido, será importante explorar as práticas de renaturalização previstas para o Parque, como as espécies vegetais e animais priorizadas na recuperação e os planos específicos para a reintrodução de fauna e flora. Como essas práticas dialogam com as dinâmicas ecológicas preexistentes no Parque e como se garantirá o equilíbrio ecológico durante o processo de renaturalização? É importante reconhecer que, embora a renaturalização busque o restabelecimento da biodiversidade, ela pode envolver processos longos e imprevisíveis, com riscos como invasão de espécies exóticas ou resistência da fauna à ocupação de áreas alteradas. Para mitigar esses riscos, mecanismos de monitoramento contínuo serão fundamentais para garantir que os efeitos ecológicos sejam positivos. O PNMCR também se beneficia de um contexto diferente das intervenções coloniais no Norte da África, pois a participação social no processo é uma prioridade. Como a população está sendo envolvida nas decisões sobre as mudanças no Parque? Há espaços de diálogo ou consulta pública? A participação ativa da comunidade é essencial para evitar a percepção de que o Parque está sendo modificado sem respeitar os usos e valores locais. Incorporar saberes tradicionais e experiências das comunidades pode enriquecer o processo de renaturalização e garantir uma abordagem mais contextualizada e sustentável.

Ao explorar esse estudo de caso, fica claro que as intervenções planejadas no PNMCR carregam o potencial de reconfigurar a paisagem natural de forma positiva, desde que sejam guiadas por princípios ecológicos, culturais e participativos. O desafio está em evitar excessos que descaracterizem a natureza e, ao mesmo tempo, garantir que o Parque atenda às demandas por acessibilidade, uso público e preservação. Esse equilíbrio entre planejamento humano e dinâmica natural pode tornar o PNMCR um modelo de conservação e de convivência harmoniosa entre sociedade e natureza, diferentemente das intervenções coloniais, que negligenciavam essas complexidades.

Ao passo que no Norte da África, no caso das intervenções coloniais estudadas por Davis, o esforço de "recuperar" as terras para fins produtivos resultou em mudanças profundas nas paisagens, que nem sempre respeitaram as condições ecológicas locais. O impacto ambiental dessas políticas coloniais muitas vezes resultou em degradação do solo, perda de vegetação nativa e transformação dos ecossistemas. As percepções da paisagem mudaram de um ambiente "selvagem" para um ambiente "domado" pela mão humana, mas com alto custo ecológico.

Qual seria o futuro sob a ótica da história ambiental, quais seriam os impactos positivos e negativos das intervenções? Se o Plano de Manejo for bem executado, espera-se aumento na proteção da biodiversidade, mitigação dos efeitos de degradação ambiental e maior conscientização pública sobre a importância da conservação. No entanto, existe o risco de que intervenções excessivamente estruturadas possam alterar o caráter natural do Parque, criando um ambiente mais "artificial" que, embora ecologicamente saudável, não reflita necessariamente o que a natureza teria desenvolvido de forma espontânea. O futuro do parque dependerá do equilíbrio entre o desenvolvimento necessário e a preservação de suas características naturais.

Já no Norte da África Davis mostra que as intervenções coloniais frequentemente trouxeram consequências negativas ao tentar impor um modelo ambiental estrangeiro sem considerar as realidades ecológicas e culturais locais. O futuro dessas regiões muitas vezes foi marcado pela degradação e perda de resiliência ecológica. A lição aqui para o PNMCR é a necessidade de uma abordagem sensível ao contexto local, evitando intervenções excessivas que possam comprometer a integridade ecológica em longo prazo.

A relação entre conservação e intervenção

1- No PNMCR, a implementação do Plano de Manejo visa garantir que o Parque não apenas sobreviva, mas prospere como um refúgio de biodiversidade e um espaço de lazer para a comunidade. A conservação será central, mas as intervenções podem redesenhar a paisagem de maneiras que alterem sua "naturalidade" percebida. Historicamente, os parques evoluem em função das demandas sociais e ecológicas, e o PNMCR não será diferente: o futuro do Parque será definido pelo quanto essas intervenções respeitam as dinâmicas naturais e pela capacidade de adaptação a mudanças futuras.

2- No Norte da África, a história ambiental nos mostra que intervenções mal planejadas podem levar à perda de equilíbrio ecológico e à erosão cultural. As políticas coloniais francesas, como analisadas por Davis, ilustram o perigo de impor um modelo de uso da terra sem respeito pelo conhecimento local e pelas condições naturais. O PNMCR, em vez disso, deve buscar um caminho de intervenções que fortaleçam a resiliência ecológica sem comprometer a autenticidade da paisagem.

Sendo assim, podemos concluir nessa comparação que o futuro do PNMCR, à medida que o Plano de Manejo é implementado, dependerá de como essas intervenções são equilibradas com as dinâmicas naturais da região. Comparando com o estudo de Diana K. Davis sobre o Norte da África, o PNMCR deve aprender com os erros do passado e garantir que suas modificações respeitem a ecologia local, enquanto promovem a sustentabilidade e a proteção da biodiversidade. No lugar de impor um controle rígido sobre a natureza, o Parque tem o potencial de evoluir de maneira harmoniosa, refletindo a compreensão mais profunda das interações entre a ação humana e os processos naturais, criando uma paisagem que seja tanto ecologicamente funcional quanto culturalmente significativa.

As mudanças climáticas globais representam um desafio crescente para a gestão de áreas protegidas, como o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR). À medida que as condições climáticas mudam, o Parque precisará se adaptar para mitigar seus impactos e continuar executando seu plano diretor de forma eficaz. Em seu trabalho “Something New Under the Sun: An Environmental History of the Twentieth-Century World”, J. R. McNeill (2000)²⁷ analisa como as mudanças ambientais globais, impulsionadas pelo desenvolvimento industrial e pelas práticas humanas, impactam os ecossistemas naturais, incluindo parques e áreas protegidas e destacando a necessidade de políticas proativas para enfrentar essas transformações.

Sob essa perspectiva serão necessárias adaptações do PNMCR às mudanças climáticas, a fim de absorver os impactos por meio de ações locais:

²⁷ A Terra entrou numa nova era – o Antropoceno – em que os humanos são a influência mais poderosa na ecologia global. Desde meados do século XX, o ritmo acelerado da utilização de energia, das emissões de gases com efeito de estufa e do crescimento populacional lançou o planeta numa enorme experiência descontrolada. A Grande Aceleração explica as suas causas e consequências, destacando o papel dos sistemas energéticos, bem como as tendências nas alterações climáticas, urbanização e ambientalismo.

1- As alterações climáticas globais, como o aumento das temperaturas, mudanças nos padrões de precipitação e eventos climáticos extremos, podem impactar diretamente a biodiversidade do PNMCR. Espécies de plantas e animais podem enfrentar dificuldades para se adaptar às novas condições, e a degradação dos ecossistemas pode ser acelerada. Para enfrentar esses desafios, o Plano de Manejo do PNMCR precisará incorporar medidas de resiliência climática, como a conservação de habitats críticos, o monitoramento constante das condições ambientais e a restauração contínua de áreas degradadas.

A criação do Fórum Municipal de Mudanças Climáticas, conforme a Lei nº 3.083/2024, se alinha com a política ambiental e de conservação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, que também está inserido dentro de um contexto legal de proteção e sustentabilidade em Viçosa. O PNMCR, como parte da infraestrutura ecológica do município, é regido por normas que visam à preservação da biodiversidade e à promoção de práticas de conservação e uso sustentável, conforme disposto no Plano Diretor e em outras legislações municipais, que abordam o ordenamento urbano e rural com enfoque no equilíbrio ecológico. Essas leis interagem diretamente com o Fórum de Mudanças Climáticas, pois ambos buscam integrar as políticas públicas e ações locais em prol da sustentabilidade ambiental.

O caráter suprapartidário do Fórum, conforme explicitado na Lei nº 3.083/2024, é um ponto de convergência importante, pois garante que as discussões e ações em torno das mudanças climáticas e da proteção ambiental, incluindo a preservação do PNMCR, transcendam divisões partidárias, promovendo um espaço de diálogo inclusivo e colaborativo entre diversos setores da sociedade, sejam eles governamentais, não governamentais, acadêmicos ou da comunidade local. Essa articulação entre o Fórum e as políticas de preservação do PNMCR permite que os desafios impostos pelas mudanças climáticas e os impactos ambientais do município sejam enfrentados de maneira integrada, promovendo a educação ambiental, a conservação dos ecossistemas e o engajamento da comunidade nas questões relacionadas à mudança climática e à proteção das áreas verdes, como o Parque.

Assim, as leis que regulamentam o PNMCR e o Fórum Municipal de Mudanças Climáticas se complementam, fortalecendo as ações municipais de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas em Viçosa, sempre com um compromisso suprapartidário e voltado para o bem comum e o futuro sustentável da cidade.

2- A exemplo das discussões de McNeill sobre a adaptação em áreas protegidas no século XX, o PNMCR poderá adotar práticas como o replantio de espécies mais resilientes ao clima e o fortalecimento de sistemas de retenção de água, para garantir a hidratação dos ecossistemas durante períodos de seca prolongada e a implementação de barreiras naturais contra a erosão causada por chuvas intensas. Assim como McNeill observa que as áreas protegidas globais tiveram que se reinventar diante das pressões antropogênicas e climáticas, o PNMCR terá que integrar ciência climática e gestão ambiental em suas diretrizes.

3- Comparando-se com McNeill, quais são os ajustes necessários para a conservação num contexto global e local? McNeill destaca em sua obra que, ao longo do século XX, muitas áreas protegidas em todo o mundo tiveram que responder às crescentes pressões ambientais com políticas de mitigação de danos e adaptação. O mesmo se aplica ao PNMCR, que, embora situado em um contexto local, enfrentará os mesmos desafios globais. As mudanças climáticas afetarão diretamente as funções ecológicas do Parque, exigindo uma abordagem flexível e adaptativa, similar às estratégias adotadas em parques globais, conforme descrito por McNeill.

4- Quanto à prevenção e resiliência, McNeill sublinha a importância da prevenção e da adaptação em resposta às mudanças climáticas, indicando que políticas de longo prazo, como o fortalecimento das florestas e a restauração de áreas degradadas, podem ajudar a criar resiliência contra os efeitos do clima. O PNMCR precisará seguir um caminho semelhante, priorizando ações preventivas no plano diretor, como a redução das emissões de carbono mediante práticas sustentáveis, o incentivo ao ecoturismo responsável e o envolvimento da comunidade em projetos de reflorestamento e conservação.

Portanto, chegamos a um entendimento de que, assim como McNeill explora as respostas globais às mudanças ambientais no século XX, o PNMCR deverá se ajustar ao novo cenário climático para manter a execução do seu Plano de Manejo. Para tanto, a incorporação de estratégias de adaptação e resiliência será essencial. O futuro do Parque dependerá de sua capacidade de responder, de forma proativa, às mudanças climáticas, mantendo o foco na conservação da biodiversidade e na proteção dos ecossistemas locais, em alinhamento com as lições aprendidas globalmente sobre a gestão ambiental em tempos de crise climática.

A obra “Encounters with the Archdruid”, de John McPhee (1971)²⁸, explora os conflitos e debates sobre o uso de parques e áreas protegidas nos Estados Unidos, abordando a tensão entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Esse livro centra-se em conversas entre David Brower, um ambientalista fervoroso, e três homens, cujas atividades – mineração, construção de barragens e desenvolvimento imobiliário – representam ameaças às áreas naturais que Brower defende. Essa dinâmica de conflito pode ser comparada às leis que regem o uso e o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) em Viçosa, Minas Gerais, em que se busca equilibrar a preservação ambiental com o uso sustentável do espaço urbano.

Em “Encontros com o Arquidruída”, McPhee ilustra os conflitos entre aqueles que defendem a preservação rigorosa das áreas naturais e os que veem a natureza como um recurso a ser explorado para fins econômicos. O personagem David Brower simboliza a luta pela proteção intransigente dos parques e áreas selvagens, acreditando que a natureza deve ser preservada por seu valor intrínseco, enquanto seus oponentes defendem o desenvolvimento econômico como um uso legítimo e necessário dessas áreas.

Verificando as normas e a legislação, bem como o Plano de Manejo do PNMCR, percebemos que, no caso do PNMCR, a legislação e o Plano de Manejo também refletem um equilíbrio delicado entre preservação e uso sustentável. O Plano de Manejo estabelece diretrizes para a proteção da biodiversidade, recuperação de áreas degradadas e controle do uso do solo, com o objetivo de conciliar a conservação ambiental com as atividades recreativas e educacionais. Embora o Parque não enfrente grandes conflitos com o desenvolvimento econômico direto, como os descritos por McPhee, ele lida com desafios semelhantes ao tentar proteger áreas naturais dentro de um ambiente urbano em expansão, em que interesses variados podem entrar em choque.

A Perspectiva de McPhee para uma Preservação Rigorosa McPhee destaca o argumento de que certas áreas devem ser mantidas completamente intocadas para

²⁸ *Encounters with the Archdruid* (1971) é um livro de não ficção narrativa do autor John McPhee. *Encounters* é dividido em três partes, cada uma cobrindo os confrontos do ambientalista David Brower com seus inimigos ideológicos. O livro narra suas lutas contra mineradores, desenvolvedores e, finalmente, o United States Bureau of Reclamation. McPhee mistura jornalismo tradicional – o relato de fatos e a contabilização de eventos – com elementos temáticos mais comuns à ficção. O livro foi geralmente bem recebido na imprensa popular e se tornou parte duradoura do retrato de David Brower.

preservar sua integridade ecológica e seu valor espiritual. David Brower²⁹, o "druida" ambientalista da narrativa, defende que a natureza selvagem deve ser protegida da intervenção humana, pois é um recurso inestimável que, uma vez perdido, não pode ser recuperado. Brower opõe-se a qualquer forma de exploração que comprometa a integridade das áreas naturais, vendo-as como patrimônios públicos que devem ser preservados para as futuras gerações.

O Plano de Manejo do PNMCR, por sua vez, busca um meio termo, em que o uso do Parque é permitido, mas cuidadosamente regulado para garantir que as atividades humanas não prejudiquem sua recuperação ecológica. As diretrizes enfatizam a conservação da biodiversidade, o reflorestamento de áreas degradadas e a promoção da educação ambiental, ao mesmo tempo que permitem atividades recreativas e culturais, desde que estejam alinhadas com a preservação ambiental. Nesse sentido, o PNMCR aproxima-se de um modelo de uso sustentável que permite a interação humana com o ambiente natural sem comprometer sua integridade no longo prazo.

Na obra de McPhee, o conflito ideológico entre preservacionistas e desenvolvimentistas é claro e, muitas vezes, irreconciliável. Brower (1990) acredita que qualquer intervenção humana em áreas naturais é prejudicial e o valor dessas áreas reside em sua intocabilidade. Seus oponentes, no entanto, veem a natureza como um recurso a ser gerido e utilizado para o benefício da sociedade, incluindo o desenvolvimento econômico e a geração de energia.

No caso do PNMCR, embora o conflito entre preservação e uso exista, ele é tratado de forma mais conciliatória. O Plano de Manejo envolve diversas partes interessadas, incluindo o Conselho Consultivo do Parque, a Prefeitura, o Ministério Público de Minas Gerais e organizações ambientais. A participação comunitária e a colaboração entre diferentes entidades permitem que as decisões sejam tomadas com base em consenso em vez de conflito direto. O foco está em equilibrar o uso humano com a conservação ambiental, o que se alinha mais com uma abordagem de gestão ambiental integrada.

²⁹ BROWER, David. "A natureza selvagem deve ser protegida da intervenção humana, pois é um recurso inestimável que, uma vez perdido, não pode ser recuperado. Opõe-se a qualquer forma de exploração que comprometa a integridade das áreas naturais." *A Defesa da Natureza Selvagem*. São Paulo: Editora Verde, 1990, p. 45.

A comparação entre “Encounters with the Archdruid” e as leis e o Plano de Manejo do PNMCR revela duas abordagens diferentes para lidar com áreas protegidas. Enquanto McPhee enfatiza os conflitos e a oposição direta entre preservação e desenvolvimento, o PNMCR adota uma abordagem mais colaborativa, tentando integrar a preservação com o uso sustentável. Ambos os contextos ilustram a complexidade de gerir áreas naturais em meio a pressões humanas, mas o PNMCR oferece um exemplo de como o planejamento e a participação comunitária podem ajudar a resolver esses conflitos de forma mais harmoniosa.

Em resumo, a paisagem como patrimônio cultural envolve uma interação complexa entre o ambiente natural e a influência cultural, reconhecida e protegida por instrumentos internacionais e nacionais, sendo a participação ativa da comunidade fundamental para sua preservação e valorização.

Para pensarmos na paisagem daqui a 50 anos e como podemos intervir nela sem perder suas características únicas, é importante considerar alguns pontos-chave. Primeiramente, reconhecer que a paisagem está em constante mudança é fundamental. Essa transformação é resultado das interações contínuas entre fatores naturais e culturais. Portanto, ao intervir na paisagem, devemos ter em mente formas de harmonizar essas mudanças com a preservação das características que a tornam única.

Conclui-se que, ao comparar o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor PNMCR com outros parques em Minas Gerais, fica evidente que muitos desses espaços possuem atributos naturais e históricos mais atrativos e consolidados, destacando-se pela riqueza de suas belezas cênicas, infraestrutura e gestão. Quando estendemos a análise a parques internacionais, as diferenças tornam-se ainda mais acentuadas, evidenciando o abismo em termos de recursos, políticas de conservação e práticas de sustentabilidade. No entanto, é justamente nesse exercício investigativo que reside o valor: identificar pontos em comum e divergentes permite compreender o contexto e os desafios únicos do PNMCR, ao mesmo tempo que inspira avanços baseados em boas práticas de outras unidades de conservação. Afinal, cada parque tem sua singularidade, e o espírito crítico é essencial para guiar ações que promovam seu desenvolvimento sustentável e sua relevância para a comunidade local.

5 Capítulo 3 - ESTRATÉGIAS PARA INTERVENÇÃO E PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM

As estratégias para intervenção e preservação da paisagem são fundamentais para garantir o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas protegidas como o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR). O plano de manejo, nesse contexto, torna-se ferramenta crucial, pois orienta as ações de proteção, recuperação de áreas degradadas e o uso responsável dos recursos naturais, assegurando a sustentabilidade ecológica e o bem-estar social. Essas estratégias devem conciliar interesses ambientais, sociais e econômicos, promovendo interação harmoniosa entre a ação humana e o ambiente natural. O planejamento cuidadoso das intervenções, respeitando as dinâmicas ecológicas locais e as especificidades do PNMCR, garante que a paisagem preserve sua integridade, biodiversidade e valor cultural, enquanto atende às necessidades da sociedade contemporânea. Elencamos a seguir algumas diretrizes que acreditamos ser primordiais para tais estratégias:

1- Planejamento Participativo: envolver a comunidade local no processo de planejamento e decisão é essencial. As pessoas que vivem e interagem com a paisagem diariamente possuem conhecimentos valiosos sobre suas características e dinâmicas. Incentivar a participação ativa da comunidade garante que as intervenções sejam mais sensíveis às necessidades e desejos locais.

2- Educação e conscientização: promover a educação ambiental e cultural pode ajudar a aumentar a consciência sobre a importância da preservação da paisagem. Programas educativos em escolas e comunidades podem inspirar as novas gerações a valorizar e cuidar de seu patrimônio.

3- Regulamentação e Políticas Públicas: é crucial desenvolver e implementar políticas públicas que incentivem a preservação e uso sustentável da paisagem. Isso pode incluir leis de proteção ambiental, incentivos fiscais para conservação e diretrizes para o desenvolvimento urbano e rural.

4- Tecnologia e Inovação: utilizar tecnologias modernas para monitoramento e gestão da paisagem pode proporcionar dados precisos para tomar decisões informadas. Ferramentas como georreferenciamento, sensoriamento remoto e modelagem ambiental podem ajudar a entender as mudanças e planejar intervenções de forma eficiente.

5- Valorização da Identidade Local: incentivar a valorização dos elementos culturais e históricos que conferem identidade à paisagem. Isso pode incluir a preservação de construções históricas, a promoção de eventos culturais e o fortalecimento de tradições locais.

6- Sustentabilidade e Resiliência: promover práticas sustentáveis de uso da terra e gestão dos recursos naturais é essencial para garantir que a paisagem continue a ser funcional e saudável no futuro. A implementação de sistemas agroflorestais, técnicas de permacultura e manejo sustentável dos recursos hídricos são exemplos de práticas que podem contribuir para a resiliência da paisagem.

A Figura 15 ilustra uma reportagem de um jornal local publicada há um ano que já compara a recuperação da vegetação por meio de fotos obtidas por satélites.

Figura 16 – Comparação de imagens de satélite mostra recuperação da vegetação do Parque do Cristo



Fonte: Jornal Folha da Mata, 19 de outubro de 2023.

No dia 9 de outubro de 2023, o Parque comemorou seu 22º aniversário. Após anos de abandono, o espaço começou a receber melhorias significativas somente nos últimos anos, especialmente desde a conclusão do seu Plano de Manejo, em janeiro

de 2021. Essas ações vêm transformando o parque em um local de conservação ambiental e lazer para a comunidade.

A implementação do Plano de Manejo está sendo conduzida pelo Instituto Socioambiental de Viçosa (ISAViçosa), com recursos provenientes de multas ambientais administradas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Essa parceria foi formalizada por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto e a Prefeitura de Viçosa.

Desde o início do projeto, o ISAViçosa estruturou uma sede temporária e contratou funcionários para executar simultaneamente os diferentes planos setoriais previstos no documento, que abrangem áreas como manejo ambiental, uso público, proteção e controle ambiental, consolidação territorial, educação ambiental, administração e operacionalização. O termo firmado com a Prefeitura tem duração de 10 anos, período no qual o Instituto pretende entregar toda a infraestrutura necessária para o funcionamento pleno do Parque, desde que os recursos sejam suficientes. Apesar de os projetos arquitetônicos para a portaria, a escadaria e a revitalização do monumento já estarem prontos, o financiamento ainda é pendente.

A recuperação ambiental é um dos aspectos mais evidentes das intervenções realizadas. Até o momento, quase três mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica foram plantadas, e diversas técnicas de conservação do solo e da água têm sido aplicadas, como parte de um trabalho intensivo de restauração ecológica. Imagens de satélite capturadas entre 2021 e 2023 mostram o crescimento notável da vegetação. Além disso, o compromisso com a educação ambiental e o envolvimento da comunidade local são pilares fundamentais do projeto, reconhecendo que a participação popular é essencial para o sucesso em longo prazo.

O Produto 4 - Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) estabelece diretrizes e ações para promover melhorias em diversas áreas do Parque, visando sua conservação, uso sustentável e integração com a comunidade. As principais melhorias indicadas pelo plano incluem:

1. Conservação Ambiental

- ☉ Implementação de técnicas de restauração ecológica para recuperação da vegetação nativa da Mata Atlântica.

- ☉ Proteção e manejo sustentável do solo, com práticas que aumentam a infiltração de água e reduzem a erosão.
- ☉ Conservação da fauna e flora local, com estratégias para minimizar impactos ambientais e preservar a biodiversidade.

2. Infraestrutura e Uso Público

- ☉ Construção e revitalização de estruturas como portaria, escadarias e áreas de visitação.
- ☉ Instalação de painéis informativos e educativos para enriquecer a experiência dos visitantes.
- ☉ Adequação de trilhas e espaços de lazer, garantindo acessibilidade e segurança para a comunidade.

3. Educação Ambiental e Mobilização Social

- ☉ Criação de programas educativos voltados à conscientização sobre a importância da preservação ambiental.
- ☉ Envolvimento da comunidade em atividades de plantio, manejo e vigilância ambiental.
- ☉ Estímulo a parcerias com escolas e universidades para fomentar projetos de pesquisa e extensão.

4. Segurança e Proteção

- ☉ Treinamento de brigadistas florestais para prevenção e combate a incêndios na área.
- ☉ Monitoramento contínuo das áreas restauradas e da infraestrutura instalada.

5. Gestão Integrada e Sustentável

- ☉ Desenvolvimento de planos setoriais para consolidação territorial, administração e operação do Parque.
- ☉ Estabelecimento de normas e regulamentos para o uso adequado do espaço, assegurando a preservação ambiental.
- ☉ Planejamento de fontes de financiamento e parcerias para garantir a continuidade das ações.

Essas melhorias têm o objetivo de transformar o PNMCR em um modelo de espaço sustentável, que combina conservação ambiental, uso recreativo e

engajamento social, promovendo benefícios diretos para a população de Viçosa e sua qualidade de vida.

5.1 Melhorias já realizadas

Entre as melhorias implementadas, destaca-se a revitalização da entrada principal, que incluiu limpeza, construção de um banco circular em hiperadobe e instalação de balizadores para controle de veículos. Painéis informativos também estão sendo instalados para enriquecer a experiência dos visitantes. Na área de restauração ecológica, as 2.705 mudas plantadas estão sendo monitoradas de forma contínua, com uma taxa de mortalidade de apenas 8%.

O treinamento de brigadistas florestais, realizado pelo Corpo de Bombeiros, fortalece as ações de segurança e proteção ambiental no Parque. Além disso, um programa de visitação está em desenvolvimento, com atividades físicas regulares em parceria com a Secretaria de Saúde de Viçosa. Em novembro, mais 25 mil metros quadrados de área receberão plantios, ampliando os esforços de restauração.

Quando a implementação do Plano de Manejo for concluída, a gestão do Parque será transferida para a Prefeitura. Caso essa administração não seja terceirizada, será necessário criar cargos e realizar concursos públicos para garantir a manutenção e funcionamento do espaço.

A sustentabilidade do PNMCR, em Viçosa, depende de uma estratégia de financiamento robusta e diversificada. Embora os recursos destinados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), provenientes de multas ambientais e previstos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), tenham sido fundamentais para viabilizar a implementação do Plano de Manejo, esses valores são limitados e insuficientes para garantir a plena execução das melhorias previstas para o Parque.

Para assegurar o desenvolvimento contínuo do PNMCR, será imprescindível uma participação mais efetiva do Poder Público Municipal. Essa parceria deve incluir o planejamento e destinação de recursos específicos no orçamento público, permitindo a realização de intervenções essenciais, como a reforma dos monumentos, o fortalecimento da infraestrutura e a implantação de melhorias estruturais e operacionais.

Entre as necessidades urgentes, destacam-se:

- Revitalização do monumento ao Cristo Redentor, que é um marco histórico e cultural da cidade.
- Construção e reforma de estruturas de apoio, como portarias, escadarias e espaços destinados a atividades recreativas e educacionais.
- Adequação de trilhas e áreas de uso público, garantindo acessibilidade e conforto aos visitantes.
- Instalação de equipamentos de segurança e sinalização, para melhorar a experiência dos frequentadores e assegurar a preservação ambiental.

Figura 17 – Imagem do projeto arquitetônico do Parque do Cristo Redentor, portaria e sede administrativa



Ainda assim, é fundamental que o município incentive a captação de recursos externos, por meio de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. A busca por financiamento via editais de preservação ambiental,

projetos turísticos e iniciativas de compensação ambiental pode complementar os investimentos necessários para o Parque.

A gestão sustentável do PNMCR requer também a criação de políticas públicas que priorizem a sua conservação e uso consciente, garantindo que ele continue a cumprir sua função como espaço de lazer, educação ambiental e preservação da biodiversidade. Dessa forma, o envolvimento do Poder Público Municipal será decisivo para transformar o Parque em um modelo de área verde urbana sustentável e acessível para toda a população.

5.2 Os Elementos Simbólicos no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor

A presença de elementos simbólicos religiosos no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR), como a icônica estátua do Cristo, carrega um forte apelo visual e cultural que conecta o espaço com a fé cristã e com a identidade local. Contudo, observa-se uma desconexão entre esse simbolismo e a programação efetiva do Parque. Apesar do potencial que tais elementos oferecem para a criação de roteiros temáticos e atividades voltadas à reflexão espiritual, turismo religioso ou encontros culturais, não há, atualmente, iniciativas consistentes que explorem esse aspecto de forma planejada e contínua.

Essa ausência levanta questionamentos sobre a subutilização do potencial simbólico do parque. Por um lado, poderia haver maior integração entre o valor espiritual, a educação ambiental e o turismo sustentável, criando uma experiência holística para os visitantes. Por outro lado, a falta de diretrizes para essa abordagem demonstra uma lacuna na gestão e planejamento do Parque, especialmente se considerarmos o crescente interesse por experiências que aliem cultura, história e natureza. Para transformar os elementos simbólicos em ativos integrados ao propósito do PNMCR, seria essencial propor programações que conciliam a contemplação religiosa com o respeito à pluralidade cultural e ambiental do espaço.

Completando essa reflexão, é provável que o histórico recente de abandono do PNMCR tenha contribuído significativamente para a ausência de roteiros religiosos mais consolidados. A falta de segurança, a depredação das instalações e o vandalismo, associados às condições precárias das vias de acesso, criaram um cenário pouco acolhedor e desestimulante para a organização de eventos e celebrações religiosas. Esse contexto pode ter afastado tanto os gestores quanto as

comunidades religiosas de investirem no Parque como palco para atividades significativas, especialmente em datas importantes do calendário católico, como a Semana Santa e o Dia de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro.

A perda dessas oportunidades reflete não apenas uma carência estrutural, mas também a dificuldade de conectar o parque às tradições e à cultura local. Revitalizar o PNMCR não significa apenas recuperar a infraestrutura física, mas também resgatar o espaço como um lugar de integração social, espiritual e cultural. Isso exige um planejamento estratégico que inclua parcerias com instituições religiosas, ações de segurança, melhorias nas vias de acesso e iniciativas de preservação, para que o parque volte a ser um ponto de referência tanto para a contemplação natural quanto para o fortalecimento de laços culturais e espirituais.

Há indícios de iniciativas para a recuperação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) em Viçosa, conforme sinalizado em ações recentes da prefeitura. Um marco desse processo foi a contratação, em 2019, da empresa Evolua Ambiental Engenharia e Consultoria Ltda. para elaborar o Plano de Manejo do Parque, documento essencial para orientar sua recuperação, conservação e uso sustentável. Apesar de atrasos iniciais na execução do contrato, o plano foi concluído em 2020, o que pode ser considerado um passo importante para a revitalização do Parque.

Além disso, o envolvimento de instituições como o ISAViçosa e pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em projetos voltados para a restauração ambiental da área demonstra um esforço colaborativo para mitigar os problemas de degradação, como a erosão e o escoamento superficial, preparando o terreno para intervenções mais amplas, incluindo a recomposição florestal e melhorias na infraestrutura.

Contudo, a concretização dessas iniciativas e o retorno do Parque como um espaço relevante para a comunidade dependerão da priorização política, da alocação de recursos financeiros e da mobilização social. Até o momento, não há informações públicas sobre cronogramas detalhados ou sobre a implementação de novos projetos que incluam revitalização estrutural, promoção de atividades turísticas ou religiosas e melhoria no acesso e na segurança do local.

O PNMCR não é apenas uma Unidade de Conservação destinada à preservação ambiental; ele também se destaca como lugar de memória, carregado de significados históricos, culturais e simbólicos para a comunidade de Viçosa. Além de abrigar relevantes atributos naturais, o Parque possui elementos icônicos, como a

imagem do Cristo Redentor, que transcendem a função ecológica e se inserem no imaginário coletivo local. Essa estátua, visível de diversos pontos da cidade, tornou-se um marco referencial, representando não apenas a religiosidade, mas também a identidade e a história do município.

Ao longo das décadas, o PNMCR tem testemunhado transformações no uso do espaço, passando de um local de lazer e contemplação a um território que enfrentou abandono e depredação. No entanto, as lembranças associadas às festividades religiosas, às caminhadas e aos momentos de reflexão vividos no Parque permanecem vivas na memória de seus frequentadores. Reconhecer o PNMCR como um lugar de memória significa valorizar essas histórias, integrando a conservação ambiental com a preservação cultural.

Esse entendimento é essencial para orientar políticas públicas voltadas ao Parque, que devem ir além da manutenção ambiental e considerar também sua função como espaço simbólico e histórico. Ao revitalizar o PNMCR, é fundamental resgatar sua importância como local de pertencimento e de conexão com o passado, transformando-o novamente em um ponto de encontro entre natureza, cultura e memória coletiva. Dessa forma, esse espaço pode ser verdadeiramente compreendido em sua complexidade e integralidade, promovendo uma relação mais profunda e significativa entre o território e a população que o cerca.

5.3 Intervenções que tentam reverter os impactos do antropoceno

As ações realizadas no Parque Natural Municipal do Cristo Redentor (PNMCR) ilustram como a intervenção humana consciente pode reverter alguns dos impactos negativos do Antropoceno, período caracterizado pela intensa influência das atividades humanas sobre os sistemas naturais. Desde que o ISAViçosa assumiu a parceria com a Prefeitura de Viçosa, um conjunto de iniciativas positivas e afirmativas vem sendo implementado, contribuindo para a recuperação ecológica, social e funcional do Parque.

Entre essas ações, destacam-se os plantios de mudas nativas e a técnica inovadora da "muvuca de sementes", que promovem a regeneração da cobertura vegetal, essencial para a proteção do solo, o aumento da biodiversidade e a restauração da paisagem natural. O uso de curvas de nível e o "plantio" de água demonstram um manejo sustentável do solo e dos recursos hídricos, reduzindo a

erosão e favorecendo a infiltração de água no solo, o que contribui para a recarga do lençol freático.

Além das melhorias ecológicas, foram implementadas intervenções práticas como a requalificação dos acessos e da sinalização, facilitando o trânsito seguro e a orientação dos visitantes. Essas medidas tornam o parque mais acessível e convidativo, incentivando a visitação e a conscientização ambiental. Complementarmente, a realização de ações de divulgação e reuniões regulares com os moradores do entorno fortalece o vínculo entre o Parque e a comunidade, garantindo que as necessidades locais sejam consideradas no planejamento e gestão do espaço.

Essas práticas evidenciam um modelo de gestão integrada e participativa que transforma o PNMCR em um exemplo de como enfrentar os desafios do Antropoceno. Ao conciliar regeneração ambiental e engajamento social, os projetos implementados no Parque podem permitir sua recuperação e plena integração à sociedade viçosense.

Os diversos autores que abordam a recuperação de áreas impactadas na época do Antropoceno oferecem exemplos que podem ilustrar iniciativas semelhantes às do PNMCR. Um exemplo relevante é o trabalho de Erle Ellis (2018)³⁰, que discute em seus estudos sobre a "engenharia de ecossistemas" e a importância de intervenções humanas conscientes para restaurar ecossistemas degradados no contexto do Antropoceno. Em seu livro *Anthropocene: a Very Short Introduction* (2018), Ellis destaca como o manejo sustentável pode transformar áreas degradadas em paisagens resilientes e funcionais, conciliando as necessidades humanas com a saúde ambiental.

O replantio de espécies nativas, a restauração de solos e o manejo de águas, ações semelhantes às desenvolvidas no PNMCR, mais próximo do contexto brasileiro, Ricardo Ribeiro Rodrigues, renomado pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), tem trabalhos que abordam a restauração ecológica em áreas de Mata Atlântica. Em artigos e capítulos de livros, ele destaca como estratégias como o plantio de mudas nativas e o uso de sementes em larga escala, associadas ao manejo hídrico

³⁰O impacto da humanidade no planeta tem sido profundo. Do fogo, caça intensiva e agricultura, ele acelerou para rápidas mudanças climáticas, poluição generalizada, acúmulo de plástico, invasões de espécies e extinção em massa de espécies, mudanças que deixaram uma marca permanente no registro geológico das rochas. No entanto, a proposta de uma unidade de tempo geológico – a Época do Antropoceno.

e à participação comunitária, podem reverter séculos de degradação, o que se alinha diretamente às práticas desenvolvidas no Parque do Cristo.

Essas referências evidenciam que a recuperação de áreas impactadas pelo Antropoceno exige abordagem multidisciplinar e colaborativa, como a aplicada no PNMCR, e exemplificam como essas iniciativas podem ser eficazes em restaurar tanto o equilíbrio ecológico quanto os valores sociais e culturais de um território.

Uma citação relevante de Ricardo Ribeiro Rodrigues³¹, que pode reforçar o argumento sobre ações positivas para reverter os impactos negativos do Antropoceno, é:

A restauração ecológica é uma ferramenta essencial para recuperar funções e processos ecológicos, aumentar a biodiversidade e resgatar os serviços ambientais em áreas degradadas. Contudo, ela deve estar associada a ações planejadas e participativas, envolvendo comunidades locais e integrando conhecimento científico com saberes tradicionais (Rodrigues *et al.*, 2009).

Essa perspectiva destaca a importância das práticas implementadas no PNMCR, como o plantio de mudas, técnicas de manejo hídrico e o envolvimento da comunidade, que alinham ciência e participação social para enfrentar os desafios impostos pelo Antropoceno.

Alex Pellogia (2021)³², ao abordar o conceito de Antropoceno, examina a maneira como as ações humanas se tornaram um dos principais motores das transformações ambientais no planeta. Ele argumenta que, nesse novo período geológico, as sociedades humanas não apenas modificaram a Terra, mas também passaram a enfrentar as consequências dessas modificações. As questões ecológicas, como a destruição de habitats, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a perda de biodiversidade, tornam-se centrais na análise do Antropoceno, exigindo um repensar profundo das formas como interagimos com a natureza.

³¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da ESALQ/Universidade de São Paulo, credenciado na pós-graduação da Universidade de São Paulo (nos programas: Recursos Florestais e Ecologia Aplicada) e da Universidade Estadual de Campinas (no programa Biologia Vegetal). De agosto de 2004 a março de 2009, foi Coordenador do Programa BIOTA da FAPESP. Atua na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, Ecologia Aplicada e Botânica Aplicada e trabalha principalmente os seguintes temas: florística e ecologia de florestas naturais e restauração ecológica de áreas degradadas.

³² PELLÓGIA, Alex. O Antropoceno: uma introdução aos conceitos e aos significados. *Revista do ILP Ciência e Cultura*, n. 68, p. 4-9, 2024.

No contexto do PNMCR, as ideias de Pellogia podem contribuir significativamente para o espírito de preservação ao reforçar a consciência sobre os impactos da ação humana no ambiente natural. A perspectiva de que o Antropoceno é uma era marcada pela interdependência entre seres humanos e o meio ambiente pode ajudar a sensibilizar a população local e os visitantes sobre a importância de proteger os ecossistemas do parque. Assim, ao se refletir sobre os efeitos das intervenções humanas no meio ambiente, é possível cultivar um compromisso com a preservação do PNMCR não apenas como um espaço de lazer, mas como um refúgio ecológico vital para o equilíbrio da biodiversidade e para as futuras gerações.

Com base nas reflexões de Alex Pellogia (2021) sobre o conceito de Antropoceno, é possível entender como esse termo se desdobra em múltiplas camadas, desde o seu uso em ciências ambientais até sua expansão para as ciências sociais e culturais. O Antropoceno não se limita a uma simples fase geológica, mas é visto como um processo contínuo, em que a ação humana, com suas especificidades históricas, políticas, econômicas e culturais, modifica profundamente a Terra.

Pellogia discute o conceito em suas várias abordagens, como o Antropoceno Ambiental, que se refere às transformações iniciadas pela Revolução Industrial e suas consequências ecológicas globais, e o Antropoceno Estratigráfico, que tenta identificar camadas geológicas marcadas pela presença humana. No entanto, o autor também propõe uma visão mais dinâmica e abrangente do conceito, sugerindo que o Antropoceno não seja um evento único, mas um processo diacrônico, que ocorre de maneira diferente em várias partes do mundo. Nesse sentido, a “agência humana” é essencial para a compreensão das transformações ambientais e pode ser analisada sob uma perspectiva mais ampla, incorporando fatores sociais e econômicos.

Além disso, Pellogia amplia o conceito, sugerindo um Antropoceno-Mundo, que reconhece o impacto do capitalismo global nas mudanças ambientais, e até um Antropoceno Cultural, que explora como a humanidade, por meio da arte e da literatura, reflete e responde a esse novo mundo transformado. Ao aplicar essas ideias ao contexto do PNMCR, a reflexão sobre o Antropoceno pode reforçar a importância de práticas de conservação e a conscientização sobre o papel humano na preservação de ecossistemas locais, como uma resposta às transformações globais em curso.

6 PRODUTO

Pensar na paisagem em termos de patrimônio cultural e ambiental nos ajuda a entender sua importância multifacetada. Ao considerar as intervenções necessárias para o futuro, é crucial balancear a necessidade de desenvolvimento com a preservação das características únicas que definem a identidade de uma região. Essas intervenções devem ser planejadas e executadas com uma visão de longo prazo, garantindo que as gerações futuras possam continuar a desfrutar e se beneficiar dessa paisagem.

6.1 E-book sobre o PNMCR

Como produto final deste trabalho, pretendemos adaptá-lo para um *e-book* paradidático e disponibilizá-lo para uma editora que imprima sob demanda, mostrando a história ambiental do Parque e ressaltando os principais tópicos abordados, intercalados com ilustrações que representem o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor. Assim, os leitores poderão ter uma breve noção da história do Parque e do conhecimento de todas as ações adotadas para a recuperação ambiental e a formação atual da paisagem desta Unidade de Conservação.

A função deste produto é, principalmente, informar, orientar e agregar valor como auxiliar didático, para que os frequentadores tenham noção do surgimento do Parque, das etapas que demarcaram sua evolução e de como acreditamos que ele será num futuro próximo.

A criação de um *e-book* paradidático sobre o Parque Natural Municipal do Cristo Redentor pode trazer impactos significativos e diversos para a sociedade. Primeiramente, ele se apresenta como ferramenta educativa, acessível e dinâmica, capaz de sensibilizar leitores sobre a importância da preservação ambiental e da restauração de áreas degradadas. Ao contar a história do Parque e detalhar as ações adotadas para sua recuperação, o *e-book* pode estimular a conscientização ambiental, despertando o interesse do leitor pela conservação da natureza e de um público mais amplo.

Um *e-book* paradidático é um livro digital que possui conteúdo complementar ao ensino formal, sendo utilizado para reforçar ou ampliar os temas abordados nas disciplinas escolares. Diferente de um livro didático, que tem sua estrutura focada em

ensinar o conteúdo principal de uma matéria de maneira formal e sistemática, o *e-book* paradidático busca despertar o interesse, fornecer exemplos práticos ou apresentar uma abordagem mais interativa e dinâmica sobre os mesmos temas.

Esses *e-books* podem incluir elementos como histórias, ilustrações, vídeos, atividades interativas, *quizzes* e recursos de multimídia que tornam o aprendizado mais atrativo e acessível para os alunos. Podem ser utilizados tanto como recursos suplementares, dentro da sala de aula, quanto de forma independente, incentivando o aprendizado autodirigido e o desenvolvimento de habilidades específicas.

Em resumo, um *e-book* paradidático tem caráter mais flexível e complementar ao aprendizado tradicional, promovendo uma experiência de aprendizagem mais envolvente e interativa.

Além disso, ao incluir ilustrações que retratam a evolução do Parque e sua paisagem atual, o produto visual reforça a conexão emocional com o lugar, ajudando a fortalecer o sentimento de pertencimento e responsabilidade entre os frequentadores do Parque do Cristo. A história ambiental apresentada também pode servir como exemplo inspirador para outras comunidades que enfrentam desafios semelhantes, mostrando que é possível reverter os impactos negativos do Antropoceno por meio de planejamento, ciência e engajamento comunitário.

Por fim, a proposta de impressão sob demanda é sustentável e economicamente viável, permitindo que o conhecimento seja difundido de forma eficiente e adaptável. Como auxiliar didático, o *e-book* pode ser integrado a projetos escolares, visitas guiadas e programas de educação ambiental, promovendo uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação do meio ambiente e do patrimônio natural.

7 CONCLUSÃO

Sinto-me feliz com esta oportunidade de discutir este tema tão importante e espero que as reflexões e estratégias desta dissertação possam ser úteis tanto na sala de aula quanto na vida cotidiana dos visitantes do Parque. Continuar abordando a paisagem sob a perspectiva do patrimônio cultural e ambiental é essencial para um futuro sustentável e harmonioso.

Neste estudo, objetivou-se compreender todo o processo de formação da paisagem do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor, considerando o papel desempenhado pelo poder público, pela sociedade em geral e por outras entidades envolvidas.

Nesse sentido, a análise da documentação do Parque Natural Municipal do Cristo Redentor – incluindo Leis, Decretos e o Plano de Manejo, a investigação do Conselho Gestor e de seus membros, suas ações relacionadas à implantação e gestão do Parque e a exploração e formas de uso do PNMCR ao longo do tempo, bem como a construção de uma narrativa cronológica por meio do levantamento de dados, descrevendo toda a história do Parque, desde a concepção até a sua implantação, além de verificar quais medidas foram adotadas a partir do Plano de Manejo que contribuíram para a recuperação ambiental do PNMCR e para o processo de formação de sua paisagem –, foi possível graças aos objetivos específicos desta dissertação. Por exemplo, compreender o grau de comprometimento dos setores educativos e regulatórios do município na iniciativa de criar, promover e administrar o PNMCR, além de investigar as formas de uso ao longo do período desde a sua criação até a implantação da UC e de esclarecer os desejos e motivações das pessoas em relação à história do PNMCR ao longo de seus 22 anos de existência. Também, nossa pretensão foi identificar os aspectos contraditórios e os entraves burocráticos, analisando quais foram superados e quais ainda retardam sua efetiva consolidação, conforme apresentado, de forma cronológica, com base nos fatos obtidos das documentações estudadas.

Reconhecemos que existem motivações de cunhos ecológico e ambiental, principalmente, a partir do conhecimento do plano de manejo adotado e da atuação da empresa que administra o PNMCR. Essas investigações apontam que algumas dessas medidas já estão surtindo efeitos ou impactos em sua territorialidade e possam efetivamente contribuir para a comunidade, incentivando a preservação deste

patrimônio local objeto desta pesquisa. Tudo isso com foco no processo de formação de sua paisagem, conforme hipóteses previstas no projeto de pesquisa desta dissertação.

Do ponto de vista metodológico, a utilização do método qualitativo foi bastante eficaz, pois nosso propósito foi justamente analisar diversos documentos e registros desde o primeiro registro em cartório do terreno da UC até a última ata de reunião do Conselho Consultivo do Parque, cujos mandatos de todos os conselheiros se encerraram em junho de 2024. O detalhamento desta documentação, obtida mediante a coleta de dados com foco em uma ou várias entidades, serviu de base para construir narrativas cronológicas que contribuíram, de alguma forma, para o entendimento do processo de formação da paisagem do PNMCR, com o fornecimento de respostas aos anseios da comunidade, principalmente daqueles que moram no entorno do Parque.

Podem-se tirar algumas conclusões importantes sobre o impacto das ações adotadas no PNMCR no contexto do Antropoceno. O Antropoceno, como era geológica marcada pela forte influência das atividades humanas sobre o ambiente, destaca os efeitos negativos da ação humana sobre a terra, como degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e perda de biodiversidade. No entanto, as ações de recuperação e restauração implementadas no PNMCR, como a adoção de um plano de manejo e a atuação da empresa responsável pela administração do Parque, representam uma resposta ativa a esses impactos, com o intuito de mitigar os danos causados e restaurar o equilíbrio ecológico da área.

No contexto do Antropoceno, a conclusão central a ser extraída é que a atuação voltada para a recuperação ambiental do PNMCR pode ser vista como um esforço de "reparação" e de construção de um novo equilíbrio entre o ser humano e a natureza. As medidas tomadas, como o plantio de mudas, a implementação de técnicas para controle da erosão, a recuperação da vegetação nativa e a melhoria dos acessos e da sinalização, podem ser encaradas como tentativas de restaurar a paisagem natural que foi degradada pelas atividades humanas, buscando reverter os efeitos do Antropoceno e, ao mesmo tempo, fortalecer a resiliência ecológica da área.

Além disso, o fato de que essas ações já estão trazendo efeitos visíveis, como a melhoria da qualidade ambiental e o envolvimento da comunidade local, indica que essas medidas têm o potencial de influenciar positivamente a relação da sociedade com o ambiente, promovendo uma conscientização sobre a importância da preservação e o papel ativo das pessoas na recuperação dos espaços naturais.

Assim, pode-se concluir que as práticas de recuperação no PNMCR, em sua totalidade, contribuem para a construção de uma paisagem mais equilibrada, resiliente e sustentável, que serve como exemplo de como é possível mitigar os danos do Antropoceno, restaurando o meio ambiente e incentivando o engajamento comunitário na proteção de áreas naturais.

Conforme declarado por Ribeiro (2010):

A paisagem não é uma natureza intocável, mas sim uma natureza "antropizada", que passou por processos de alterações significativas devido à interferência humana. Nesse sentido, a paisagem é o resultado material de interações entre processos físicos, ecológicos, sociais e culturais (Ribeiro, 2010).

Figura 18 – Foto da visita guiada ao Parque do Cristo Redentor, em novembro de 2023



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/fbid=3826633317564198&set=a.3560253940868805>.

8 REFERÊNCIAS

AZIS, AB Saber. **Paisagem de exceção** – O litoral e o pantanal mato-grossense: patrimônios básicos. São Paulo, SP, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboços metodológicos. **Revista RA'E GA**, Curitiba, PR, v. 8, p. 141-152, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1980.

BRASIL. **Resolução Conama nº 11**, dispõe sobre as categorias de unidades de conservação. Brasília, DF, 03 de dezembro de 1987.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, Parágrafo 10, Incisos I, II, III, VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 1960**, de 2009. Inserida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, DF, 2009.

BRINKLEY, Douglas. **The wilderness warrior**: Theodore Roosevelt and the Crusade for America. New York: HarperCollins, 2009.

CAPANEMA, Marotta Carolina. **Relatório Técnico de Pesquisa Histórica Parque Natural Municipal do Cristo Redentor**. Viçosa, MG: ISAVIÇOSA, 2022.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VIÇOSA/MG. **Matrícula nº 6766**, Livro 3 - k, 01/09/1926.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CRONON, William. **Changes in the land**: indians, colonists, and the ecology of New England. New York: Hill and Wang, 1983.

DAVIS, Diana K. **Resurrecting the granary of Rome**: environmental history and french colonial expansion in North Africa. Athens: Ohio University Press, 2007.

DE OLIVEIRA SILVA, A. K.; AB'SÁBER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 2003. **Revista de Geografia**, São Paulo, SP, Ateliê Editorial, v. 29, n. 1, p. 252-258, 2012.

DOSSIÊ de Tombamento do Colégio de Viçosa. **Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa**. Viçosa, MG, jan. 1999.

Ellis, E. C. **Anthropocene**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. **IBGE**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, p. 426-432, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: ago. 2015.

ENCICLOPÉDIA. **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2019.

FIEGE, Mark. **The republic of nature**: an environmental history of the United States. Seattle: University of Washington Press, 2012.

FREITAG-ROUANET, Barbara. **Viajando com Langsdorff**. [S.l. : s.n.], 2013.

GUHA, Ramachandra. **The unquiet woods**: ecological change and peasant resistance in the Himalaya. Berkeley: University of California Press, 1989.

JACOBY, Karl. **Crimes against nature**: squatters, poachers, thieves, and the hidden history of American conservation. Berkeley: University of California Press, 2001.

JOLY, Carlos Alfredo. Biodiversidade e mudanças climáticas: desafios para o Brasil. In: SILVA, José Carlos; ALMEIDA, Maria Fernanda (org.). **Conservação ambiental no Antropoceno**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p. 45-78.

KEITER, Robert. **To conserve unimpaired**: the evolution of the National Park Idea. Washington, D.C.: Island Press, 2013.

LANGSTON, Nancy. **Forest dreams, forest nightmares**: the paradox of old growth in the inland West. Seattle: University of Washington Press, 1995.

LeCAIN, Timothy J. **Mass destruction**: the men and giant mines that wired America and scarred the planet. New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.

LE GOFF, Jacques. "Documento/Monumento". In: ———. **História e memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1996. p. 535-553.

LEWIS, Michael. **American Wilderness**: a new history. New York: Oxford University Press, 2007.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado** – Projeto de história, São Paulo, SP, n. 17, p. 63-201, Nov. 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. "Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980." **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, RJ, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016.

MARTINEZ, P. H. História ambiental: um olhar prospectivo. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/cdhis.v24i1.14086>.

McNEILL, J. R. **Something new under the sun: an environmental history of the Twentieth-Century World**. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

McPHEE, John. **Encounters with the Archdruid**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1971.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A paisagem como fato cultural**. Turismo e paisagem. Tradução. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MESQUITA, E. Paisagem cultural: geopoética na obra Indez. **Sede de Ler**, v. 11, n. 1, p. 35-26 dez. 2022.

NASH, Roderick. **Wilderness and the American mind**. New Haven: Yale University Press, 1967.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. por Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras, 2016. p. 11.

PYNE, Stephen. **Fire in America: a cultural history of wildland and rural fire**. Princeton: Princeton University Press, 1982.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Trad. por francês de Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia, GO: Ed. da UCG, 2006. [Título Original: Der Moderne Denkmalkultus, 1903].

ROBBINS, William G. **Colony and empire: the capitalist transformation of the American west**. Lawrence: University Press of Kansas, 1994.

RODRIGUES, R. R.; LIMA, R. A. F.; GANDOLFI, S.; NAVE, A. G. **Conservação biológica**, n. 142, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016 /j .biocon>.

RUNTE, Alfred. **National Parks: the american experience**.* Lincoln: University of Nebraska Press, 1987.

SALGADO, Sebastião. **Êxodos**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2006. p. 66.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, D. G. B. (org.); KOMISSAROV, B. N. *et al.* (ed.). **Os diários de Langsdorff [on-line]**. Trad. por Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas, SP: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 1997. v. 1, 400 p.

SUTTER, Paul. **Driven wild**: how the fight against automobiles launched the modern wilderness movement. Seattle: University of Washington Press, 2002.

TABARELLI, M.; BAIDER, C.; MANTOVANI, W. **Efeitos da fragmentação na floresta atlântica da bacia de São Paulo**. São Paulo, SP: Hoehnea, 1998. v. 25, p. 169-186.

TABARELLI, M.; GASCON, C. Lições da pesquisa sobre fragmentação: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade. **Ver. MEGADIVERSIDADE**, v. 1, n. 1, 2005.

TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Openedition Press, 2015.

VIAN, C. História ambiental, história regional e a pesquisa em unidades de conservação. **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 23, n. 1, p. 58-72, 2024.

VIÇOSA (MG). In: **ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1959. v. 27, p. 426-432. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf. Acesso em: ago. 2015.

WAKILD, Emily. **Revolutionary parks**: conservation, social justice, and Mexico's National Parks, 1910-1940. Tucson: University of Arizona Press, 2011.

WHITE, Richard. **The organic machine**: the remaking of the Columbia River. New York: Hill and Wang, 1995.

WORSTER, Donald. **A passion for nature**: the life of John Muir. New York: Oxford University Press, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo, SP: Bookman, 2001.

Sites

<https://isavicosa.org/lancamento-das-redes-sociais-do-parque-do-cristo>

<https://isavicosa.org/consulta-publica-para-a-construcao-da-identidade-arquitetonica-para-o-parque-natural-municipal-do-cristo-redentor-pnmcr>

https://www.vicosa.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/PLANO_DE_MANEJO_DO_PARQUE_MUNICIPAL_DO_CRISTO__REDENTOR?cdLocal=2&arquivo=%7B8B6BBEBB-32DE-DEE0-E887-AB67A20A60B5%7D.pdf

<https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/prefeitura-avanca-na-elaboracao-do-plano-de-manejo-do-parque-do-cristo/82365>

<https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=36647>

<https://www.folhadamata.com.br/cidade/noticias/isavicosa-ja-recebeu-r-1-2-milhao-para-investir-no-parque-do-cristo>

<https://www.folhadamata.com.br/regiao/noticias/raimundo-violeira-assina-termo-de-cooperacao-do-parque-do-cristo-redentor>

<https://www.sigapregao.com.br/app/historico-item/985427/35/2019/1>

<http://vicosa.portalfacil.com.br/detalhe-da-materia/info/conselho-gestor-do-parque-municipal-cristo-redentor/61602>

<https://italostephanarquitecto.blogspot.com/2021>

<https://acp32.webnode.page/georg-langsdorff>

<https://locus.ufv.br//handle/123456789/10047>

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/3mhhZsdZfxFjZTYQqSY9Sz/10.5335/srph.v23i1>

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN>

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/niesbf/article/view/4355/3157>

<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho/article/view/4524/2216>

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10194/7905>

<https://periodicos.uff.br/sededeler/article/view/56851/33531>

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300885107_ARQUIVO_TextoAnpunNacional.pdf

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=80

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228990>

<https://parquedocristovicosa.com.br/cadernos-do-parque>